

ISSN 1414-6304

Revista /

MÚLTIPLA

NÚMERO 36 – ANO XIX – JUNHO 2014

EDITOR

Bernardo Celso R. Gonzalez

CONSELHO EDITORIAL

Nacional

Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)

Alcides Costa Vaz (UnB)

José Flávio Sombra Saraiva (UnB)

Marcos Ferreira da Costa Lima (UFPE)

Internacional

Bruno Ayllón Pino (Universidade Complutense de Madri)

Jens R Hentschke (Newcastle University)

Maria de Moserrat Llairó (Universidade de Buenos Aires)

Raquel de Caria Patrício (Universidade Técnica de Lisboa)

UPiS

Graduação • Pós-Graduação

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Diretor de Ensino

Diretor de Pós-Graduação

Diretora de Avaliação

Vicente Nogueira Filho

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ruy Montenegro

Benito Nino Bisio

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

Andreza Rodrigues Filizzola Bentes

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Revista Múltipla – Ano XIX - vol. 28 - nº 36, junho de 2014

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

164 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

CDU

301(05)

Internet: <http://www.upis.br>

Revisão dos Originais

Ruy Davi de Góis e

Geraldo Ananias Pinheiro

Capa

Ton Vieira

Diagramação, editoração eletrônica e impressão

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda.

SUMÁRIO

- 5** **Apresentação**
- ARTIGOS*
- 9** **O Futuro da África e a Posição do Brasil**
Neanthro Saavedra-Rivano
- 21** **A Importância da Gestão Ambiental em Instituições Públicas: O Caso da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF**
Josineide Viana de Carvalho Alves
Alvany Maria dos Santos Santiago
Maria Herbênia Lima Cruz Santos
- 45** **Representações Sociais de Sertão entre Jovens e Idosos Moradores das Cidades Sertanejas Petrolina-Pe/Juazeiro-Ba**
Liliane Caraciolo Ferreira
Lídio de Souza
- 63** **O Problema da Mediania: Outro Olhar sobre a Segunda Conferência de Paz da Haia**
Luciano da Rosa Muñoz
- 85** **Lei do Preço Único: Um Teste para o Milho e a Soja**
Bernardo Celso R. Gonzalez
André Ferreira Santos
Maria Bianka Fernandes do Nascimento
- 113** **Plano Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil: arranjo institucional, desafios e perspectivas**
Gilmar dos Santos Marques
Umberto Euzebio
Cammilla Horta Gomes
- 135** **Estrutura de Mercado para Alimentos Orgânicos: Ovos Orgânicos – Potencial de Consumo**
Schneider, B. S
Marjotta-Maistro, M. C
Brugnaro, C
- RESENHA*
- 157** **Comunicação Empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação (resenha)**
Ruy Davi de Góis
- 161** **Normas para colaboradores**

SUMMARY

5 Foreword

ARTICLES

9 The Future of Africa and the Brazil's Role

Neanthro Saavedra-Rivano

21 The Importance of the environmental Management at Public Institutions: The Case of 3th Regional Superintendence of CODEVASF

Josineide Viana de Carvalho Alves

Alvany Maria dos Santos Santiago

Maria Herbênia Lima Cruz Santos

45 The Social Representations in the Outback of Northeast of Brazil among Young and elderly residents of Petrolina and Juazeiro

Liliane Caraciolo Ferreira

Lídio de Souza

63 The Problem of “Mediania”; Another View about the Second Peace Conference of Hague

Luciano da Rosa Muñoz

85 The Law of One Price: a Corn and Soybean test

Bernardo Celso R. Gonzalez

André Ferreira Santos

Maria Bianka Fernandes do Nascimento

113 The Brazilian Plan for Oriented Microcredit: The Institutional Arrangements, Challenges and Perspectives

Gilmar dos Santos Marques

Umberto Euzebio

Cammilla Horta Gomes

135 The Market Structure to Organic Feed: The Potential to the Eggs Consumption

Schneider, B. S

Marjotta-Maistro, M. C

Brugnaro, C

DIGEST

157 The Enterprise Communication: The Construction of an Identity, Image and Reputation – Review

Ruy Davi de Góis

161 Norms for contributors

APRESENTAÇÃO

Esta edição da Revista Múltipla traz uma novidade que se relaciona aos artigos publicados num nível macro, qual seja, a troca de editor. Retirou-se, por aposentadoria, a Professora Mercedes, que fez um excelente trabalho à frente da Revista e hoje goza de seu merecido descanso. Início minha jornada lembrando o poeta, que afirma “o trem que chega é o mesmo trem da partida” e assim é a vida, uns se despedindo e outros se apresentando. Por falar em apresentação, meu nome é Bernardo Celso R. Gonzalez, sou doutor em Economia Aplicada pela USP, mestre em Teoria Econômica pela UFRS, Economista pela UPIS e professor desta Instituição há dezesseis anos, lotado no Departamento de Ciências Econômicas. Vamos nos esforçar ao máximo para tornar a Revista cada vez melhor.

Em relação aos artigos, iniciamos com um texto instigante sobre projeções da população mundial para os anos 2050 e 2100, com ênfase no continente africano e suas mazelas. É de se observar que, entre as diversas projeções alinhadas, destacam-se que a África saltará de 1,17 bilhão de habitantes em 2015 para 2,39 bilhões em 2050, e os países em desenvolvimento sairão de 6,07 bilhões em 2015 para 9,57 bilhões em 2050, e a população mundial, que está com 7 bilhões de habitantes, atingiria, em 2100, 10,1 bilhões de habitantes. Uma questão para refletir é se haverá água potável para toda essa população e que destino será dado ao lixo produzido, que hoje já polui o lençol freático, rios e oceanos. Impossível não lembrar de Malthus, economista Inglês, que elaborou uma teoria afirmando que a população iria crescer tanto que seria impossível produzir alimentos suficientes para alimentar o grande número de pessoas no planeta. A saída para essa situação foi o avanço da tecnologia, mas, e agora?

Trazemos, na sequência, um artigo que discute a gestão ambiental, no âmbito da sustentabilidade socioambiental, discutindo a importância da gestão em instituições públicas. Seguindo em frente e com tema que interage com os dois artigos anteriores, faz-se uma discussão sobre representações sociais no sertão nordestino, sabidamente uma região de seca. A pesquisa de campo aplicada traz à tona sentimentos como sofrimento, resistência, fome e carência. Daqui, saltamos para a Segunda Conferência de Paz de Haia (1907), por meio da qual se mostra a posição dogmática acerca da atuação brasileira. O autor do artigo almeja desconstruir a definição do Brasil como país jurista e pacífico, sustentando que o Brasil jogou com sua condição ambígua de potência mediana, com vistas a melhorar sua própria posição relativa de poder.

Passamos agora para o mundo da economia, analisando a aplicação da Lei do Preço Único para o milho e a soja brasileiros, quando comparado ao mercado Estadunidense. A análise leva em conta a importância da soja e do milho para o agronegócio brasileiro e desse para os resultados da balança comercial e da própria formação do PIB. Busca-se instrumentalizar os agentes do agronegócio quanto ao entendimento do processo de formação do preço dessas duas *commodities*.

Embarcamos novamente no trem para tratar do Plano Nacional de Microcrédito Produtivo no Brasil, o qual foi comparado com programas de sucesso em outros continentes. Pesquisou-se seu estágio de implantação e a existência de *funding* para cursar suas operações. Chegou-se à conclusão de que o programa é eficaz na geração de emprego e renda e de sucesso na mídia oficial. Por último, em nome de uma alimentação mais saudável, entra em cena os alimentos orgânicos, com a análise de sua estrutura de mercado, cujo suporte foi uma pesquisa em cinco pontos de varejo nas cidades de Araras, Mogi Guaçu e Itapira, no Estado de São Paulo, onde os consumidores tiveram a oportunidade de responder a questões relacionadas ao potencial de consumo de ovos orgânicos.

Fechando a edição, saímos das questões ambientais e alimentícias, para tratar do comércio, mais especificamente da redação empresarial, sendo brindados com uma resenha do livro de Paul A. Argenti, intitulado “Comunicação Empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação”, na qual conclui o resenhista “*Escrito em uma linguagem direta, fluente e empolgante, é um livro destinado não só a especialistas na área, mas também obrigatório a estudantes e profissionais que precisam se especializar em comunicação empresarial*”.

Boa leitura.

O Editor.

ARTIGOS

1. Introdução

O Brasil e o mundo têm assistido estarecidos à tragédia contínua que ocorre no Mar Mediterrâneo. Mais de dois mil migrantes africanos perderam suas vidas na primeira metade deste ano, em malgrado e desesperado intento de atingir as costas da Europa. A maioria dos migrantes africanos vem da Síria e Eritreia, mas há fluxos migratórios partindo de lugares mais distantes, como Mali ou Nigéria.

A situação, dramática como é, pode virar endêmica e, pior ainda, envolver números muito maiores. Para entender isso, é preciso examinar as perspectivas demográficas do mundo e, em particular, da África nas próximas décadas. Se bem que, na maioria das regiões do mundo, a população está perto de se estabilizar, sendo que, em algumas, ela deva mesmo diminuir, isso não ocorre com a África. Segundo as projeções das Nações Unidas, fonte universalmente respeitada, a população do continente africano passará dos 1,1 bilhão que tinha em 2013 para 2,4 bilhões em 2050. Nesse mesmo período, a população europeia, incluindo a Rússia, cairá de 742 para 709 milhões. Já, se estendemos o horizonte até 2100, a população africana atingirá 4,2 bilhões enquanto aquela da Europa será de apenas 639 milhões. Nigéria apenas verá a sua população aumentar dos 174 milhões que tinha em 2013 para 440 milhões em 2050 (maior que os Estados Unidos) e para 914 milhões em 2100 (maior que toda a Europa). Esses números, chocantes como são, não constituem meras extrapolações, mas incorporam hipóteses razoáveis, entre elas a progressiva diminuição da taxa de fertilidade na África até valores semelhantes aos do resto do mundo em 2100.

A pressão populacional será sentida, em primeiro lugar, na Europa; afinal, a distância entre África e Europa é relativamente pequena, e as rotas marítimas de acesso haverão de se multiplicar. Mas esse impacto não se limitará à Europa, dada a interconexão existente entre os países, e, eventualmente, provocará um efeito profundo no mundo inteiro. Isso significa que, além das considerações morais que cabem, a comunidade internacional tem um interesse prático em analisar crises potenciais e estudar ações destinadas a evitá-las ou, ao menos, mitigar os seus efeitos. É revelador da miopia generalizada da nossa sociedade que essas impressionantes projeções, apesar de públicas e facilmente disponíveis no site das

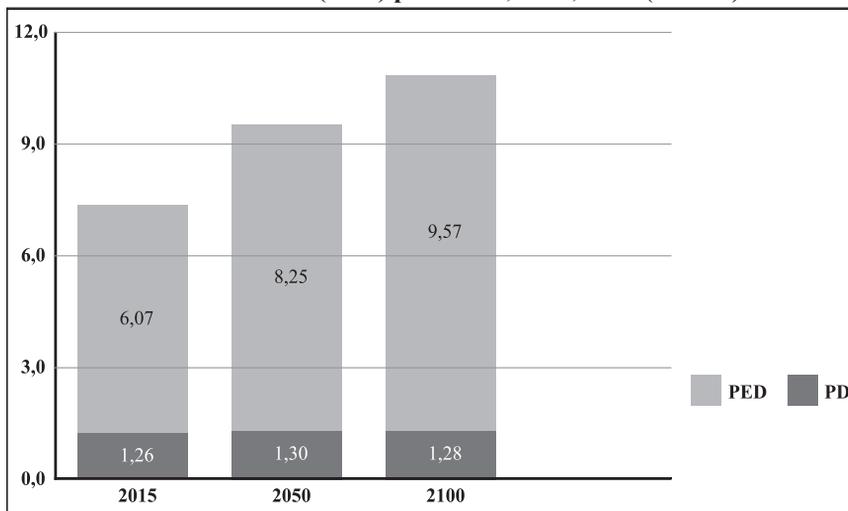
Nações Unidas, não tenham atingido os cenários de debate público mundial (e não me refiro exclusivamente ao Brasil).

O presente artigo apresenta as tendências demográficas mundiais, com atenção especial para a África, até o final deste século (Seção 2). Na terceira seção, há uma discussão das perspectivas da economia africana no contexto do grande aumento previsto para sua população. A quarta seção apresenta brevemente algumas ideias sobre a contribuição que o Brasil poderia dar, em um contexto internacional, para responder aos desafios que a África e o mundo haverão de enfrentar. Enfim, a última seção oferece alguns comentários finais.

2. As tendências demográficas até o fim do século

A mais recente iteração das previsões demográficas das Nações Unidas (ONU, 2013) fornece uma imagem detalhada da evolução da população mundial, por país e grupos de países, por faixa etária e sexo, e por ano até 2100. Essas projeções são feitas com base em certas hipóteses, as quais configuram cenários ou “variantes”. As Nações Unidas consideram quatro “variantes” para as suas previsões: “variante baixa”, “variante média”, “variante alta” e, finalmente, “variante de alta fertilidade”, com taxas de crescimento populacional cada vez mais elevadas. Vamos limitar-nos a discutir aqui, brevemente, alguns dos principais resultados da “variante média”, a qual é considerada como a mais provável. De acordo com essas previsões, a população mundial aumentará de cerca de 7 bilhões em 2011 para cerca de 10,1 bilhões em 2100. Se dividimos o mundo entre países desenvolvidos (PD) e países em desenvolvimento (PED), observa-se que a população dos primeiros terá um aumento muito pequeno, passando de 1,26 bilhão em 2015 para 1,28 bilhão em 2100. De fato, não fosse pelos fluxos migratórios provenientes dos países em desenvolvimento, a população do mundo desenvolvido iria diminuir durante esse período. Já a população dos países em desenvolvimento passa de 6,07 bilhões em 2015 para 9,57 bilhões em 2100. O Quadro 1 mostra a evolução da população mundial e desses dois grupos de países nesse período, indicando também os valores intermediários em 2050.

Quadro 1 - População de países desenvolvidos (PD) e em desenvolvimento (PED) para 2015, 2050, 2100 (bilhões)



FONTE: dados da ONU (2013) processados pelo autor

As projeções das Nações Unidas (sempre na variante média) indicam, no que tange à estrutura etária da população, que a proporção de menores (abaixo dos 15 anos de idade) continuará sendo superior nas regiões em desenvolvimento do que nas regiões desenvolvidas, embora essa diferença deva diminuir progressivamente (ver Tabela 1). Um efeito oposto ocorre em relação à população idosa (65 anos ou mais): a sua parcela no total da população é maior nos países desenvolvidos do que nos países em desenvolvimento ao longo de todo o período, embora essa diferença também reduzir-se-á. Essa assimetria se explica pela grande diferença nas taxas de fertilidade, muito maiores nos países em desenvolvimento do que nas regiões desenvolvidas. Vale notar, contudo, que as projeções indicam convergência dessas taxas para um valor comum em torno de 2,0 em 2100, próximo da taxa de substituição, isto é, a taxa de fertilidade que implica uma população estacionária. Essa convergência explica a redução, anteriormente apontada, na assimetria das estruturas etárias assim como o envelhecimento geral da população mundial. A Tabela 1 mostra que a parcela da população idosa mundial passa de 8,2% em 2015 para 15,6% em 2050 e 21,9% em 2100, enquanto a parcela de menores diminui de 26,0% em 2015 para 21,3% em 2050 e apenas 17,9% em 2100. Como o aumento da população idosa é maior do que a diminuição

da população jovem, a proporção de adultos em idade ativa cai, de 65,8% em 2015 para 63,1% em 2050 e 60,2% em 2100. Observa-se também nessa Tabela que o envelhecimento da população, refletido pelo aumento da parcela de idosos na população total, é muito mais agudo nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos.

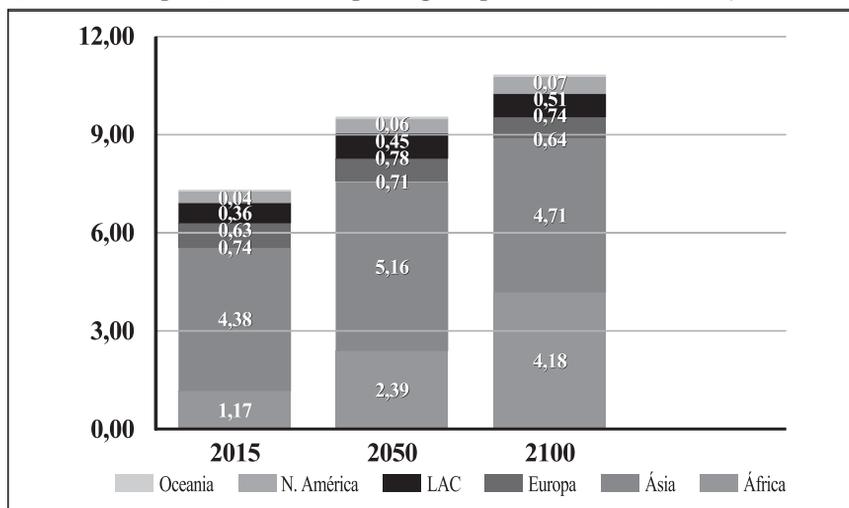
Tabela 1 - População mundial (em bilhões) e distribuição por faixas etárias (em %): 2015, 2050, 2100

	2015			2050			2100		
	0-14	15-64	65+	0-14	15-64	65+	0-14	15-64	65+
Mundo		7.3			9.6			10.9	
	26.0	65.8	8.2	21.3	63.1	15.6	17.9	60.2	21.9
PD		1.3			1.3			1.3	
	16.5	66.0	17.5	16.1	58.1	25.8	15.7	55.6	28.7
PED		6.1			8.3			9.6	
	28.0	65.7	6.3	22.1	63.9	14.0	18.2	60.8	21.0

FONTE: dados da ONU (2013) processados pelo autor

Essas projeções são extraordinárias e ficam ainda mais interessantes, como veremos em um momento, se detalhadas no nível regional e nacional. É bastante surpreendente que a maioria das discussões sobre suas potenciais implicações geopolíticas e econômicas tenham permanecido em um nível rarefeito e não tenham ainda sido objeto de um verdadeiro debate público. Tendo em conta que o objetivo deste trabalho é discutir as perspectivas para a África, privilegiar-se-á essa região, além do Brasil, na discussão a seguir. África já aparece como a segunda mais populosa região geográfica, com população estimada em 2015 de 1,17 bilhão, pouco mais de um quarto dos 4,38 bilhões da Ásia. Segundo as projeções das Nações Unidas, até 2050, a população da África, com 2,39 bilhões, aproxima-se da metade daquela da Ásia (5,16 bilhões), sendo que, no final do século, as duas regiões têm populações comparáveis, África com 4,18 bilhões e Ásia com 4,71 bilhões (Quadro 2). Pode-se pôr em perspectiva essas projeções, assinalando que a população da África será, em 2100, mais de cinco vezes maior do que a da Europa (incluindo a Rússia). Ou ainda, observando que menos de um em cada cinco habitantes do mundo irá viver fora da Ásia ou da África em 2100, em comparação com mais de um em cada três em 2011.

Quadro 2 - População mundial por regiões para 2015, 2050, 2100 (em bilhões)



FONTE: dados da ONU (2013) processados pelo autor

O crescimento da população africana, a uma taxa cumulativa de 259% durante todo o período, é desigualmente distribuído entre os países. Alguns deles, como Zâmbia com 700% e Níger com 960%, apresentam um crescimento fenomenal em sua população, enquanto a taxa cumulativa de crescimento da população de Ruanda é de “apenas” 190%. Por outro lado, Nigéria e Tanzânia veem a sua população multiplicada por um fator próximo a 5. Podemos também observar (Tabela 2) que, se hoje apenas um país africano (Nigéria) tem população superior aos 100 milhões de habitantes, em 2100, 13 dos 24 países projetados para ter população superior a 100 milhões estarão localizados na África (11 na África Subsaariana, mais o Egito e o Sudão).

Tabela 2 - Número de países com mais de 100 milhões de habitantes: 2015, 2050, 2100

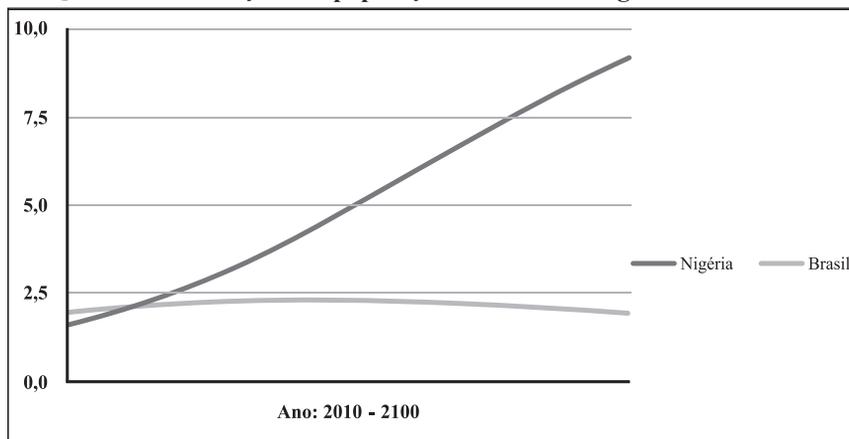
	2015	2050	2100
África	1	6	13
Ásia	7	9	6
Europa	1	1	1
LAC	2	2	2
N. América	1	1	1

FONTE: dados da ONU (2013) processados pelo autor

A Nigéria é um bom exemplo da transformação que a região deve experimentar durante o resto deste século. Com população projetada de 914 milhões em 2100, a Nigéria está prestes a se tornar o terceiro maior país do mundo, não muito distante da China (com 1.086 milhões), sua população maior do que a Europa, América Latina ou América do Norte. Hoje em dia menor do que o Brasil, a população nigeriana será quase o dobro da brasileira em 2050 e mais do quádruplo em 2100 (Quadro 3).

Esses números merecem ser analisados com seriedade. Eles correspondem à variante média de projeções das Nações Unidas, com pressupostos moderados sobre a evolução das taxas de fertilidade. De acordo com eles, e como explicado anteriormente, as taxas de fertilidade entre as regiões convergem para um valor próximo da taxa de substituição. Essa hipótese implica, em particular, que a distribuição regional da população mundial permaneceria relativamente estável a partir do fim deste século.

Quadro 3 - Evolução das populações do Brasil e Nigéria: 2010 - 2100



FONTE: dados da ONU (2013) processados pelo autor

3. A emergência da África

Os números discutidos para a evolução da população africana no restante deste século são surpreendentes e, como foi dito antes, as suas implicações ainda têm de entrar na esfera da discussão pública. Mesmo se o aumento da população não for acompanhado de crescimento econômico, é inegável que ele teria um efeito no equilíbrio de forças regionais e na influência dos seus maiores países (como Nigéria, Tanzânia e Congo, para se limitar a países cuja população ultrapassaria

o quarto de bilhão de pessoas). Em outros termos, parece bastante claro que estes desenvolvimentos afetariam as relações internacionais de poder, principalmente aquelas entre a África e a vizinha Europa.

Duas possibilidades extremas surgem ao se especular sobre como essa evolução irá ocorrer ao longo do tempo. Uma, positiva, é que as novas gerações de africanos vão receber a educação que merecem, adquirir as habilidades necessárias para sustentar-se, contribuir com a sociedade e encontrar um ambiente econômico no qual há demanda suficiente para a força de trabalho, que eles oferecem. Sob esse cenário róseo, a dimensão econômica da África cresce junto com sua população, e a região vai se tornar mais rica e poderosa. Como esse novo poder será exercido e projetado é, naturalmente, uma outra questão, não para ser discutida aqui, mas é de se presumir que ele não tomaria forma muito diferente do que o de outros países ou regiões. A segunda possibilidade extrema, negativa, é que os países africanos são incapazes de gerir a maré crescente de coortes de população. Educação pobre e inadequada para as crianças, habilidades insuficientes para os jovens adultos que ingressam na força de trabalho e mercados desorganizados converteriam o “dividendo demográfico”, sempre uma promessa mais do que uma certeza, em um “pesadelo demográfico”. Nesse cenário sombrio, a dimensão econômica da África não iria aumentar proporcionalmente a sua população, ainda que a região possui o que poderia ser chamado de um poder “perturbador”, talvez maior do que sob o primeiro cenário e cuja projeção seria definitivamente alarmante para seus vizinhos e além. A grande massa populacional e sua precária situação poderia representar um desafio constante para outros países, especialmente na Europa, e constituir ameaça à sua estabilidade.

Esses cenários polares são úteis para nos ajudar a visualizar a gama de possibilidades que podem surgir em resposta ao desdobramento no continente dos processos demográficos, sociais e econômicos. É claro que é impossível determinar o rumo que a África seguirá nesse horizonte de longo prazo. Resta-nos fazer, com base na observação das tendências recentes na África e no mundo, alguns comentários sobre se a situação vai evoluir para um estado mais positivo ou mais negativo.

Por um lado, a África tem feito progressos razoáveis durante a última década, como atestam os dados do Banco Mundial (2013a). O PIB real para a África Subsaariana (ASS) aumentou uma média anual de 4,8% durante a primeira década do século XXI, o que se compara favoravelmente com a média anual de apenas 2,1% ao longo das duas décadas anteriores. Da mesma forma, o PIB real per capita aumentou a uma média anual de 2,2%, muito bom resultado se comparado com o declínio médio de 0,75% observado nas duas décadas anteriores. Essas tendências positivas, as quais

basicamente continuaram durante os anos mais recentes, levaram alguns a expressar um alto grau de entusiasmo sobre o futuro a longo prazo do continente. Exemplar desse estado de espírito é a recente publicação por Charles Robertson (2012), analista do Grupo Renaissance, grupo de investimentos russo com variados interesses na região. Na mesma linha, e em um panfleto publicado recentemente, Justin Lin Yifun (2012a), o qual foi economista-chefe do Banco Mundial, argumentou vigorosamente que a África, se adotar as políticas certas, poderia repetir o caminho seguido pela Ásia Oriental no período pós-guerra. Ambos os autores enfatizam a sua convicção de que a África deve ser capaz de atingir taxas de crescimento elevadas sem a ajuda de outras nações. Esses pontos de vista são ainda compartilhados por outros autores, como Amoako (2005), Miguel (2009) e Ahlers et al (2014).

Num olhar alternativo, há muitos outros fatos que justificam uma visão cética ou, no mínimo, uma postura mais equilibrada. Os grandes desafios que a maioria dos países africanos enfrentam para tirar proveito do “dividendo demográfico” são bem ilustrados na recente contribuição por Guengant e May (2013). Por outro lado, um olhar mais apurado para os dados do Banco Mundial (2013a) indica que a média real do PIB per capita para a região em 2010 foi de apenas US\$ 653 em dólares de 2000 e, se retirarmos a África do Sul, só US\$ 458. Isso representa um aumento de pouco menos de 10% durante todo o período de 30 anos a partir de 1980 (23,1% se excluirmos a África do Sul). Outro fato digno de nota é que o crescimento relativamente robusto da década passada teve lugar no contexto de uma vigorosa demanda por matérias-primas provenientes da China. É improvável que essa demanda se mantenha, vide a recente desaceleração da economia chinesa e, na medida que o crescimento econômico africano tem sido resultado dos preços altos e elevada demanda por commodities que eles produzem, as perspectivas a médio prazo para o seu crescimento econômico não são muito positivas. Como observado por um estudo recente do Banco Mundial (2013b), o efeito na redução da pobreza do recente crescimento africano (“elasticidade do crescimento da pobreza”) é muito inferior àquele de outras regiões em desenvolvimento do mundo, fato que o estudo atribui à ainda muito desigual distribuição da renda. Esses argumentos ilustram como a África ainda lida com uma situação de extremo atraso e que as suas economias são muito vulneráveis às flutuações que ocorrem na economia mundial. É também precisamos ter presente que qualquer comparação com a Ásia Oriental do período pós-guerra deve ter em conta as imensas diferenças entre os contextos históricos e heranças institucionais. Como somos lembrados por Medeiros (2011), há importante ligação entre o acúmulo de instituições e a criação de estruturas econômicas cruciais para o desenvolvimento econômico. Yahyaoui

e Rahmani (2011) também enfatizam esse ponto, especialmente em conexão com as estruturas financeiras.

Em resumo, se colocarmos a discussão precedente no contexto das projeções das Nações Unidas correspondentes à “variante média”, podemos concluir que a atribuição de uma probabilidade significativa a um resultado próximo do segundo cenário não é inverossímil.

4. Cenários cooperativos envolvendo o Brasil

Se a África não se encontrasse já em situação vulnerável e tivesse instituições bem desenvolvidas e economia em ascensão, talvez a perspectiva de acolher adequadamente mais de 4 bilhões de pessoas não assustasse. Esse não é, lamentavelmente, o caso. Um aumento da população dessa magnitude tem altíssimas chances de provocar conflitos, distúrbios e mesmo guerras civis, levando eventualmente a grandes movimentos populacionais com milhões de refugiados à procura de um local onde se fixar. É o que ocorre neste momento, ainda que em escala relativamente pequena, em vários países do Norte da África.

Não é aceitável que toda a discussão da situação, incluindo a recente reunião ministerial da União Europeia, limite-se a considerar medidas de curto prazo. Medidas emergências, ainda que necessárias, serão inúteis se não acompanhadas da preparação para ações maciças de longo prazo.

O que fazer para evitar o cenário descrito? Em primeiro lugar, é imperativo que os novos indivíduos que irão se incorporar à sociedade nas próximas décadas nos países africanos recebam uma educação suficiente e tenham condições adequadas de saúde e higiene. Esse investimento no capital humano africano é indispensável para que as populações desses países tenham o conhecimento e habilidades necessários à sua sustentação. A comunidade internacional poderá ter um papel de primeira ordem, pelo reordenamento da ajuda econômica ao desenvolvimento, na tarefa de levar a bom fim esses investimentos. Em segundo lugar, as instituições políticas, sociais e econômicas dos países africanos devem ser fortalecidas, criando em particular um ambiente propício ao desenvolvimento empresarial desses países. Essa é uma tarefa que cabe principalmente aos próprios africanos e que não terá efeitos imediatos, porém a comunidade internacional pode ajudar de maneira discreta.

E o Brasil, como participaria nesta que seria uma das grandes ações internacionais deste século? Ainda que o Brasil, se comparado com países da África, seja próspero, é claro que a existência de significativas demandas domésticas sociais limita (mas não elimina) a sua generosidade na ajuda a outros países. Contudo o

Brasil tem posição privilegiada no imaginário africano e que lhe confere importantes vantagens em relação às antigas potenciais coloniais europeias. No mundo interdependente em que vivemos, o potencial para ações colaborativas tripartites envolvendo o Brasil, Europa e África é significativo e merece atenção especial pela sociedade brasileira e os seus representantes.

Um exemplo promissório do tipo de cooperação que o Brasil pode dar à África, e que se inscreve na chamada cooperação Sul-Sul, é dado pelos vários acordos de cooperação técnica desenvolvidos pela Embrapa com países africanos (ver o trabalho de Araújo, 2014).

5. Comentários finais

Continente ignorado até há pouco tempo, a não ser pela pilhagem sistemática dos seus recursos materiais e humanos, a África vem se situando no centro das atenções mundiais. Por um lado, o recente interesse da China pela região e as suas riquezas têm levado à sua “redescoberta” pelos Estados Unidos e pelas antigas potências coloniais europeias. Por outra parte, a África, uma das últimas fronteiras do desenvolvimento, é também uma das poucas regiões do mundo com crescimento populacional ainda elevado. É essa combinação de atraso e de pressão demográfica que prefigura uma potencial crise, africana em primeiro lugar, mas global nos seus efeitos mais amplos. A habitual miopia dos governos, da mídia e da sociedade civil em geral, já evidente no caso de outras crises de natureza global, como a crise ambiental e a crise financeira, tem sido manifesta neste caso. Malgrado os sinais que diariamente recebemos do Mar Mediterrâneo, o discurso europeu não vai além do curto prazo, e as posições adotadas correspondem a medidas emergenciais e de “proteção” das suas populações. O resto do mundo se comporta como mero espectador do que parece achar ser um problema apenas europeu. O propósito deste artigo é sensibilizar a opinião pública brasileira e latino-americana para a importância de um problema que é de todos nós e para a necessidade de iniciar uma reflexão sobre formas de cooperação internacional que abordem essa situação.

Referências

- AHLERS, Theodore H. et al, ed. 2014. *Africa 2050: Realizing the Continent's Full Potential*. New Delhi: Oxford University Press.
- AMOAKO, Kingsley Y. 2005. *Transforming Africa: An Agenda for Action*. Addis Ababa: Economic Commission for Africa.

- ARAÚJO, João Marcelo. 2014. “O Papel Estratégico da Embrapa na Política Externa Brasileira para a África (2003-2010).” Apresentação no 38º Encontro Anual da Anpocs.
- DE MEDEIROS, Carlos Aquiar. 2011. “The Political Economy of the Rise and Decline of Developmental States.” *Panoeconomicus*, 58(1): 43-56.
- GUENGANT, Jean-Pierre, and John F. May. 2013. “African Demography.” *Global Journal of Emerging Market Economies*, 5(3): 215-267.
- LIN, Justin Y. 2012a. *The Quest for Prosperity: How Developing Economies Can Take Off*. Princeton: Princeton University Press.
- MIGUEL, Edward A. 2009. *Africa's Turn?* Cambridge, MA: MIT Press.
- ORGANIZATION for Economic Co-operation and Development (OECD). 2013. *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries 2012: Disbursements, Commitments, Country Indicators*. Paris: OECD Publishing.
- ROBERTSON, Charles et al. 2012. *The Fastest Billion: The Story behind Africa's Economic Revolution*. London: Renaissance Capital.
- SAAVEDRA-RIVANO, Neantro. 2012. “Development and the Financing of Human Capital.” *Paper presented at the 80th special lecture of Shanghai Academy of Social Sciences*, Shanghai.
- SAAVEDRA-RIVANO, Neantro. 2014. “African Power in the 21st Century and Beyond.” *Panoeconomicus* 5, Special Issue: 585-596.
- UNITED NATIONS (UN). 2013. *World Population Prospects: The 2013 Revision. Vol. I, Comprehensive Tables*. New York: UN Statistical Office.
- WORLD BANK (WB). 2013a. *Africa Development Indicators 2012/2013*. Washington, DC: WB.
- WORLD BANK (WB). 2013b. “Africa's Pulse: An Analysis of Issues Shaping Africa's Economic Future.” *World Bank, Office of the Chief Economist for the Africa Region*, Volume 8.
- YAHYAOU, Abdelkarim, e Atef Rahmani. 2009. “Développement financier et croissance économique: Rôle de la qualité des institutions.” *Panoeconomicus*, 56(3): 327-357.

Resumo

Esta artigo apresenta uma análise das perspectivas econômicas e sociais da África e da sua interação com o mundo durante o restante deste século. O principal instrumento para esta análise é dado por meio de pesquisas realizadas pela Divisão de

População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, as quais são atualizadas periodicamente e disseminadas pela publicação “World Population Prospects.” A discussão beneficia-se também de variados trabalhos sobre a economia africana refletindo uma ampla gama de opiniões. Além da análise das prováveis consequências dessas projeções demográficas e econômicas para o futuro da África, o artigo se propõe iniciar uma discussão normativa sobre ações que outros países, o Brasil em particular, poderiam adotar para assistir aos países africanos na árdua tarefa de criar um ambiente hospitaleiro para sua população e, destarte, diminuir as pressões migratórias.

Palavras-chave: Cenários futuros para África; Projeções demográficas mundiais; Cooperação econômica do Brasil com a África

Abstract

This Note presents an analysis of the economic and social prospects for Africa and for its interaction with the rest of world for the remainder of this century. The main tool for the analysis is provided by research at the Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations, as periodically updated and disseminated through its publication “World Economic Prospects.” The discussion herein borrows as well from a diversity of work on the African economy which reflects a wide spectrum of opinions. In addition to the analysis of the likely consequences of these demographic and economic projections for the future of Africa, the Note also intends to kick off a normative discussion on actions that other countries, Brazil in particular, might adopt with the sake of assisting African countries in the arduous task of creating a favorable environment for its population, thus relieving the migratory pressures.

Keywords: Future scenarios for Africa; World demographic projections; Economic cooperation between Brazil and Africa

Josineide Viana de Carvalho Alves

Administradora, Empregada Pública Federal, Cargo: Assistente Técnico em Desenvolvimento Regional.

Alvany Maria dos Santos Santiago

Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2011) e Pós-doutorado pela University of Birmingham, Inglaterra (2015). Professora adjunta da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Maria Herbênia Lima Cruz Santos

Doutorado em Agronomia – Programa de Horticultura pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/ Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais.

***A Importância da
Gestão Ambiental
em Instituições
Públicas:
O Caso da 3ª
Superintendência
Regional da
CODEVASF***

1. Introdução

Nas duas últimas décadas, vê-se mais notadamente a preocupação com o meio ambiente, especialmente no que concerne à conservação das fontes de recursos naturais, tendo em vista a manutenção de tais recursos para a preservação da própria espécie humana. Essa preocupação tem sido discutida e refletida em encontros entre países, como a Toronto *Conference on the Changing Atmosphere*¹, realizada em outubro de 1988, no Canadá, seguida pelo *First Assessment Report*² em Sundsvall do Intergovernmental Panel on Climate Change³ (IPCC), na Suécia, em agosto de 1990, e que resultou com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês) na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como a Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 1992. Fruto desses encontros, surgiu o Protocolo de Quioto, um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênica do aquecimento global.

Mais adiante, organizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUMDS), Rio +20, de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo foi discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. No Brasil, uma série de intervenções legais tem sido efetivada a fim de prevenir e reduzir as agressões ao meio ambiente, tais como a Lei 6.938/81, do Governo Federal, regulamentada pelo Decreto 99.274/90, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e instituiu o Conselho Nacional do Meio

Ambiente (CONAMA), o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), (BRASIL, 1981).

Outro incentivo legal à questão ambiental, por parte do Governo Federal, veio com o Decreto Presidencial nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Com essa ação, o Governo Federal instituiu a Coleta Seletiva Solidária, que é uma estratégia que busca a construção de uma cultura institucional para um novo modelo de gestão dos resíduos, no âmbito da administração pública federal, direta e indireta, somada aos princípios e metas estabelecidos pela Agenda Ambiental da Administração Pública Federal (A3P), instituída pela Portaria 510/2002 (BRASIL, 2002).

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da gestão ambiental de instituições públicas, visando ao aumento da sustentabilidade socioambiental dessas, tendo como estudo de caso as ações de gestão ambiental, ora sendo desenvolvidas nas dependências da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF. Procurou-se identificar essas ações e a percepção dos funcionários sobre elas. Ademais, descreve as ações que os países têm empreendido, por meio de acordos e legislações, que resultaram em compromissos para proteção do meio ambiente, em conciliação com as práticas empresariais e utilizou-se de pesquisa descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa, tendo como instrumentos de coleta de dados a aplicação de questionários e a pesquisa aos documentos institucionais.

Ao destacar como as organizações têm agido para a minimização dos efeitos nocivos ao meio ambiente e quais políticas adotam para a prevenção de danos ambientais, procura-se justificar a realização deste estudo, tanto pela sua relevância científica como social. Ao estudar o tema, espera-se contribuir para ampliar a consciência ecológica e ressaltar a importância da gestão ambiental não apenas nas empresas públicas, mas também nas empresas privadas, já que os cuidados com o meio ambiente trazem benefícios para além dos econômicos. Ademais, as atitudes de sustentabilidade, se dependerem apenas de ações motivadas por decisões do cidadão comum, tendem a apresentar um avanço prático muito lento. Por isso, faz-se necessário que as empresas adotem políticas internas para o incentivo de ações ambientais de cunho efetivo e, que produzam mudanças de hábitos e quiçá esses hábitos, uma vez mudados, sejam transportados para além dos muros da organização, para a família e a comunidade.

Este capítulo está organizado em seis partes. Seguindo a esta introdução, quando foram apresentados o tema, objetivos e a justificativa, coloca-se o referencial teórico, que trata da gestão ambiental nas organizações, abordando os aspectos econômicos e a aplicação no âmbito da administração pública. Os procedimentos metodológicos adotados e os resultados obtidos são explanados na sequência. Encerra-se com as considerações finais e as referências que serviram de suporte teórico para a condução desta pesquisa.

2. Referencial Teórico

Conforme Barata, Kligerman e Minayo-Gomes (2007), a preocupação com meio ambiente começa a surgir nos anos 60, quando percebia que a capacidade assimilativa dos ecossistemas e de regeneração dos recursos naturais eram inferiores ao consumo desses, o que acarretava um desgaste excessivo à natureza. Ainda, segundo os supracitados autores, em 1971, o Clube de Roma, por meio de modelos econométricos, previu o esgotamento dos recursos renováveis e não renováveis em face do modelo de crescimento, do padrão tecnológico e da estrutura da demanda. Seus resultados reativaram o debate acadêmico e político-institucional, conduzindo à aspiração ao desenvolvimento sustentável. Desse modo, vem à tona o debate sobre as medidas organizacionais que deveriam ser adotadas a fim de se reter a crescente depredação do meio ambiente, assim como a elaboração de dispositivos legais que pudessem impor limites e atitudes nessa área. No entanto, nessa mesma época, contabilizavam-se inúmeros acidentes ambientais que reforçavam a ideia de que seria necessária a criação de padrões de cuidados ambientais mais rígidos, visto que o descuido do meio ambiente coloca em risco toda a cadeia de um ecossistema, em especial o próprio ser humano.

Nos anos 90, surge, por influência das comunidades ambientalistas, um conjunto de normas do *Internacional Standard Organization* (ISO), denominado 14000, que institui uma série de padrões a serem cumpridos pelas empresas para obterem a certificação relacionada ao seu compromisso com o meio ambiente, sendo esse um grande avanço para a produção da indústria limpa, contribuindo para equacionar, assim, a problemática empresarial em relação ao meio ambiente. Esse conjunto de normas apresenta diretrizes para o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) por meio da ISO 14001, o Sistema de Gestão Ambiental no ambiente interno as organizações (ISO 14004), as auditorias ambientais (ISO 14010), o desempenho ambiental (ISO 14031), a rotulagem ambiental (ISO 14020) e da análise do ciclo de vida. Assim, pavimentando o caminho para a implantação dos programas de responsabilidade social corporativa (DELAÍ, TAKAHASHI, 2012; VISSER, 2012).

No Brasil, alguns estudos indicam a mudança no modo de consumo dos cidadãos. Pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e pelo Instituto de Estudos da Religião apontam que a ampliação da consciência ecológica dos brasileiros aumentou em 30% nos últimos quinze anos, no entanto as ações nessa temática não cresceram na mesma proporção. Isso pode ser justificado por os indivíduos ainda pautarem suas decisões de consumo em interesses pessoais e não em interesses coletivos (BARATA et al., 2007).

Importante avanço para a proteção ambiental no mundo foi o Protocolo de Quioto. Tal documento, assinado por 160 países, que se comprometeram a reduzir a emissão de gases tóxicos. No entanto os países com os maiores índices de emissão de poluentes, como EUA, China e Índia, não assinaram esse termo do acordo. Nesse protocolo, segundo o sítio do Governo Federal, os países industrializados reduziram suas emissões combinadas de gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990 até o período entre 2008 e 2012. Esse compromisso, com vinculação legal, promete produzir uma reversão da tendência histórica de crescimento das emissões iniciadas nesses países há cerca de 150 anos. O Protocolo de Quioto foi aberto para assinatura em 16 de março de 1998. Entrando em vigor 90 dias após a sua ratificação por, pelo menos, 55 Partes da Convenção, incluindo os países desenvolvidos que contabilizam pelo menos 55% das emissões totais de dióxido de carbono em 1990 (BRASIL, 2007).

2.1 Gestão Ambiental nas Organizações

Barata et al (2007) afirma que o setor químico foi o pioneiro na elaboração de diretrizes para a gestão ambiental organizacional. A *Canadian Chemical Producers Association*⁴ (CCPA) lançou, em 1984, um documento denominado *Statement of Responsible Care and Guiding Principles*⁵, contendo princípios específicos para a gestão responsável do processo de produção em todo o ciclo de vida do produto, dando ênfase à proteção da saúde humana e do meio ambiente e à segurança industrial e do produto. O documento, além de detalhar as iniciativas que as empresas precisam tomar para atender aos princípios do *Responsible Care*⁶, destaca a necessidade de comprometimento de todos os envolvidos na produção, na distribuição e no recebimento dos produtos das respectivas empresas, assim como da troca permanente de informações com a comunidade vizinha.

Em face da crescente importância dada à proteção ambiental e com o objetivo de harmonizar globalmente os procedimentos de gestão ambiental empresarial, sem privilegiar determinados setores ou países, foram criados, em 1994, no âmbito da ISO, grupos de trabalho para o desenvolvimento de normas, contendo diretrizes aplicáveis aos diferentes setores produtivos e regiões que possibilitem uma gestão e um produto com “qualidade ambiental” (LAYRARGUES, 2000). Em 1996, foram aprovadas e publicadas as normas ISO 14001 e ISO 14004. Na ISO 14001, revisada e publicada nova versão, em 2000, encontram-se especificados os requisitos gerenciais para estabelecer um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e obter a certificação, nos mais diversos tipos de organizações, respeitadas suas

especificidades setoriais, geográficas, culturais e econômicas. Na referida norma, estão sistematizados os procedimentos necessários para a definição dos princípios norteadores da política ambiental da empresa. Além de indicar, com base na política definida, a forma como serão planejadas e implementadas as ações, fixam-se os prazos e os recursos necessários para sua operacionalização, assim como os meios para verificar a eficiência e eficácia do planejamento previsto e das ações implementadas, o que permite realizar, sempre que necessário, a correção de rumos para o atendimento aos princípios contidos na política. A norma também estabelece que a alta direção da organização deverá submeter-se periodicamente a revisões numa busca contínua de aperfeiçoar seu desempenho ambiental.

A certificação da empresa, pela norma ISO 14001, assegura a todas as partes interessadas (clientes, fornecedores, acionistas, força de trabalho, comunidade, governo e organizações não governamentais, dentre outras) que as práticas gerenciais para a manutenção e melhoria do seu desempenho ambiental se ajustam ao estabelecido na norma, independente do setor e/ou local onde a empresa esteja atuando. Em outras palavras, este instrumento propicia a transparência e a unidade no fluxo de informações para o público interno e externo das empresas sobre os procedimentos de gestão ambiental aplicados por elas. A relevância desse instrumento pode ser constatada pela quantidade e diversidade de empresas certificadas no mundo.

Até 2003, foram concedidas 36.765 certificações, das quais apenas 645 (1,7%) correspondem a empresas situadas na América do Sul. A maior parte delas pertence a países da Europa (18.243) e Ásia (13.410), em cujas sociedades há um maior grau de preocupação ambiental e têm-se desenvolvido tecnologias menos poluentes. No Brasil, até 2000, o número de certificações era de 570, o que representa 88,37% do total das concedidas na América Latina. A média anual vem se mantendo em torno de 200, ao longo deste milênio, um número ainda relativamente pequeno, considerando o total de empresas em atividade no país, mas revelador de uma mudança significativa quando comparado com a situação anterior a 2001, em que as empresas certificadas eram apenas 120.

Observa-se que, entre as empresas certificadas, apenas duas são do setor público. Esses dados são reveladores do pouco empenho de empresas desse setor em entrar num nível de gestão ambiental pautada por parâmetros garantidos e comparáveis internacionalmente. Uma explicação cabível desse desinteresse estaria na falta de evidência sobre as efetivas vantagens econômicas que a certificação proporcionaria, considerando os custos do processo e dos procedimentos necessários para a aplicação da norma. Consequentemente, as empresas públicas só solicitariam a certificação quando impelidas por exigências do mercado ou de

determinados atores sociais. No entanto, havendo comprovações de vantagens econômicas, avista-se que as empresas de todos os tamanhos estariam aprimorando suas cadeias produtivas, incorporando ações que conduzem à melhoria do desempenho ambiental (BARATA et al., 2007).

2.2 Gestão Ambiental e a Questão Econômica

A gestão ambiental não é mais vista somente pelos ambientalistas ou ecólogos, mas também por outros setores como uma fonte de recursos financeiros (SILVA et al., 2009). Conforme Barata et al. (2007), diversos instrumentos, desenvolvidos para melhorar o desempenho ambiental, redundaram numa série de vantagens econômicas: redução de custos, aumento de competitividade, abertura de novos mercados e redução das chances de serem surpreendidas por algum tipo de ônus imprevisível e indesejável. Tais argumentos de caráter econômico, por si só, já seriam suficientes para fundamentar a necessidade de que os órgãos da administração pública assumissem o compromisso de velar pela conservação dos recursos naturais e a qualidade do meio ambiente.

Algumas ações podem trazer vantagens econômicas e a diminuição da obsolescência e dos custos com manutenção, reparo e operação de materiais. A gestão de estoques, o decréscimo substancial de custos com sobras e perdas de materiais; aumento de receitas com a conversão de resíduos e desperdícios em subprodutos; redução do uso e por meio de parcerias ou terceirização de serviços e reutilização de materiais, pela adoção de programas de retorno do produto se configuram como iniciativas nesse sentido. Areladas ao sistema de gestão ambiental, as inovações administrativas, operacionais e tecnológicas são incorporadas ao longo do ciclo de vida de empresas que atuam em setores variados, como química, eletroeletrônica, alumínio, automóveis, entre outros, com resultados positivos do ponto de vista econômico e ambiental. Entretanto esses resultados raramente são percebidos, a não ser de forma muito pontual, pois as empresas carecem de mecanismos adequados para sua contabilização, razão pela qual consideram onerosos os gastos incorridos com a gestão e as certificações ambientais (BARATA et al., 2007).

2.3 Gestão Ambiental e as Organizações Públicas

O Governo Federal do Brasil, por meio do Ministério do Meio Ambiente, criou, em 1999, a A3P, instituída pela Portaria 510/2002. A A3P propõe a formação de uma nova cultura nas instituições públicas para a ampliação da consciência

ecológica dos servidores a fim de gerar a minimização dos desperdícios, com uma consequente redução de custos, e para o desenvolvimento de qualidade de vida no trabalho, assim como a gestão adequada dos resíduos gerados. A inclusão de orientações socioambientais nos procedimentos de compras e contratações de serviços, visando à ecoeficiência, foi incorporada à agenda com a finalidade de denotar a administração pública a coerência com as necessidades ambientais, já que essas instituições são grandes consumidoras dos recursos naturais e de quem se espera exemplos de boas práticas ambientais (BRASIL, 2013b).

A A3P pode ser desenvolvida em todos os níveis da administração pública, na esfera municipal, estadual e federal e em todo o território nacional. O programa foi criado para ser aplicado na administração pública, mas pode ser usado como modelo de gestão ambiental por outros segmentos da sociedade. Não há obrigatoriedade de adesão e, como visto, não restringe seus potenciais usuários, e a sua adesão é efetivada com facilidade no sítio do Ministério do Meio Ambiente.

O histórico da A3P conta com o lançamento do seu manual em 2001, o lançamento de um vídeo em 2002 e, nesse mesmo ano, um prêmio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Dando continuidade à implementação da A3P, em 2004, o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Portaria 221, de 10 de setembro, cria a Comissão Gestora da A3P, que tem a responsabilidade de propor diretrizes, normas e instrumentos técnicos, promover a articulação inter e intragovernamental, estabelecer metas, monitorar e avaliar as atividades. Por fim, vale ressaltar que a maior ênfase da A3P está na diminuição do desperdício, por meio dos 3R's, isto é: reduzir, reciclar e reutilizar a quantidade de resíduos gerados, sobretudo nos escritórios (BRASIL, 2013b).

No campo empírico, um dos aspectos da gestão ambiental foi tratado por Brammer e Walker (2011) em estudo sobre compras sustentáveis no setor público para reduzir o impacto ambiental e, por conseguinte, impactar e estimular a sustentabilidade no setor privado, os fornecedores. Afirmam que, no âmbito internacional, pouco se conhece entre as políticas de governo e a real situação nas organizações, dessa forma, o trabalho tem por objetivo identificar essas lacunas.

3. Procedimento Metodológico

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional que promove o desenvolvimento e a revitalização de bacias hidrográficas, mobiliza investimentos públicos para a construção de obras de

infraestrutura, particularmente para a implantação de projetos de irrigação e de aproveitamento racional dos recursos hídricos. É reconhecida principalmente pela implantação de polos de irrigação, a exemplo do Polo Petrolina-Juazeiro. Investe na aplicação de novas tecnologias, diversificação de culturas, recuperação de áreas ecologicamente degradadas, capacitação e treinamento de produtores rurais, além da realização de pesquisas e estudos socioeconômicos e ambientais. Além disso, a Codevasf contribui para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais em comunidades rurais, especialmente em áreas tradicionalmente afetadas por longas estiagens, promovendo a inclusão produtiva de famílias por meio do fomento a atividades como apicultura, piscicultura, ovinocaprinocultura, entre outras. (COSTA, 2011).

Foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, por ser adequada à pesquisa-diagnóstico, tendo como método o hipotético-dedutivo e abordagem quantitativa e qualitativa (ROESCH, 2006; MARCONI e LAKATOS, 2010). Segundo Roesch (2006), o método quantitativo enfatiza a utilização de dados padronizados que permitem ao pesquisador elaborar sumários, comparações e generalizações. Acrescenta que a pesquisa qualitativa e seus métodos de coleta e análise de dados são apropriados para uma fase exploratória da pesquisa. Ademais, afirma que delineamentos quantitativos e qualitativos usados em uma avaliação formativa de resultados são formas complementares e não antagônicas de avaliação.

3.1 Instrumento para coletas de dados: um dos instrumentos metodológicos foi a pesquisa bibliográfica, a fim de elaborar o referencial teórico, utilizando-se de livros, artigos científicos em revistas eletrônicas, que abordam temas sobre as práticas de gestão ambiental e sustentabilidade nas ações das empresas dentro dos seus estabelecimentos administrativos, assim como documentos da organização objeto do estudo que tratavam sobre a questão ambiental. Outro instrumento de coleta utilizado foi o questionário com perguntas abertas e fechadas, organizado em dois itens, sendo que o primeiro tratou da gestão ambiental na organização e o segundo sobre o conhecimento de ações sustentáveis (Apêndice A).

3.2 Participantes e sistemática para coleta de dados: os participantes foram os funcionários da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF e foram contatados em seu local de trabalho, atentando para a garantia da privacidade. Foram distribuídos 80 questionários, dos quais retornaram 43. Roesch (2006, p. 140) define esse tipo de amostra como de julgamento e afirma que: “Os indivíduos entrevistados são aqueles que foram localizados pelo pesquisador e não se tem certeza de sua representatividade.” Roesch (2006) acrescenta que o método de abordagem

nesse tipo de coleta deve ser cuidadosamente planejado, a fim de se obter o maior número possível de resposta.

3.3 Sistemática para análise dos dados: para análise dos dados foram empregadas ferramentas estatísticas, com a utilização de planilha eletrônica. Os dados foram organizados em planilhas e, para melhor visualização, foram dispostos em gráficos. No tratamento estatístico dos dados, utilizou-se de estatística descritiva para expressar os resultados obtidos, daí se extraiu indicadores quanto à consciência e ações ambientais.

3.4 Aspectos éticos (riscos e benefícios): inicialmente, foi apresentada a pesquisa e, na sequência, visando a atender aos aspectos éticos a fim de ressaltar o anonimato e a livre decisão em participar do estudo, foi apresentado, para apreciação e assinatura, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Pesquisa (TCLE) – ver Apêndice B. Ressaltando, que o participante, também, poderia interromper a participação na pesquisa a qualquer momento. Essa participação não ofereceu risco aos participantes, tendo em vista o resguardo de sigilo quanto às respostas apresentadas.

4. Resultados e Discussão

A seguir, estão apresentados os resultados e discussão inerentes à pesquisa tendo como objetivo estudar a importância da gestão ambiental de instituições públicas, visando ao aumento da sustentabilidade socioambiental, tendo como estudo de caso as ações de gestão ambiental, ora sendo desenvolvidas nas dependências da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF. Procurou-se identificar essas ações, bem como verificar o nível de conhecimento dos funcionários sobre as ações identificadas.

4.1 Pesquisa Documental sobre as Atividades de Gestão Ambiental na Organização

Na pesquisa documental da própria instituição, identificou-se que ela dispõe de uma Política Ambiental (Anexo A), a qual foi criada em atendimento às diretrizes do Governo da União. A organização disponibiliza essa política em seu sítio na internet (http://www.CODEVASF.gov.br/programas_acoes/acoes-ambientais-1), no qual expõe algumas de suas ações ambientais para seus empreendimentos, inclusive orientações quanto ao consumo de papel para impressão, o uso de copos descartáveis, o consumo de energia, o uso de compu-

tadores e de telefone, visando a reduzir os danos ao meio ambiente e o custo de manutenção de suas unidades orgânicas. A instituição lançou um Guia de Boas Práticas para o Consumo Sustentável em 2013, encontrando-se disponível aos seus funcionários por meio da intranet. Esse guia tem como objetivo racionalizar o gasto público, sem prejudicar a eficiência dos serviços prestados por meio do consumo consciente, constituindo-se o desafio de pensar seriamente em aspectos relativos aos programas de reciclagem, adoção de novos estilos de vida e de novos padrões de consumo. Para tanto, esse guia traz orientações específicas quanto ao consumo de água, energia elétrica, impressão, compras públicas sustentáveis, o descarte do lixo e utilização veículos. Ainda, como ação ambiental, a própria 3ªSR/CODEVASF distribuiu canecas plásticas a todos os seus empregados a fim de estimular o uso de copo lavável para água e, por conseguinte, reduzir o uso de copos descartáveis.

4.2 A Pesquisa Empírica

Dando continuidade à pesquisa, foram aplicados questionários (Apêndice A) aos funcionários da 3ªSR/CODEVASF, objetivando descobrir o nível de conhecimento das ações ambientais do seu local de trabalho e o grau de consciência ambiental deles. Os dados obtidos com a aplicação dos questionários são apresentados em dois itens como organizados no instrumento de coleta de dados. As informações estão detalhadas e apresentadas em gráficos com a descrição de conteúdo na sequência.

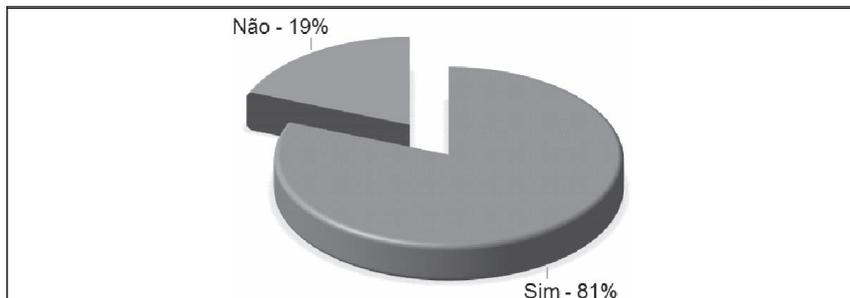
4.2.1 Participantes

Participaram da pesquisa 43 empregados da organização, que perfaz o total de 22,99%, sendo 22 do sexo masculino e 21 do sexo feminino.

4.2.2 A Opinião dos Participantes em Relação à Gestão Ambiental na Organização

- a) De acordo com a análise dos dados, 81% dos participantes conhecem, e apenas 19% desconhecem as ações ambientais que a CODEVASF desenvolve em suas dependências para a sustentabilidade ambiental (Figura 1). Sendo assim, pelo método da amostragem, depreende-se que 81% da população é conhecedora das ações de gestão ambiental da Codevaf/3ªSR.

Figura 1 - Conhecimento dos funcionários sobre ações voltadas para a sustentabilidade ambiental nas unidades administrativas. Petrolina, 2013



b) Pelo percentual apresentado na Figura 2, vê-se que 95% dos participantes, um quantitativo de 41, consideram ser possível que os funcionários da CODEVASF/3ªSR adotem práticas sustentáveis nas atividades desempenhadas na organização. Isso pode ser um indicativo de que estão dispostos a colaborar nesse sentido, ou pelo menos já pensam a respeito.

Figura 2 - Possibilidade de os funcionários adotarem, em suas atividades, práticas que favoreçam a preservação ambiental. Petrolina, 2013



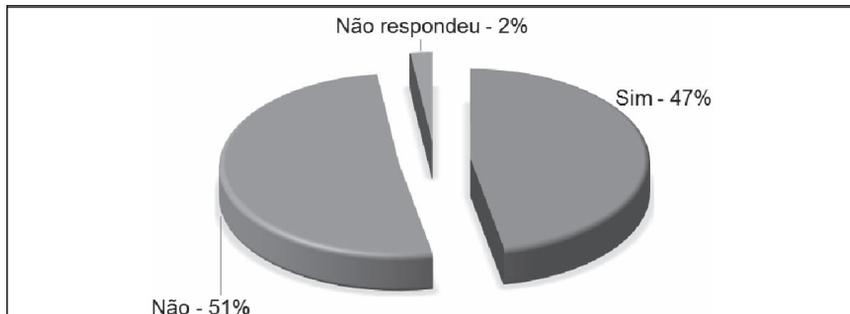
c) Conforme demonstrado na Figura 3, apenas 15 participantes conhecem o Guia de Boas Práticas para Consumo Sustentável que a empresa disponibiliza na intranet. Assim, por dedução, levando-se em consideração a amostra, pode-se afirmar que apenas 36% dos empregados são conhecedores da existência da referida cartilha. Essa resposta contrasta com a primeira questão abordada, tendo em vista que a Cartilha faz parte das ações de incentivo à sustentabilidade da empresa.

Figura 3 - Conhecimento sobre documento institucional denominado Cartilha de Boas Práticas para Consumo Sustentável. Petrolina, 2013



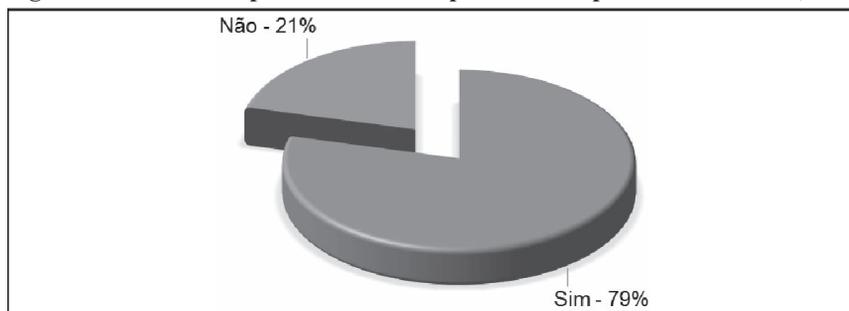
d) Outra questão que merece atenção quanto à sua resposta, pelos dados coletados, o número de conhecedores da Política Ambiental da CODEVASF é inferior aos que não conhecem, sendo 47% conhecedores, 51% não conhecem e 2% não responderam (Figura 4). A exemplo da questão anterior, ao compararmos com a primeira questão, vê-se um antagonismo presente, já que a Política Ambiental da CODEVASF, é uma de suas ações para a sustentabilidade em todas as esferas de atuação da empresa, seja na execução de obras quanto nas atividades administrativas.

Figura 4 - Conhecimento sobre a Política Ambiental da instituição. Petrolina, 2013



e) Levando-se em consideração as ações de sustentabilidade, a 3ªSR dispõe da campanha do Copo Lavável em substituição aos descartáveis. Essa iniciativa foi implantada pela Unidade de Meio Ambiente da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF. Como demonstrado na Figura 6, a maioria é adepta da campanha, ou seja, dos 43 participantes, 33 são adeptos, nove não são e apenas um não respondeu, sendo então possível dizer que 79% estão empenhados na campanha, o que pode reforçar a resposta apresentada.

Figura 5 - Adesão à campanha institucional para uso de copo lavável. Petrolina, 2013



4.2.3 Sobre o conhecimento dos empregados acerca de ações sustentáveis

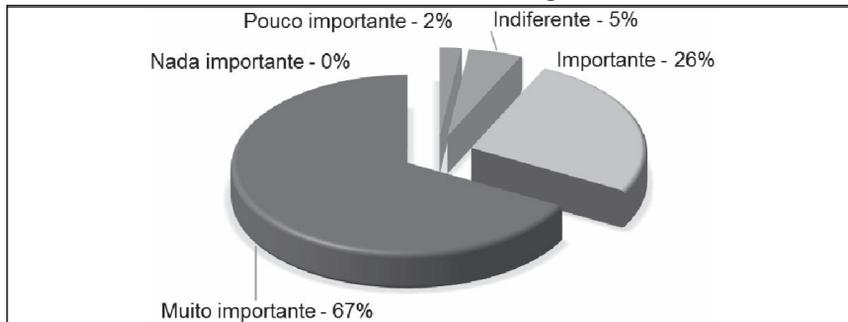
a) Conforme se verifica na Figura 6, a seguir, 91% dos participantes consideraram que a adoção pela sociedade em geral de ações para preservação do meio ambiente é muito importante, enquanto 9% consideraram ser apenas importante, não havendo respostas às demais opções da escala.

Figura 6 - Avaliação sobre a adoção, pela sociedade em geral, de ações para preservação do meio ambiente. Petrolina, 2013



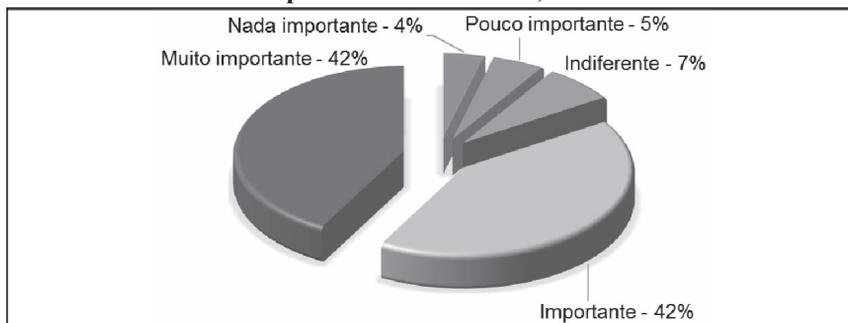
b) Quando indagados sobre a promoção de ações para preservação do meio ambiente pelas organizações, 67% dos participantes disseram ser muito importante, já 26% afirmaram ser apenas importante, 5% consideram indiferente e 2% entendem ser de pouca importância (Figura 7). Desse modo, depreende-se que a maior parte dos empregados possui uma consciência de que a promoção de práticas ecologicamente corretas nas empresas é benéfica ao meio ambiente.

Figura 7 - Avaliação sobre a promoção de ações para preservação do meio ambiente nas atividades administrativas das organizações. Petrolina, 2013



c) Ao serem questionados sobre a adoção de copos laváveis em detrimento dos descartáveis, 42% dizem ser muito importante a adoção de copo lavável, de igual modo, 42% consideram importante, 7% avaliam serem indiferentes, 5% dizem ser pouco importante e 4% consideram nada importante essa ação como atitude ecologicamente sustentável (Figura 8). As respostas dadas a essa questão reforçam os dados apresentados na Figura 6, sobre a campanha do copo lavável.

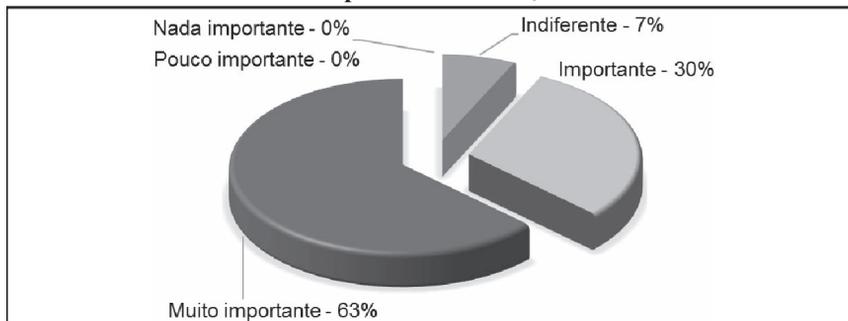
Figura 8 - Avaliação sobre o nível de comprometimento com a utilização de copos laváveis. Petrolina, 2013



d) Quanto à implantação de coleta seletiva nas empresas, 63% disseram ser muito importante essa prática, 30% consideram importante e 7% acham essa atitude indiferente ao meio ambiente (Figura 9). As respostas nessa questão norteiam o pensamento de que os empregados da 3ª SR/CODE-VASF possuem algum conhecimento sobre as práticas ecologicamente

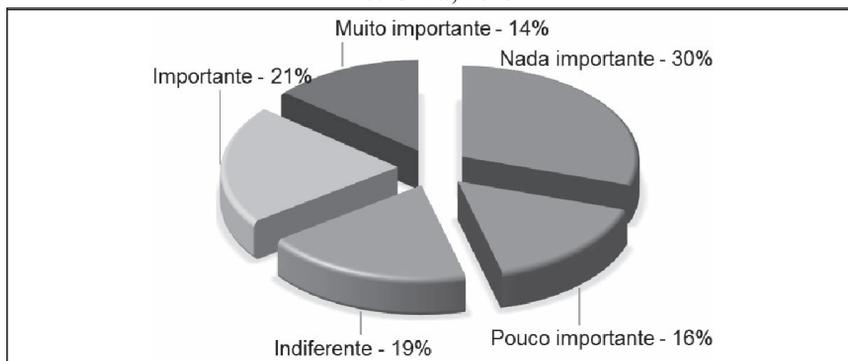
sustentáveis e sobre a necessidade de efetivação dessas atitudes também no ambiente de trabalho.

Figura 9 - Avaliação sobre a importância de implantação da coleta seletiva nas empresas. Petrolina, 2013



e) Indagados sobre a redução do horário de uso de ar-condicionado, das 9h às 16h, 14% dos participantes consideram muito importante reduzir o horário de uso do ar-condicionado durante o expediente de trabalho, 21% disseram ser importante, 19% acham ser indiferente, 16% consideram pouco importante e 30% atribuíram nada importante, o que implica dizer que, para esses, a redução do horário de utilização do ar-condicionado não deve ser uma medida adotada como ação de preservação ao meio ambiente. Diferente das questões anteriores que normalmente giravam em torno de duas a três variáveis da escala, nessa percebe-se uma distribuição maior nos níveis da escala (Figura 10).

Figura 10 - Avaliação sobre a redução do tempo de uso do ar-condicionado. Petrolina, 2013



4.2.4 Opinião Sobre Ações Danosas ao Meio Ambiente

Diante do panorama de respostas, quando indagados sobre a existência de ações no ambiente de trabalho que causam danos ao meio ambiente e, em caso positivo, quais seriam essas ações, o volume de uso de papel utilizado nas impressões, seguido do elevado consumo de energia elétrica, constituíram como as duas ações mais citadas pelos participantes. O uso de copos descartáveis e falta de coleta seletiva também foram constatações citadas. Diante do apresentado, depreende-se que, para os participantes, a ação no seu local de trabalho que mais pode gerar dano ambiental é o consumo excessivo de papel para impressão.

4.2.5 Sugestão para Melhorar a Gestão Ambiental no Local de Trabalho

Em relação a esse quesito, os participantes sugeriram em primeiro lugar a redução de consumo de uso de papel como ação de melhoria à gestão ambiental no seu local de trabalho, vindo logo após a sugestão de adoção de medidas de redução de consumo de energia elétrica especificamente. Também houve citações sobre a redução de tempo de uso de ar-condicionado, medida que está relacionada ao consumo de energia elétrica.

Outros pontos de destaque nas respostas dizem respeito à adoção de uso de papel reciclado na instituição, a redução do uso de copos descartáveis, foi citada também que há necessidade de implantação de programas de educação ambiental na empresa, para divulgação de suas ações e ampliação dessas.

Sugestões para que fossem aproveitadas a iluminação e ventilação naturais nas salas de trabalho também foram apresentadas, bem como que fosse providenciado o plantio de mais árvores para proporcionar melhor arborização do local. O racionamento de água foi apontado como uma ação a ser implementada na organização por meio de instalação de sensores nas pias e reaproveitamento da água das pias nos vasos sanitários.

5. Considerações Finais

O presente trabalho estudou a importância das ações de gestão ambiental nas instituições públicas, visando à sustentabilidade socioambiental tendo como estudo de caso a 3ª Superintendência Regional da CODEVASF e descreveu as ações desenvolvidas. Ademais, verificou o nível de conhecimento dos funcionários

em relação às ações corporativas para preservação do meio ambiente, investigou a ocorrência de ações que podiam apresentar danos ao meio ambiente e levantou proposições de ações para a prevenção e correção de danos ambientais na instituição pesquisada. Procedeu-se a uma descrição sobre as ações que os países têm empreendido, por meio de acordos e legislações, que resultaram em compromissos em relação aos cuidados com o meio ambiente, em conciliação com as práticas empresariais. Isso, pode-se afirmar, porque vislumbraram que o consumo irresponsável e desenfreado poderá levar a população do planeta a um colapso no que diz respeito aos recursos naturais, indispensáveis a sobrevivência dos seres humanos em especial. Destaca-se a forma como a organização pública pesquisada tem agido frente aos efeitos nocivos ao meio ambiente e às políticas adotadas para a prevenção de danos ambientais. A elaboração do trabalho foi possibilitada pela aproximação com a instituição em estudo e de seus funcionários, ou seja, do ambiente e da população alvos desse estudo, do conhecimento do ambiente ao qual estão inseridos, pesquisa da literatura e da busca por documentos institucionais pertinentes ao tema, de conversa informal com a Chefe da Unidade Regional de Meio Ambiente e da realização de pesquisa de campo.

Transpostas as etapas da pesquisa, ficou evidenciado que a instituição estudada dispõe de algumas ações de gestão ambiental para as suas unidades administrativas. Uma delas é o Guia de Boas Práticas para o Consumo Sustentável, disponibilizado no seu sítio da internet, e a campanha do copo reutilizável. No entanto, ante as necessidades ambientais correntes, verifica-se que o quadro de ações de gestão ambiental da instituição necessita ser fortalecido, ampliado para um programa de sustentabilidade corporativo de forma mais sistêmica. Outra razão, a necessidade de fortalecimento das ações ambientais na referida organização encontra respaldo nos dados obtidos, em que a maioria dos participantes afirma não conhecer o Guia Boas Práticas para o Consumo Sustentável. Podendo-se, nesse caso, inferir que há uma lacuna para a divulgação dos mecanismos de gestão ambiental que desenvolve, assim como há necessidade de implantação de novas ações, como a coleta seletiva de resíduos e outros programas de educação ambiental, que pode incluir a organização de eventos comemorativos ao meio ambiente e a impressão e exposição do Guia de Boas Práticas em pontos de fácil acesso aos funcionários, para que, assim, melhore o desempenho na promoção de ações sustentáveis, caracterizando-a como organização sócio-ambientalmente responsável, elevando, por conseguinte, a sua imagem perante o público interno e a sociedade em geral.

Quanto aos dados obtidos nos questionários, percebe-se que os colaboradores da 3ªSR/CODEVASF apresentam um bom nível de conhecimento sobre

a necessidade de cuidados com o meio ambiente e quais alternativas podem ser adotadas para consecução desses cuidados. Ademais, mostraram-se, em sua maioria, favoráveis a adoção de boas práticas ambientais, excetuando-se a questão relativa à redução dos horários de utilização de ar-condicionado, o que pode ser um indicativo de que os indivíduos sabem quais práticas são benéficas ao meio ambiente. A não aceitação da redução do horário do aparelho de ar-condicionado pode ser justificado mais pela temperatura causticante, própria do semiárido nordestino, do que por terem suas decisões ainda pautadas em interesses pessoais e não no pensamento do bem coletivo que é o necessário para adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, como pesquisas têm demonstrado.

Por fim, entende-se que o presente trabalho obteve êxito em relação ao alcance dos objetivos propostos, podendo as informações, aqui constantes, serem apresentadas como sugestão de implementação de ações adicionais de gestão ambiental. Uma vez que reúnem dados fidedignos das pesquisas realizadas e apresentam sugestões para adoção de programa mais amplo de responsabilidade e sustentabilidade ambiental (VISSER, 2012), especialmente em relação aos dois pontos críticos, que são o consumo de papel para impressão e de energia elétrica, devido às instalações físicas da instituição pesquisada não disporem de condições para a utilização de ventilação e iluminação natural. Convém ressaltar, entretanto, que isso pode ser explicado pelo período de construção da sede da organização, quando se detinha uma menor preocupação com a preservação do meio ambiente.

Notas

¹ Conferência sobre a mudança atmosférica.

² Primeiro Relatório de Avaliação.

³ Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima.

⁴ Associação Canadense dos Produtores Químicos.

⁵ Declaração de Atuação Responsável e Princípios Orientadores.

⁶ Atuação Responsável.

Referências

BARATA, Martha Macedo de Lima; KLIGERMAN, Débora Cynamon and

- MINAYO-GOMEZ, Carlos. *A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica*. 2007, vol. 12, n. 1, pp. 165-170. ISSN 1413-8123.
- BRAMMER, Stephen, WALKER, Helen. Sustainable procurement in the public sector: an international comparative study. *International Journal of Operations & Production Management*. Vol. 31 No. 4, 2011, pp. 452-476.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Lei Nº 6938/1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. DOU, de 2/9/1981. Brasília, 1981.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)*: Portaria 510/2002. Brasília, 2002.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *O Protocolo de Quioto*: Projeto de Lei Nº 18, de 2007. Brasília, 2007.
- COSTA, Daniela Viegas da and TEODOSIO, Armindo dos Santos de Sousa. *Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des) articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas*. 2011, vol.12, n.3, pp. 114-145.
- DELAI, D.; TAKAHASHI, B. Corporate sustainability in emerging markets: insights from the practices reported by the Brazilian retailers. *Journal of Cleaner Production*, 2012.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. *Rev. adm. empres.* [online]. 2000, vol. 40, n. 2, pp. 80-88. ISSN 0034-7590.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ROESCH, S. M. A. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SILVA, Karoline Rezende; GRANDE, Priscila Casa; VENDRAME, Francisco César; SARRACENI, Jovira Maria; VENDRAME, Máris de Cássia Ribeiro. *Meio ambiente nas empresas*.
- VISSER, Wayne., *CSR 2.0: Reinventing Corporate Social Responsibility for the 21st Century*. Disponível em: <<http://www.managementexchange.com/hack/csr-20-reinventing-corporate-social-responsibility-21st-century>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

Resumo

A preocupação com a natureza tem crescido nas últimas décadas, especialmente no que concerne à proteção dos recursos naturais. O objetivo do presente trabalho foi estudar a importância da gestão ambiental de instituições públicas, visando ao aumento da sustentabilidade socioambiental, tendo como estudo de caso as ações de gestão ambiental desenvolvidas na 3ª Superintendência Regional da CODEVASF. Procurou-se identificar essas ações e a percepção dos funcionários sobre elas. Foi realizada uma pesquisa descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa, utilizando-se de questionário e pesquisa documental para a coleta de dados. Os participantes foram os funcionários da companhia. Explanou-se sobre os benefícios para a empresa com a implantação da responsabilidade socioambiental, as quais contribuem para a diminuição dos danos ao meio ambiente e podem melhorar a imagem das instituições e impactar de forma positiva a opinião pública. Constatou-se que a instituição dispõe de um Guia de Boas Práticas para o Consumo Sustentável e a campanha do copo reutilizável. Por meio da pesquisa empírica, evidenciou-se o conhecimento e a percepção dos funcionários sobre a gestão ambiental na empresa, as práticas que podem ser danosas ou não ao ambiente. Ademais foram apresentadas propostas de ações que poderão trazer, além dos ganhos ambientais, a redução de custos financeiros.

Palavras-chave: Gestão Ambiental; Responsabilidade e Sustentabilidade Corporativa; Organização Pública

Abstract

In the last two decades the concern for the environment has increased, especially as regards the protection of natural resources, with a view to maintaining such resources for the preservation of the human species. This study aimed to study the importance of environmental management of public institutions, in order to increase corporation sustainability. It is a case study on corporate sustainability and responsibility, now being developed at the 3rd Regional Superintendence of CODEVASF. It aims to identify these actions and the perception of their employees. A descriptive survey was conducted with qualitative and quantitative approaches, using questionnaire and documentary research to collect data. Participants were company employees, contacted at their workplace. Furthermore, it presents the benefits to organizations with the implementation of social and sustainability responsibility, which may contribute to the reduction environment degradation

and can improve institution image and positively impact public opinion. It was found that the organization develops sustainability responsibility actions, has an Environmental Policy, a Guide for Sustainable Consumption and the reusable cup campaign. Data from empirical study showed the perception of employees regarding these actions, the practices that may be harmful to the environment and proposes actions of improvement, which may bring benefits to the environment, besides the reduction of economic resources. Based on the collected data, it can be pointed out that environmental actions taken at the institution require greater disclosure among employees and that these actions can be enlarged by holding specific environmental education events.

Keywords: Environmental Management; Public Administration; Sustainability; Corporate Sustainability and Responsibility

APÊNDICE A
PROJETO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
GESTÃO AMBIENTAL EM UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Questionário

I - A respeito de ações da CODEVASF na promoção de sustentabilidade ambiental nas dependências de suas unidades administrativas, responda:

1. Você tem conhecimento que a 3ªSR da CODEVASF dispõe de ações voltadas para a sustentabilidade ambiental nas suas unidades administrativas?	() Sim () Não () Não respondeu
2. Você considera possível que os funcionários das unidades administrativas da 3ªSR da CODEVASF adotem práticas em suas atividades na organização que favoreçam a preservação ambiental?	() Sim () Não () Não respondeu
3. Você conhece a Cartilha de Boas Práticas para o Consumo Sustentável da CODEVASF?	() Sim () Não () Não respondeu
4. Você conhece a Política Ambiental da CODEVASF?	() Sim () Não () Não respondeu
5. Você é adepto da campanha para uso de copo lavável em vez de descartável, na 3ªSR da CODEVASF?	() Sim () Não () Não respondeu

II - Responda as seguintes questões considerando a seguinte escala:

1. Nada importante 2. Pouco importante 3. Indiferente 4. Importante 5. Muito importante

1. Adoção, pela sociedade em geral, de ações para preservação do meio ambiente	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
2. Promoção de ações para preservação do meio ambiente nas atividades administrativas das organizações	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
3. Utilização de copos laváveis, reduzindo o uso de copos descartáveis	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
4. Implantação do sistema de coleta seletiva nas empresas	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
5. Redução do uso do ar-condicionado para das 9h às 16h	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>

6. Na sua opinião, existem ações no seu ambiente trabalho que prejudicam o meio ambiente? _____ . Em caso positivo, cite-as _____

7. Que sugestão você daria para melhorar a gestão ambiental no seu local de trabalho?

APÊNDICE B
PROJETO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
GESTÃO AMBIENTAL EM UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo em participar da pesquisa abaixo discriminada, nos seguintes termos:

Projeto: **Gestão Ambiental em Organização Pública Federal**

Responsável:

Orientador:

Instituição:

Objetivo e justificativa da pesquisa:

Esta pesquisa tem como objetivo estudar a importância da gestão ambiental de instituições públicas, visando ao aumento da sustentabilidade socioambiental, assim, procura-se verificar o nível de conhecimento dos funcionários em relação às ações para preservação do meio ambiente nas dependências da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF e levantar sugestões para melhoria da gestão ambiental no referido local.

Justifica-se a presente pesquisa pela crescente discussão quanto à necessidade de que sejam adotadas pela sociedade em geral medidas que propiciem a preservação do meio ambiente, isso inclui as organizações que merecem atenção especial quanto à gestão ambiental nas atividades por elas executadas, assim como, dentro das suas dependências.

Descrição dos procedimentos a que o participante será submetido:

Será aplicado um questionário contendo opções de respostas fechadas e abertas.

Benefícios esperados:

Espera-se que, pela pesquisa, sejam desenvolvidas ações que contribuam para a preservação ambiental dentro da instituição pesquisada.

Identificação do participante:

Nome: _____

RG: _____ Órgão Emissor _____

Estando assim de acordo, assinam o presente termo de compromisso em duas vias.

Participante

Responsável pelo projeto _____, _____ de _____ de 2013.

ANEXO A POLÍTICA AMBIENTAL DA CODEVASF

A CODEVASF, atendendo as diretrizes do Governo da União, por meio da Resolução Nº 125 adota e reconhece:

A questão do meio ambiente, sua preservação e conservação deve ser tratada como uma grande oportunidade de alavancar o desenvolvimento em áreas como o ecoturismo, manejo racional dos recursos florestais, biotecnologia, energia limpa, para o processo de geração de riquezas e sobretudo, para a melhoria da qualidade de vida do cidadão. A CODEVASF irá incluir nos seus Projetos, programas, atividades e ações que contribuam para a qualidade ambiental ou valorizem as oportunidades de negócios geradas pelo meio ambiente, adotando as seguintes diretrizes:

Introduzir instrumentos de estímulo à conservação ambiental e estimular a inserção da variável ambiental nas decisões das agências oficiais de crédito;

Promover a educação ambiental, por meio de iniciativas que envolvam o Estado e a sociedade civil, com a qualificação de atores locais atendidos e do empresariado rural;

Buscar o desenvolvimento da gestão ambiental na Empresa, procurando elaborar e implantar seus projetos de acordo com as normas e padrões internacionais de qualidade (ISO14000);

Elaborar, em parceria com outros órgãos federais e estaduais, o zoneamento ecológico-econômico nas áreas prioritárias para fins de ordenamento territorial;

Cooperar na promoção do desenvolvimento dos setores de equipamentos e serviços para a conservação do meio ambiente;

Manter em sua organização, dotação orçamentária, recursos técnicos e organizacionais voltados para as ações ambientais e ao atendimento dos dispositivos legais em todas as fases de estudos, projetos, implantação e operação de seus empreendimentos;

Cooperar na geração de oportunidade de investimento por meio da biodiversidade, ecoturismo, energia limpa, recomposição e manejo sustentável de florestas;

Cooperar na promoção de iniciativas que permitam enfrentar os desafios ambientais das aglomerações urbanas: poluição das águas, sonora, do ar e lixo;

Estimular o manejo integrado das bacias hidrográficas, com ênfase na proteção de mananciais, na regularidade do abastecimento das populações e na qualidade das águas;

Buscar a cooperação “pública/privado” e “regional/internacional” voltadas para conhecimento e disseminação de modelos de gestão e tecnologias produtivas sustentáveis;

Adotar os processos tecnológicos que visem estimular as alternativas de produção redutoras de desperdícios, geradoras de produtos com ciclo de vida mais longo e de menor impacto sobre o meio ambiente;

Adotar, na elaboração dos projetos, tecnologias voltadas para o manejo adequado dos recursos florestais, hídricos, minerais e pesqueiros.

Liliane Caraciolo Ferreira
Doutora em Psicologia da UFES e Profes-
sora Assistente IV da UNIVASF.

Lídio de Souza
Doutor e Professor da UFES – in memo-
riam.

Representações Sociais de Sertão entre Jovens e Idosos Moradores das Cidades Sertanejas Petrolina-Pe/Juazeiro-Ba

O presente artigo trata de uma pesquisa sobre representações sociais de sertão entre jovens e idosos que moram em Petrolina-PE/Juazeiro-BA. Localizada no Sertão do São Francisco, essa região tem sido alvo constante de políticas públicas, que, por meio de vultosos investimentos, sai do isolamento e passa a concentrar uma estrutura que lhe confere o título de maior polo de fruticultura irrigada do país. Segundo Sobel e Ortega (2007, p.4): “há pouco mais de três décadas, este território se apresentava como mais um dentre as diversas zonas de miséria situadas no sertão nordestino”.

Em breve análise, podemos destacar a evolução no índice de pobreza entre os anos 1970 e 2000, para os municípios do Sertão do São Francisco dos Estados de Pernambuco e Bahia. Em 1970, Petrolina tinha 85,7% da população na pobreza, em 2000, essa parcela caiu para 44,5% da população. Uma redução de 41,19%, que representa a maior queda na pobreza entre os municípios do Sertão do São Francisco. Em Juazeiro, por sua vez, a pobreza caiu de 77,5% (1970) para 49,1% (2000), mantendo-se como o município com o menor índice de pobreza do Sertão do São Francisco da Bahia. A Tabela 1, a seguir, sumariza o percentual de pobreza da população dos municípios de Petrolina e Juazeiro. Note-se, pelos números apresentados, que houve significativa redução da pobreza na região por elas compreendida.

Tabela 1 - % Pobres em Petrolina e Juazeiro

Localidade	1970¹	2000²	A-B
PERNAMBUCO	84,19	51,31	32,88
Grupo 1	91,75	64,50	27,24
Petrolina	85,71	44,52	41,19
BAHIA	84,95	55,32	29,63
Grupo 2	91,75	64,50	27,24
Juazeiro	77,46	49,08	28,38

FONTE: IPEA

¹ Percentual de pessoas com renda familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo de 1º/9/1991.

² Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

* Exceto Dormentes e Lagoa Grande (PE), Canudos e Sobradinho (BA), tendo em vista a indisponibilidade de dados para o ano de 1970.

Hoje, Petrolina e Juazeiro formam “um grande polo comercial e agroindustrial impulsionado pela agricultura irrigada” (FONSECA, 2008, p. 189), tema de referência em trabalhos científicos, políticos e na mídia. A questão é que, nesse processo, há uma radical mudança da prática agrícola, “que de tradicional passa à agricultura científica e ao agronegócio” (ELIAS, 2006, p. 30). Vale ressaltar que esse é um cenário que enseja transformações políticas, econômicas, tecnológicas, sociais e culturais, que deixam marcas no cotidiano das pessoas, em outras palavras, é um rico cenário de investigação em psicologia social. (PECORA e SÁ, 2008, p. 319). Este trabalho, portanto, aborda aspectos do processo de transformação do cotidiano de moradores da região sertaneja, por meio da investigação da representação social de sertão entre jovens e idosos em Petrolina-PE Juazeiro-BA.

Antes é preciso entender diferentes representações de sertão ao longo da história. Em breves considerações, é um processo que pode ser sintetizado pelas categorias “Atraso” e “Desenvolvimento” (ELIAS, 2006), resultantes dos interesses de dois grupos, a saber: colonizadores e empresários. Para colonizadores, o sertão era um lugar isolado, longe de tudo, de difícil acesso, que precisava ser desbravado. Para os empresários, que vivenciam outra realidade tecnológica, haja vista o progresso nas áreas de transporte e comunicação, o sertão é uma possibilidade de expandir o agronegócio. Segundo Mendes e Padilha Júnior (2007, p. 45-46):

Até hoje, a maioria das pessoas ainda pensa que a agricultura se restringe a arar o solo, plantar a semente, fazer a colheita, ordenhar vacas ou alimentar animais. Esse, na realidade, foi o conceito de agricultura que perdurou até o início da década de 1960. (...) Mais recentemente tem sido utilizado o termo agronegócio. A agricultura é vista como amplo e complexo sistema, que inclui não apenas a atividade dentro da propriedade rural (...) como também, e principalmente, as atividades de distribuição de suprimentos agrícolas (insumos), de armazenamento, de processamento e distribuição de produtos agrícolas.

O Sertão do “atraso”, que porventura imperava na época colonial, passa a levar tinta de Sertão do “desenvolvimento”. Fatores que geram “pobreza” passam a gerar “riqueza”, dependendo de quem fala. Exemplo disso é o dipolo Petrolina-PE/Juazeiro-BA, que, após a implantação da agricultura irrigada, voltada ao mercado internacional, tornou-se a região com maior nível de exportação de manga e uva

do Brasil. (IBGE, 2003). Segundo Castro (1994, p. 3):

Há (...) duas lógicas na organização do seu território; uma conservadora, que articula a escala local com a regional e a nacional, definindo o espaço econômico e político que garante a organização social e o poder no território com base nos azares climáticos; outra modernizadora, que articula a escala local com a internacional, organizando o espaço a partir de imposições de caráter tecnológico e de mercado, com base nas vantagens climáticas.

Há de se ressaltar a importância em escala local do que se tem feito, haja vista o desenvolvimento de nova paisagem produtiva, de relações de trabalho baseadas em lei, tecnologia, novas mediações econômicas, novas instituições, grandes investimentos, associações e cooperativas com pequenos produtores, mão de obra qualificada, terceirização, mediação financeira de instituições federais e regionais. Em outras palavras, instaura-se o “novo, que provoca rupturas no arcabouço institucional anterior”. (CASTRO, 2003, p. 50)

Entretanto, há, nesse contexto, uma nova estrutura que mexe com o imaginário das pessoas que vivem nessas áreas e que podem ser investigadas por meio da metodologia da teoria das representações sociais, que, segundo Arruda (2002, p. 129), “trabalha o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade”. O contato com o empírico permite-nos conhecer os opostos, as dicotomias, as desigualdades sociais (FRANCO, 2004, p.179), em outras palavras, investigar as representações sociais é investigar o que os sujeitos que protagonizam a história têm a dizer. Segundo Jodelet (2001, p. 32-33), a pesquisa em representações sociais responde a três perguntas básicas: “Quem sabe e de onde sabe?”, “O que e como sabe?” e “Sobre o que se sabe e com que efeito?”

Considerando os propósitos do presente trabalho, optou-se por fundamentá-lo na teoria psicossocial das representações sociais, que tem em S. Moscovici (1961) seu criador, e, em especial, na abordagem estrutural das representações sociais, proposta por Abric (2000, p. 27-37). Na perspectiva de estudar cortes geracionais, extraíram-se da abordagem estrutural os seguintes critérios: a) a hipótese da existência do núcleo central, ou seja, “a organização de uma representação social apresenta uma característica específica, a de ser organizada em torno de um núcleo central, constituindo-se em um ou mais elementos, que dão significado à representação”; b) o estudo comparativo das representações, tendo

em vista que “para que duas representações sejam diferentes, elas precisam ser organizadas em torno de dois núcleos centrais diferentes”; c) o teste de centralidade de elementos, segundo o qual “não é a presença maciça de um elemento que define a centralidade, mas sim o fato de que ele dá significado à representação”. (ABRIC, 2000, p. 31)

O núcleo central ou sistema central determina a organização da representação social. Independentemente do contexto imediato, é a parcela que resiste às mudanças, ou seja, é rígido e estável. Está ligado à memória coletiva e à história do grupo. Por sua vez, vale ressaltar que a parcela sensível ao contexto imediato é denominada de sistema periférico, que possibilita a adequação a realidade vivida pelo grupo, flexível e evolutivo.

Método

Participantes

Os sujeitos da pesquisa são jovens entre 18 e 25 anos (Grupo 1) e idosos a partir de 60 anos (Grupo 2), seleção etária que se fundamenta na perspectiva de que experimentam os mesmos problemas históricos concretos, na condição de grupos contemporâneos, e que os mais velhos possuem o “registro psicossocial de como era – ou de como as pessoas se lembram de como era – a cidade...” (PECORA e SÁ, 2008, p. 320).

Para a participação na pesquisa, foi recrutado um total de 120 sujeitos, divididos em dois grupos de 60, ou seja, G1 (N=60) e G2 (N=60), que forneceram dados de escolaridade, renda familiar, sexo, origem e tempo de moradia. Os idosos foram contatados na reunião da terceira idade, que ocorre todas as quintas-feiras em uma instituição local de assistência. Os jovens, por sua vez, foram contatados em uma universidade da localidade. Foram feitos contatos iniciais com alguns participantes, os quais, após entrevista, por solicitação da pesquisadora, indicavam três outros sujeitos a serem entrevistados conforme as necessidades da investigação, caracterizando a técnica ‘bola de neve’ ou *snowball*. (HECKATHORN, 2002)

Em consideração aos princípios éticos, a começar pelo contato com os representantes diretos dos locais de pesquisa, foi solicitado o consentimento de acesso e, em contato com os sujeitos, o procedimento seguiu com a sequência de apresentação da pesquisadora e da pesquisa, esclarecimentos sobre a liberdade de escolha de participar ou não, desistir a qualquer momento,

garantia de anonimato e solicitação de permissão para gravação.

Procedimentos

Foram coletadas evocações ao termo indutor ‘sertão’ e respostas à pergunta aberta sobre ‘como é morar no sertão para você’. Para coletar essas informações, foram utilizadas duas técnicas: entrevista e teste de associação de palavras – TAP. Para o TAP, foi solicitado aos sujeitos que fizessem associações ao termo ‘sertão’ e indicassem o grau de importância dos elementos evocados, ordenando-os numa escala numérica de um a cinco. Antes de iniciar a associação ao termo indutor, foram feitas simulações com outros termos, tais como Futebol, Religião, Violência, visando a garantir a compreensão do procedimento.

Organização dos dados

Para organizar os dados, objetivando a análise, além do uso da técnica de “categorização” proposta por Bardin (2005), foram utilizados, respectivamente, os programas TextSTAT, *Ensemble de Programmes Permettant L’Analyse des Evoca* – EVOC e o SIMI. O TextSTAT trabalha com textos, dispondo a frequência das palavras e a disposição de contexto em que estão inseridas. O EVOC organiza os dados do TAP por frequência e ordem de evocações, dividindo os elementos em centrais e periféricos, em quatro quadrantes, superior esquerdo (núcleo central) para elementos com frequência maior e ordenação menor; superior direito (primeira periferia) para a frequência maior e ordenação maior; inferior direito (segunda periferia), frequência menor e ordenação maior, e, finalmente, o quadrante inferior esquerdo (zona de contraste) com frequência menor e ordenação menor. Por fim, o *software* SIMI organiza os elementos por co-ocorrência ou gráfico de árvore máxima, dando visibilidade às relações entre categorias e indicando se são fortes ou fracas. As relações são apresentadas por linhas: pontilhadas, uma, duas e três, que indicam o grau de relação entre palavras co-ocorrentes, ou seja, linhas pontilhadas, fraquíssima relação entre palavras co-ocorrentes, fraca para uma linha, forte para duas linhas e fortíssima para linha tripla (MARTINS, TRINDADE e ALMEIDA, 2003, p. 559).

O TAP resultou em 600 unidades de significado (5 evocações de 120 sujeitos) agrupadas em 15 (quinze) categorias. Segundo Bardin (2005, p. 145), “as categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos sob um título genérico em razão de características comuns” (Tabela 2).

Tabela 2 - Categorização das evocações associadas ao sertão (N = 120)

Categorias	Elementos
Agricultura	agricultura, milho, feijão e roça.
Caatinga	caatinga, mata, algaroba e mandacaru.
Carência	carência, falta recursos, falta escola, falta hospital e falta tudo.
Cultura	cultura, Luiz Gonzaga, forró, vaquejada, bode assado e buchada.
Desenvolvimento	desenvolvimento, progresso e crescimento.
Fome	fome, desnutrição e crianças-desnutridas.
Irrigação	irrigação, Rio São Francisco e fruticultura irrigada.
Pobreza	pobre, pobreza e miséria.
Política	política, governo, prefeito e políticos.
Preconceito	preconceito, estigma e rotulado.
Região	Região, local, região nordestina e região do nordeste.
Resistência	resistência, forte, persistente, perseverante e fé.
Seca	seca, seco, galho seco, terra seca, verão o ano todo, calor e deserto.
Sofrimento	sofrimento, povo sofredor, muita dor, difícil e muita dificuldade.
Solidariedade	solidariedade, pessoal unido, humanidade, povo solidário

FONTE: elaborada pelos autores, com dados da Pesquisa

Para a categorização, foram consideradas as palavras mais frequentes utilizadas pelos sujeitos entrevistados, tendo em vista a organização do programa TextSTAT. As 15 categorias, portanto, são palavras com alta frequência no discurso dos sujeitos entrevistados e que orientaram o agrupamento de palavras. Vale ressaltar que também foi feita a análise do contexto dessas palavras, tendo em vista a análise qualitativa. Ressalta-se ainda que foram levados em conta os relatórios dos *softwares* EVOC e SIMI.

Resultados e Discussão

Caracterização dos sujeitos: escolaridade, renda familiar, sexo, origem e tempo de moradia

São 120 sujeitos, 60 jovens, entre 18 e 25 anos, que compõem o Grupo 1 (G1) e 60 idosos, com idade a partir de 60 anos, que compõem o Grupo 2 (G2). Foram solicitados o nível de escolaridade, a renda familiar, sexo, origem e tempo de moradia dos entrevistados. É na escolaridade que se encontra a maior diferenciação, 68,89% dos participantes de G2 se declararam analfabetos e 62,30% dos participantes de G1 declararam possuir o nível superior incompleto. Em relação à renda familiar, vale ressaltar que 48,21% de G1 e 48,89% de G2 optaram por não declarar e que, salvo essa

situação, a maior expressão relativa dos grupos é que 20% de G2 declaram renda familiar acima de 20 salários mínimos (SM), e 26,23% de G1 declaram-se na faixa entre 2 e 4 SM. A distribuição por sexo é equilibrada em G1, 50% feminino e 50% masculino; e não equilibrada em G2, em que há expressiva participação do sexo feminino, com 77,28% do total dos participantes da pesquisa, decorrente da dificuldade de acesso ao sexo masculino, do alto nível de recusa e da baixa participação nas reuniões da terceira idade. Em sua maioria, são migrantes ou não nascidos em Petrolina e Juazeiro, G1 – 50,82% e G2 88,46% e apenas, 11,54% de G2 são nativos ou nascidos na região da pesquisa. Em suma, a grande maioria veio de outra região e declara que migrou em busca de melhoria e de oportunidades. Por fim, os participantes de G1 moram na região, em média, há 14 anos e os de G2 há 39 anos (Tabela 3).

Tabela 3 - Características dos participantes dos grupos

Escolaridade	G1 (%)	G2%
Analfabetos	0	68,89
1º grau incompleto	0	15,56
1º grau completo	0	2,22
2º grau incompleto	0,00	2,22
2º grau completo	29,51	4,44
Superior incompleto	62,30	0,00
Superior completo	0,00	6,67
Renda familiar		
Não declarada	0	48,89
Acima de 20 SM	3,28	20,00
Entre 10 e 20 SM	4,92	13,33
Entre 4 e 9 SM	13,11	4,44
Entre 2 e 3 SM	26,23	8,89
Entre 0 e 1 SM	52,46	4,44
Sexo (%)		
Feminino	50,0	77,78
Masculino	50,0	22,22
Origem		
Local	49,18	11,54
Migrante	50,82	88,46
Tempo de moradia (média de anos)	14	39

FONTE: elaborada pelos autores com dados da pesquisa

Representações sociais de sertão entre membros de G2: análise do TAP

São elementos centrais da representação social de sertão entre os sujeitos de G2: “seca, sofrimento, resistência, agricultura, caatinga e fome”; primeira periferia: “carência, desenvolvimento, pobreza, cultura e irrigação”; segunda periferia: “solidariedade” e zona de contraste: “região e política” (Tabela 4).

Podemos observar que, pelo critério de frequência, “seca” e “carência” são os elementos mais expressivos dessa representação social. Entretanto, pela organização do EVOC, “seca” é possível elemento do núcleo central de G2 e “carência” é possível elemento do sistema periférico. Segundo Abric (2000, p. 31):

Tabela 4 - Evocações produzidas pelos participantes do G2

Núcleo Central - Freq. = 12 OME < 3,00			1ª Periferia - Freq. < 12 OME = 3,00		
Palavras	Freq.	O.M.E.	Palavras	Freq.	O.M.E.
Seca	45	2,22	Carência	51	3,51
Sufrimento	27	2,70	Desenvolvimento	22	3,36
Resistência	25	2,96	Pobreza	22	3,46
Agricultura	16	2,88	Cultura	18	3,94
Caatinga	14	2,88	Irrigação	16	3,63
Fome	14	2,57			
Zona de contraste - Freq. < 12 OME < 3,0			2ª periferia - Freq. < 12 OME = 3,00		
Palavra	Freq.	O.M.E.	Palavra	Freq.	O.M.E.
Região	7	2,14	Solidariedade	10	4,20
Política	6	1,33			

FONTE: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

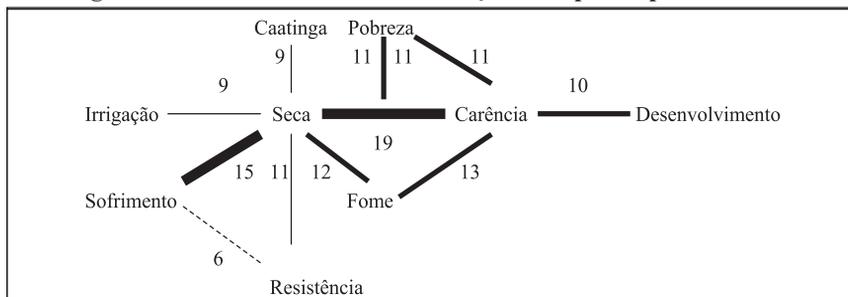
“Não é a presença maciça de elemento que define sua centralidade, mas sim o fato que ele dá significado à representação. Pode-se, perfeitamente, identificar dois elementos, dos quais a importância quantitativa é idêntica e muito forte, que aparecem, por exemplo, muito frequentemente no discurso dos sujeitos, mas um pode ser central e o outro não”.

Representações sociais de sertão entre membros de G2: análise de co-ocorrência

Pécora e Sá (2008, p. 322) afirmam que “alguns elementos da primeira periferia, quadrante superior direito, poderando as altas frequências com que foram evocados, podem ser considerados centrais, à medida que apresentem, por algum outro critério, como o da conexidade, uma nítida afinidade com elementos do qua-

drante superior esquerdo”. Nesse sentido, lança-se a hipótese de que, no presente caso, talvez “carência” possa ser um desses elementos. A análise da conexidade dos elementos evocados, sintetizada na árvore máxima apresentada na Figura 8, parece fornecer apoio a essa hipótese. (Figura 1)

Figura 1 - Árvore máxima das evocações dos participantes do G2



Como é possível verificar, dois elementos possuem a característica de centralidade em relação aos elementos, “seca” e “carência”. Carência, portanto, passa a ser supostamente central na representação social de sertão de G2. Em função da observância desse critério de centralidade – conexidade – passam a ser sete e não seis os elementos centrais da representação de sertão entre idosos: “seca, sofrimento, resistência, agricultura, caatinga, fome e carência”. Vale ressaltar que agricultura não está na figura, tendo em vista que o termo “agricultura” não apresentou co-ocorrência com outros termos evocados.

Por sua vez, os elementos de primeira periferia sem “carência” passam a ser “desenvolvimento, pobreza, cultura e irrigação”. Segundo Abric (op. cit., p. 32), “os elementos periféricos constituem a interface com o núcleo central e a situação concreta na qual a representação é elaborada ou colocada em funcionamento”. Podemos constatar tais fatos, na árvore máxima, na qual “desenvolvimento e irrigação” não são elementos centrais, mas estão presentes na organização estrutural da representação social de sertão.

Representação social de sertão entre membros de G1: análise do TAP

Entre os sujeitos do G1, os elementos “seca e caatinga”, localizados no quadrante superior esquerdo, são possivelmente os elementos que compõem o núcleo central; “resistência, cultura, pobreza, desenvolvimento e sofrimento”, no quadrante superior direito, compõem a primeira periferia do sistema periférico; “carência, irrigação, solidariedade, preconceito”, quadrante de segunda periferia e “fome e região” compõem a zona de contraste. (Tabela 5)

Tabela 5 - Evocações produzidas pelos participantes do G1

Núcleo Central - Freq. = 12 OME < 3,00			1ª Periferia - Freq. < 12 OME = 3,00		
Palavras	Freq.	O.M.E.	Palavras	Freq.	O.M.E.
Seca	79	2,54	Resistência	43	3,33
Caatinga	21	2,81	Cultura	29	3,17
			Pobreza	26	3,04
			Desenvolvimento	19	3,32
			Sofrimento	12	3,17
Zona de contraste - Freq. < 12 OME < 3,0			2ª periferia - Freq. < 12 OME = 3,00		
Palavra	Freq.	O.M.E.	Palavra	Freq.	O.M.E.
Fome	9	2,89	Carência	11	3,27
Região	5	2,20	Irrigação	11	3,18
			Solidariedade	6	3,83
			Preconceito	5	3,00

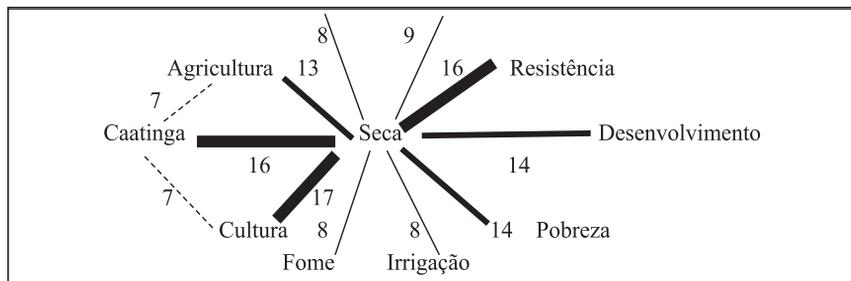
FONTE: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Pelo critério de frequência, “seca” é o elemento mais expressivo na representação social de sertão entre os membros de G1. Em segundo, “resistência” com frequência bem abaixo do elemento “seca”, mas na segunda colocação. Essa constatação indica a necessidade do teste de centralidade, ou seja, o teste de co-ocorrência dos elementos que compõem a estrutura da representação.

Representação social de sertão entre membros de G1: análise de co-ocorrência

A árvore máxima corrobora a centralidade dos elementos “seca e caatinga” na representação social de sertão entre jovens, sem que haja modificações na estrutura organizacional demonstrada na Figura 2.

Figura 2 - Árvore máxima das evocações dos participantes do G1



É possível identificar “seca e caatinga” como elementos centralizadores por co-ocorrência de elementos. Seca co-ocorre com 10 elementos, com fortíssima co-ocorrência com ‘caatinga’, ‘cultura’ e ‘resistência’; forte co-ocorrência com ‘desenvolvimento’; fraca, com ‘fome’, ‘irrigação’, ‘sofrimento’ e ‘carência’. Caatinga, por sua vez, é elemento central por apresentar co-ocorrência fortíssima com o elemento “seca” e co-ocorrer com “agricultura” e “cultura” de maneira fraquíssima.

Quanto à diferença da estrutura de representação social de sertão entre G1 e G2, vale lembrar que, segundo a abordagem estrutural das representações sociais, aqui privilegiada, as representações de dois ou mais conjuntos sociais acerca de um mesmo objeto só podem ser consideradas diferentes se as composições dos respectivos núcleos centrais forem nitidamente diferentes (ABRIC, 2000). Se isso não se verifica, há que se concluir que se trata da mesma representação social básica, apenas diversamente ativada em função das situações específicas em que se encontram os diferentes grupos de sujeitos. Nesse sentido, os resultados da presente pesquisa evidenciam a existência de uma representação única de “Sertão”, visto que a organização e análise dos dados indicam a existência de um mesmo elemento significativo, seca, para os dois grupos investigados.

Representação social de sertão: análise de conteúdo

A análise de conteúdo foi dividida em essencial e circunstancial, fundamentada no princípio da *rationale* de Flament (citado por Sá, 1996, p. 27): que “os sujeitos tendem a destacar o essencial (núcleo central) em relação ao circunstancial (periféricos) quando respondem à pergunta.”, que no caso foi ‘como é morar no sertão para você?’. Nessa perspectiva, foram classificados como essenciais os elementos que indicam o sentido de sertão “pobre” e em circunstanciais aqueles que indicam o sentido de “desenvolvido”. Na temática essencial, foram encontradas 9 categorias: “Lugar carente”; “Seca, caatinga”; “Resistência”; “Tranquilo”; “Lugar isolado”; “Fome, pobreza, miséria”; “Sofrimento”; “Região do nordeste” e “Política”. Na temática circunstancial, foram identificadas 6 categorias: “Aqui não é sertão”; “Lá é sertão, aqui não ”; “Aqui é bom, amo, gosto”; “ Não é só pobreza”, “Crescimento, desenvolvimento” e “Não tinha, hoje tem”.

Considerando o resultado da participação relativa das categorias essenciais e circunstanciais, verifica-se que os sujeitos, ao responder como é morar no sertão, tendem a destacar as categorias essenciais, G1 = 62,02% e G2 = 52,14%, em relação às circunstanciais, G1 = 37,98% e G2 = 47,86%. (Tabela 6)

Tabela 6 - Categorias de respostas à pergunta ‘Como é morar no sertão para você?’ Admite-se respostas múltiplas

Variáveis	Categorias	Freq. Absoluta			Freq. Relativa (%)		
		Total	G1	G2	Total	G1	G2
Essenciais	1. Lugar carente	24	18	6	9,76	13,95	5,13
	2. Seca, caatinga	43	25	18	17,48	19,38	15,38
	3. Resistência	19	7	12	7,72	5,43	10,26
	4. Tranquilo	3	3	0	1,22	2,33	0,00
	5. Lugar isolado	8	5	3	3,25	3,88	2,56
	6. Fome, pobreza, miséria	18	8	10	7,32	6,20	8,55
	7. Sofrimento	15	5	10	6,10	3,88	8,55
	8. Região do Nordeste	7	6	1	2,85	4,65	0,85
	9. Política	4	3	1	1,63	2,33	0,85
Circunstanciais	1. Aqui não é sertão	16	9	7	6,50	6,98	5,98
	2. Lá é sertão, aqui não	14	6	8	5,69	4,65	6,84
	3. Aqui é bom, amo, gosto	29	8	21	11,79	6,20	17,95
	4. Não é só pobreza	17	13	4	6,91	10,08	3,42
	5. Crescimento, desenvolvimento	21	13	8	8,54	10,08	6,84
	6. Não tinha, hoje tem	8	0	8	3,25	0,00	6,84
Total de respostas incluídas nas categorias essenciais		141	80	61	57,32	62,02	52,14
Total de respostas incluídas nas categorias circunstanciais		105	49	56	42,68	37,98	47,86
TOTAL GERAL DE RESPOSTAS		246	129	117	100,0	100,0	100,0

FONTE: Elaborado pelos autores com dados da Pesquisa

É importante salientar que a questão não é classificar elementos do discurso em centrais e/ou periféricos. O que se pretende é identificar a complexidade desse funcionamento, ou seja, as contradições. Daí a separação entre o que parece ser essencial e o que parece ser circunstancial, imbricados nos discursos dos sujeitos. É dessa maneira que se pretende dialogar com o pensamento social de Sertão em uma região sertaneja cuja estrutura propicia o pensamento social de “desenvolvimento” em um cenário de “pobreza”. Ressalta-se também que o local de pesquisa é o sertão, mas é estruturado no modelo de produção capitalista em escala internacional, denominado Polo de Desenvolvimento por órgãos de fomento como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Podemos verificar que a representação social de morar no sertão entre os grupos investigados é composta por categorias essenciais (57,32%) e que as transformações da região não ocorreram de forma imperceptível, tendo em vista a significativa participação das categorias circunstanciais (42,68%), impacto que pode ser observado por meio do critério de importância relativa considerando-se o resultado total. No resultado total, verifica-se a imbricação de categorias essencial-circunstancial, haja vista que sertão é “Seca, caatinga”

(17,48%), “Aqui é bom, amo, gosto” (11,79%), “Lugar carente” (9,76%), “Crescimento, desenvolvimento” (8,54%), “Resistência” (7,72%), “Não é só pobreza” (6,91%), “Aqui não é sertão” (6,5%). Assim sendo, é possível que as transformações da região tenham impactado o discurso dos grupos investigados. Segundo Abric (2000, p. 27), “toda realidade é representada, quer dizer, reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca”. Em outras palavras, o fato de estarem em uma região tida como “desenvolvida”, para padrões de sertão, impacta o discurso do grupo (indivíduos que moram na região sertaneja Petrolina-PE/Juazeiro-BA).

A seguir, destacamos um jovem e um idoso falando de sertão por meio do elemento “carência”; ancorado em “não é só pobreza” e “sofrimento” ou o sertão de que ouviu falar e o sertão vivido. Segundo Sá (2007, p. 294), é preciso levar em conta que “Fontes amplamente socializadas, os manuais de história e os registros proporcionados pela comunicação de massa têm sido responsáveis pela transformação dos fatos não vividos em memórias comuns, notadamente geracionais e coletivas”. De maneira que, na pesquisa em questão, entendemos que os idosos se referem a fatos vividos, e os jovens ao que foi aprendido (Tabela 7).

Tabela 7 - Como é morar no sertão? Um jovem e um idoso, moradores de Petrolina

Grupos	Discursos
Idoso: Carência, Sofrimento	“– Quando fala sertão, na minha mente, o que vem logo é pobreza. Eu acho que várias pessoas têm isso na mente, porque a gente já relaciona sertão ser uma região muito pobre, a gente já relaciona a subdesenvolvimento, a escassez de tudo, de infraestrutura, de educação, de saúde das pessoas, de pessoas muito pobres, que é miséria, é mesmo fome, a gente relaciona a isso. Só que a gente não imagina que é assim, quando vim para cá, para Petrolina, uma estrutura dessa, já mudei minha concepção, porque eu sei que é uma área desenvolvida, muito, e eu mesmo mudei um pouco, e eu sei que tem outros sertões que não são pobres, então a gente imagina”.
	“– A vida no Sertão era muito difícil, muito sofrida. De primeiro num tinha transporte, o 'caba' andava descalço ou no lombo de animal... não tinha médico, eu mesmo arranquei um dente cru, sem anestesia e o médico passou uma lista de remédio que não tinha mais tamanho... nós nem salário não tinha, o dinheiro não dava para pagar... Água... era de cacimba de degrau para poder tirar a água, de quinze metro, carregava nuns copinho. E quando era época de seca, a água sumia. Era difícil.”

FONTE: Elaborado pelos autores com dados da Pesquisa

Análise das categorias essenciais

“Seca, caatinga” é o elemento mais expressivo, com 30,50% do total das categorias essenciais. Na participação relativa decrescente, temos “Lugar carente” (22,50%) para G1 e “Resistência” (19,67%) para G2. Segue “Fome, pobreza, miséria” para G1 (10%) e G2 (16,39%) juntamente com “Sofrimento”. Pelo exposto, a representação social de sertão encontra-se na dependência da história de quem fala, sertão é o imaginário trágico para os dois grupos, sendo que G1 ouviu falar, mas “nunca viu isso”, e G2 fala do que vivenciou antes do “desenvolvimento” e que “hoje não é mais assim” (Tabela 8).

Tabela 8 - Frequências das categorias essenciais considerando-se respostas múltiplas

Categorias Essenciais	Frequência Absoluta			Frequência Relativa		
	Total	G1	G2	Total	G1	G2
1. Lugar carente	24	18	6	17,02	22,50	9,84
2. Seca, caatinga	43	25	18	30,50	31,25	29,51
3. Resistência	19	7	12	13,48	8,75	19,67
4. Tranquilo	3	3	0	2,13	3,75	0,00
5. Lugar isolado	8	5	3	5,67	6,25	4,92
6. Fome, pobreza, miséria	18	8	10	12,77	10,00	16,39
7. Sofrimento	15	5	10	10,64	6,25	16,39
8. Uma região do nordeste	7	6	1	4,96	7,50	1,64
9. Esquecido pelo governo	4	3	1	2,84	3,75	1,64
TOTAL	141	80	61	100,0	100,0	100,0

FONTE: Elaborada pelos autores com dados da Pesquisa

Análise das categorias circunstanciais

Tendo em vista as categorias circunstanciais e o critério de análise hierárquica decrescente, a realidade em que vivem os participantes é representada de acordo com o seguinte conteúdo: “Aqui é bom, amo, gosto” (27,62%) é “Crescimento, desenvolvimento” (20%), “Não é só pobreza” (16,19%), “Aqui não é sertão” (15,24%), “Lá é sertão, aqui não” (13,33%) e “Não tinha, hoje tem” 7,62% (Tabela 9).

Tabela 9 - Frequências das categorias circunstanciais considerando-se respostas múltiplas

Categorias Circunstanciais	Frequência Absoluta			Frequência Relativa		
	Total	G1	G2	Total	G1	G2
1. Aqui não é sertão	16	9	7	15,24	18,37	12,50
2. Lá é sertão, aqui não	14	6	8	13,33	12,24	14,29
3. Aqui é bom, amo, gosto	29	8	21	27,62	16,33	37,50
4. Não é só pobreza	17	13	4	16,19	26,53	7,14
5. Crescimento, desenvolvimento	21	13	8	20,00	26,53	14,29
6. Não tinha, hoje tem	8	0	8	7,62	0,00	14,29
TOTAL	105	49	56	100,0	100,0	100,0

FONTE: Elaborada pelos autores com dados da Pesquisa

A afetividade, “Aqui é bom, amo, gosto”, é mais expressiva para G2 (37,50%) do que para G1 (16,33%). O discurso de G1 é norteado pelas categorias “Não é só pobreza” e “Crescimento, desenvolvimento” (26,53%). O discurso de G2 é por “Lá é sertão, aqui não”, “Crescimento, desenvolvimento” e “Não tinha, hoje tem” (14,29%). Em se tratando de “Aqui não é sertão” e “Lá é sertão, aqui não”, a posição hierárquica é a mesma para as duas gerações G1 e G2.

Entende-se que esse resultado possivelmente se encontra articulado com a identidade social do grupo, visto que os participantes são moradores de uma região sertaneja que, se considerada na perspectiva do modelo econômico capitalista, é rica, mas na perspectiva da distribuição social da riqueza, é pobre, pois a maioria da população permanece na pobreza. No conflito entre região rica e pobre, a afetividade funciona como mecanismo de equilíbrio sociocognitivo dos participantes.

Conclusão

Este estudo mostrou que a análise das evocações livres de palavras conduziu à caracterização dos elementos constituintes da estrutura da representação social do sertão entre jovens e idosos que moram na região sertaneja Petrolina-PE/Juazeiro-BA, evidenciado pelas palavras *agricultura, caatinga, carência, cultura, desenvolvimento, fome, irrigação, pobreza, política, preconceito, região, resistência, seca, sofrimento e solidariedade*. A comparação entre as representações de sertão dos grupos evidencia diferenças sutis que não permitem afirmar a existência de representações diferentes em função da situação geracional. Observou-se uma representação que reproduz o sertão do imaginário trágico para os grupos, o ser-

tão da seca e da pobreza. Evidências corroboradas por dois outros instrumentos utilizados na organização e análise dos dados, o teste de centralidade e a análise de conteúdo temática.

Os idosos ressaltam as experiências, revelando dificuldades vivenciadas. Os jovens ressaltam o que ouviram falar, revelando o que foi aprendido e não vivenciado. Para os grupos, o local em que moram não pode ser considerado como sertão, porque não é seco e pobre. Pode-se supor que o discurso dos participantes da pesquisa é impactado pelo crescimento econômico do local, tendo em vista a implantação da fruticultura irrigada ligada ao comércio exterior, que projeta o local como a parcela mais rica do sertão pernambucano e baiano.

A questão é que a legitimação desse contexto é ideológica, porque quem enriquece é a região, na perspectiva de acumulação de capital. A logística para atender a produção e o escoamento da fruticultura irrigada é exemplo marcante desse modelo, são canais de irrigação, estradas que ligam a região as capitais, aeroporto internacional, órgãos governamentais no fomento da agricultura científica e o mercado financeiro com a disponibilização de crédito aos empresários do segmento. Um ciclo que faz crescer o Produto Interno Bruto dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA acima da média dos municípios do entorno.

Os resultados evidenciam que, para os participantes, o local em que moram parece uma capital e que por isso não pode ser considerado como sertão. Nessa perspectiva, o desenvolvimento alcançado ancora-se na pobreza do sertão que se tem em mente e não se visualiza a reprodução das desigualdades sociais de um modelo de desenvolvimento econômico. Tendo em vista que esse processo envolve a aplicação de recursos públicos, entendemos que ainda há muito a ser pesquisado. Não há como negar o avanço da região, mas é preciso refletir sobre a concomitante produção de riqueza e exclusão social.

Referências

- ABRIC, J-C. A abordagem estrutural das representações sociais. Em A. S. Moreira & P. Oliveira, D. C (Org.). *Estudos interdisciplinares em representações sociais* (p. 27-37). 2. ed. Goiana: AB, 2000.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teoria de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 127-147, novembro/2002.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- CASTRO, I. E. Instituições e cidadania. *Macator – Revista de Geografia da UFC*, ano 2, n. 3. 2003.

- _____. Da seca como tragédia a seca como recurso, velhos e novos discursos, velhos e novos territórios. *Anuário do Instituto de Geociências-IGEO-UFRJ*. V17. p. 1-13. 1994.
- ELIAS, D. (2006). Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista NERA*, ano 9, n. 8, p. 29-51, 2006.
- FONSECA, H. *Pernambucânia: o que há nos nomes das nossas cidades*. 2. ed. Recife: CEPE-FUNDARTE, 2008.
- FRANCO, M. L. P. B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. *Caderno de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 169-186, 2004.
- HECKATHORN, D.D. “Respondent-Driven Sampling II: Deriving Valid Estimates from Chain-Referral Samples of Hidden Populations”. *Social Problems*. 49: 11-34, 2002.
- JODELET, D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- MARTINS, P. O.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v. 16, n. 3, 2003.
- MENDES, J.T.G.; PADILHA Júnior, J. B. *Agronegócio: uma abordagem econômica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- PECORA, A.R. e SÁ, C.P. Memórias e Representações Sociais da Cidade de Cuiabá, ao Longo de Três Gerações. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v. 21, n. 2, 2008.
- SÁ, C. P. Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. *Temas em Psicologia*, nº. 3, 1996.
- _____. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2), 290-295.
- SOBEL, T. F. & ORTEGA, A. C. (2007) *XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*, Londrina. Anais. Evolução e situação atual do Pólo Petrolina – Juazeiro: uma análise a partir dos indicadores socioeconômicos, 2007.

Resumo

Este estudo analisa as representações sociais construídas por duas gerações acerca do sertão: jovens entre 18 e 25 anos (Grupo 1-G1) e idosos a partir dos 60 anos (Grupo 2-G2). Participaram da pesquisa 120 sujeitos, G1 (N=60) e G2 (N=60), amostra intencional, considerando-se o critério de saturação de conteúdo. Os dados foram coletados por meio de uma questão sobre como é morar no sertão, bem

como do Teste de associação de palavras para o termo ‘sertão’. Os dados foram tratados por meio dos *softwares* TextSTAT, EVOC e SIMI, utilizando-se ainda a análise de conteúdo orientada pelos temas atraso e desenvolvimento. Os resultados revelaram que para G1 os elementos que caracterizam o sertão são “seca e caatinga” e para G2 “seca, sofrimento, resistência, agricultura, caatinga, fome e carência”. Os resultados permitem concluir que a representação social de sertão pertence ao imaginário trágico, que entende o sertão da seca, flagelo, fome, pobreza e miséria e que Petrolina-PE/Juazeiro-BA ‘não é sertão’ porque é o ‘lugar mais rico do Vale do São Francisco’.

Palavras-chave: Representações sociais; Núcleo central; Sertão nordestino; Petrolina-PE; Juazeiro-BA

Abstract

This study analyzes the social representations built by two generations in the context of northeastern backlands. They are aged: between 18 and 25 years (Group 1-G1) and the elderly from 60 years (Group 2-G2). The participants were 120 subjects, G1 (N = 60) and G2 (N = 60), intentional sample considering the criterion of saturation content. Data were collected through a question about how to live in the wilderness, as well as Test of Free Association of Words to the term ‘wilderness’. The data were processed using the software TextSTAT, EVOC and ACS, using content analysis also guided by the themes and development delay. The results revealed that for G1 elements that characterize the interior are “dry caatinga” and G2 “dry, suffering, endurance, agriculture, savanna, hunger and deprivation.” The results indicate that the social representation of wilderness belongs to the “tragic imagination,” which means the backlands are a place where exists “drought, plague, famine, poverty and misery” and that Petrolina-PE and Juazeiro-BA is “not wild” because both cities are located in a richer place of northeastern backlands: The São Francisco Valley.

Keywords: Social representations; Core; Northeastern backlands; Petrolina-PE; Juazeiro-BA

Luciano da Rosa Muñoz

Doutorando em Relações Internacionais (UnB), Professor de História na União Pioneira de Integração Social (UPIS), Professor de Relações Internacionais no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

O Problema da Mediania: Outro Olhar sobre a Segunda Conferência de Paz da Haia

“Só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal.”

Michel Foucault

Introdução

Uma abordagem crítica da História não pode prescindir do constante esforço de atualização e de rediscussão de perspectivas. Nesse sentido, o que exporemos neste texto são inquietações acerca da visão corrente que se tem a respeito da Segunda Conferência de Paz da Haia (1907). Em linhas gerais, considera-se que a atuação do Brasil naquele palco representa um dos píncaros de sua história diplomática, uma vez que se defendeu com bastante sucesso o princípio da igualdade jurídica dos Estados, o qual, durante o século XX, consolidou-se como um dos pilares de sustentação da própria comunidade internacional. Ademais, por uma interpretação que se poderia denominar fundacionista, é ponto aceito considerar-se que foi a performance em Haia, sob os auspícios do Barão do Rio Branco e de Rui Barbosa, que pariu traços de essência da identidade internacional do Brasil, doravante refletindo-se e reproduzindo-se como potência média pacífica e jurídicista.

Partimos da premissa de que a análise dos fatos históricos não envolve um processo de desvelamento do que seria verdadeiro, senão antes a construção de uma narrativa verossímil e interessada, que é objeto de disputa das forças em jogo. Assim, é possível que se proponha outro olhar sobre a mesma realidade em questão, sem que se esteja atrelado ao que se pensaria ser uma leitura autoevidente. O que propomos fazer aqui é algo como uma sondagem de amostra, vale dizer, queremos repensar a inserção internacional do Brasil por intermédio de um recorte específico, o que talvez sirva para estabelecer alguma regularidade em casos semelhantes. Assim, trabalharemos a hipótese de que o olhar canônico sobre a Segunda Conferência de Paz da Haia inverteu causas e efeitos. Quer dizer, a postura principista brasileira que sustentou a igualdade jurídica dos Estados, segundo vemos, não foi um movimento inicial, de desinteresse, de arrepio ao uso da força e de generosidade aos pequenos, senão antes um expediente de reação ao fracasso das pretensões aristocráticas do Brasil.

O olhar canônico

A Segunda Conferência de Paz da Haia representou a estreia do Brasil em um grande foro internacional. Realizada nos estertores da *Belle Époque*, tratou-se de uma tentativa – mais ou menos malograda – de se regular o direito da guerra em tempos de paz. Seria possível dizer, sem exagero, que os Estados europeus buscavam conduzir as tratativas das regras do jogo antes que a ele dessem início. De fato, o cenário aplicável ao famoso *si vis pacem para bellum* vinha desenrolando-se passo a passo pelo menos desde a década de 1890.

Não nos atine destrinchar as possíveis causas da Primeira Guerra Mundial¹. Parece-nos suficiente salientar, porém, duas ordens de fenômenos: por um lado, a ascensão e as pretensões hegemônicas alemãs, as quais haviam detonado a formação das três *ententes*: franco-russa, franco-britânica e russo-britânica; por outro, a clássica tese do imperialismo, a qual, apesar de suas deficiências, destaca o fato importante de que o esgotamento das terras a conquistar e o ponto-limite do capitalismo monopolista eram elementos bastantes ao conflito entre as grandes potências europeias. Poder-se-ia interpretar a Segunda Conferência de Paz da Haia como um genuíno esforço kantiano para encaminhar a extinção da guerra ou, ao menos, sua submissão à vontade de se honrar os pactos. Pensamos ter sido, porém, uma *mise-en-scène* de boas intenções.

Entretanto, é possível afirmar que ela foi muito bem sucedida em termos de representatividade internacional. Tratou-se do primeiro grande evento a reconhecer a participação de potências menores não europeias e incluí-las como partícipes na feitura das regras internacionais. É sabido que as práticas diplomáticas que se disseminaram a partir do século XVIII configuraram uma das várias facetas da própria extrapolação além-mar do sistema europeu de Estados, ou da ocidentalização imposta aos povos conquistados ou semi-independentes sob o suave discurso do *white man's burden*.

Assim, é interessante que se perceba que a Segunda Conferência de Paz da Haia reuniu o expressivo número de quarenta e quatro Estados-partes, em um momento – o da “era dos impérios”² – em que o sistema internacional era muito mais reduzido do que o atual. As grandes potências buscavam dotar de legitimidade ou de carapaça jurídica – *right is might* – suas posições de força relativa. Às potências menores – países latino-americanos, do Leste Europeu e impérios asiáticos decadentes – pareceria tentador usar tal visibilidade para lograr posições de prestígio, por intermédio do único meio que lhes poderia restar – o parlatório, a persuasão³.

Inicialmente, é preciso que se compreenda a *rationale* que tem dirigido a sociedade internacional⁴ de Estados desde o advento da Paz da Vestfália (1648). O

final da Guerra dos Trinta Anos enterrou a antiga visão da Europa como universalidade, ou, em outras palavras, a ideia de que o continente deveria estar submetido a um poder holístico único. Por séculos, o legado cesáreo foi disputado pelo báculo e pela espada, pela Igreja Católica e pelo Império do Ocidente restaurado – Império Carolíngio em um primeiro momento, ao qual se seguiu o Sacro Império Romano Germânico não sem alguma solução de continuidade.

A partir do século XVII, a sociedade internacional de Estados tomou o formato que hoje se conhece: um conjunto de Estados soberanos e independentes entre si. Em face do debilitamento de um poder de arbitramento universal, dois princípios ganharam constante terreno: a razão de Estado e a balança de poder⁵. Doravante, cada Estado preocupar-se-ia com sua manutenção e sobrevivência, em cujo cenário seria salutar manter cada qual em equilíbrio de capacidades de poder com seus rivais, para que se evitasse a ascensão de algum Estado mais forte com veleidades imperiais.

Ocorre, porém, que tal sistema padecia – e ainda padece – da contradição essencial entre direito e força. A teoria da soberania presume-a como um atributo estático, uno e indivisível dos Estados na base do um por um. Quer dizer, trata-se de um viés formalista e jurídico que enxerga cada entidade soberana como uma unidade igual às demais. Ao mesmo tempo, desde um ponto de vista geoestratégico, é inegável que as capacidades efetivas de se exercer um poder soberano variam enormemente. Por isso, é indispensável que se destaque a elegante solução reiterada em pedra pelo Congresso de Viena (1815). Todas as potências – ou Estados independentes – do sistema internacional eram reconhecidas como unidades de soberania, contudo apenas poucas entre elas – as mais fortes – tiveram declarado e cristalizado seu *status* de grandes potências, o que implicava o direito de exercer tarefas especiais para a manutenção da ordem.

Como bem afirma Watson, há no sistema internacional uma tensão ou um dilema inerente entre ordem e liberdade. Por um lado, maior ordem promove paz e prosperidade, porém com restrições à ação dos Estados; por outro, maior liberdade significa mais autonomia, embora com os riscos da insegurança militar e econômica. Dessa forma, o sistema de Estados que emergiu no século XVII teve de conviver com essas duas orientações opostas. Em síntese, tratava-se – e ainda se trata – de uma multiplicidade de países independentes e nominalmente iguais entre si, porém com indisfarçáveis tendências à hegemonia, ou às soluções pela força⁶.

É necessário que se entenda bem em que consiste uma grande potência, de acordo com o que se estabeleceu em 1815. Reunidos em Viena, os Estados que haviam enfim derrotado a *Grande Armée* – aos quais se incorporaria a França res-

taurada – buscaram evitar que a Europa – ou, no limite, o mundo – testemunhasse a irrupção de outro “ímpeto carolíngio”, com o que se fez preciso compartilhar o poder de gestão da sociedade internacional nas mãos de cinco grandes potências, as quais zelariam pela paz e pela estabilidade do sistema, bem como por sua vigilância mútua. Nesse momento, o nascente Concerto Europeu (Inglaterra, Rússia, Áustria, França e Prússia) tentava a substituição da *raison d’État* pela *raison de système*. Era o embrião do que hoje se entende por “solução multilateral” às questões de segurança internacional.

Trata-se, no entanto, sem sombra de dúvidas, de uma solução oligárquica, que teria de seguir convivendo com o brocardo da igualdade soberana dos Estados. Quer dizer, se os Estados eram iguais, alguns eram mais iguais do que outros. Ou ainda, seria possível dizer que os temas de guerra e paz – ou do uso da força –, por sua própria natureza, deveriam ser apanágio dos fortes, de seu exclusivo poder de decisão. Dois fatores eram considerados determinantes para que um Estado ostentasse a condição de grande potência: a existência de interesses gerais, isto é, de interesses tão amplos quanto o próprio sistema internacional; a capacidade de proteger ou levar adiante tais interesses pelo uso da força, ou seja, a disposição e o preparo para ir à guerra⁷.

Citemos, a título de exemplo, o caso da Inglaterra – que não tinha amigos, mas interesses: possuía-os por sobre o globo – em seu império no qual o Sol nunca se punha; podia garanti-los por meio de um formidável poder marítimo. Em grupo, as grandes potências formariam um clube seletivo, uma aristocracia, com regras estritas de ingresso e pertencimento. No limiar do século XX, apenas Itália – não sem condescendência –, Estados Unidos e Japão haviam sido aceitos no seio de tal rol restrito. Desde 1815, regra que ainda se mantém, o grupo das grandes potências passou a gozar de direitos e deveres especiais em relação à vastidão das demais pequenas. Principalmente, no que se refere às questões que afetam a paz e a segurança do sistema internacional como um todo. Tal incumbência seria exercida, entre outros, por meio de medidas de colaboração entre elas, tais como a prevenção e o controle das crises e a limitação da guerra⁸.

Tal era o “estado da arte” em 1907, quando sobreveio a Segunda Conferência de Paz da Haia, empreendimento conduzido pelo “grupo dos oito” para regularem os conflitos entre si. Restaria indagar qual papel poderiam ter aqui as demais trinta e cinco pequenas potências – com exceção da Holanda, que ciceroneava o evento. Ou, mais especificamente, que papel quereria, poderia e deveria ter o Brasil. Tratado algum se havia voltado a discriminar tarefas determinadas às potências menores, tampouco discriminá-las entre si. Em uma analogia, seria possível dizer

que se tratava de um típico raciocínio estamental: clero é clero; aristocracia é aristocracia; o resto é Terceiro Estado. Assim, pequena potência respondia por um critério negativo ou residual. É plausível dizer, contudo, que o convite a um salão aristocrático é em si mesmo uma deferência. Ou ainda, que todo jogo de cena sai melhor se há plateia a aplaudir.

O Brasil, porém, via-se a si próprio como uma potência *sui generis*, cuja peculiaridade – e vantagem – era a indefinição. Quer dizer, tratava-se – e ainda é o caso – de uma “potência média”, nem grande, nem pequena, nem lá, nem cá. Assim, se não se poderia esperar que agisse de cima para baixo – ditando a lei às potências menores –, tampouco seria justo esperá-lo passivo, parte da audiência, maravilhado a assistir. As palavras de Rui Barbosa, delegado brasileiro na Haia, são lapidares:

Entre os que imperavam na majestade da sua grandeza e os que se recolhiam no receio da sua pequenez, cabia, inegavelmente, à grande república da América do Sul um lugar intermediário, tão distante da soberania de uns como da humildade dos outros. Era essa posição de meio termo que nos cumpria manter, com discrição, com delicadeza e com dignidade. [...] Abaixo das oito grandes potências que entre si repartem o domínio da força, nenhum Estado se adianta ao Brasil no conjunto dos elementos, cuja reunião assinala superioridade entre as nações. Considerados eles no seu todo, nenhuma, dentre as potências de segunda ordem, se nos avantajam. Creio mesmo que nenhuma nos iguala. Nossas tradições diplomáticas nos colocam, a certos respeito, numa grande altura, lado a lado com os governos que haviam exercido a magistratura arbitral em grandes litígios entre as maiores potências do globo. Nossa fraqueza militar nos punha a uma distância mui longa dessas potestades armadas.⁹

Dessa forma, parece-nos inequívoco que a honra do convite, o mero comparecer, não poderiam ser consideradas reações suficientemente dignas. Em 1899, quando da Primeira Conferência de Paz da Haia – convocada por Nicolau II, czar russo – o Brasil, único convidado da América Latina – ao lado do México – já havia-se dado ao luxo de declinar. Assim, era de se esperar que o país agora buscasse exercer algum papel de proa na reunião. Se isso não bastasse, é preciso também salientar que sua credibilidade internacional havia crescido bastante nos anos anteriores. O Brasil desfrutava de uma posição confortável com seus credores desde a negociação, em 1898, do *funding loan*, empréstimo de consolidação que,

em compasso com medidas de austeridade, foi utilizado para sanear a economia do país. Ao mesmo tempo, sua pauta de exportações – em um momento em que grassava a visão ricardiana das vantagens comparativas, ou, em outros termos, em que a “vocação agrária” era considerada uma fonte autêntica e natural de riquezas – registrava o sucesso do café e o recente *boom* da borracha.

Politicamente, também eram pequenos os motivos para desalento. No âmbito interno, começava a funcionar a maquina ria da “política dos governadores”, toma l  d  c  entre a autoridade central e os poderes locais que permitiu estabilizar e adaptar o federalismo   americana da Constituição de 1891 ao hábito corrente do coronelismo e da fraude eleitoral. No âmbito externo, o país vinha da recente incorporação do Acre, bem como do incremento sem precedentes da amizade com os Estados Unidos, onde se havia recém-elevado a legaç o brasileira ao *status* de embaixada. Tudo fazia crer, assim, que o Brasil não poderia ser uma pequena potência qualquer, muito menos agir internacionalmente abaixo de seus justos títulos. Sua autoimagem longamente gestada no século XIX, durante o Império – de “flor exótica” ou de baluarte da civilização na América Latina – viria a buscar na Haia seu reconhecimento cabal.

Desde a perspectiva das “oito grandes”, entretanto, o Brasil era mais uma entre as potências menores, ou mais um entre os países latino-americanos. Quisesse ou não, era visto como parte do numeroso bloco dos “atrasados”. Em 1905, Manoel Bomfim escreveu uma obra seminal, na qual denunciava o “espírito do tempo”, permeado por um arraigado eurocentrismo, o qual estava ideologicamente ligado à pseudociência do darwinismo social e à “teoria das raças inferiores”. Nesse sentido, o Brasil seria mais um componente da pequena coleção de repúblicas da América Latina, composta por países ingovern veis e turbulentos – lembremos por um instante a quartelada de 1889 –, povoados por mestiços, bárbaros e preguiçosos¹⁰. Assim, pareceria felicidade suficiente ao Brasil que pudesse cruzar o oceano, chegar à Velha Europa e sentar-se a assistir.

Em meio   extensa agenda da Segunda Conferência de Paz da Haia, destacam-se as propostas das grandes potências para a criação de um tribunal arbitral permanente. Que se perceba a lógica das iniciativas: as oito potências têm a tarefa de gerenciar a resolução dos conflitos; as oito potências compõem um clube seletivo e restrito. Assim, ambos os seus projetos para a constituição da corte tinham recorte aristocrático. O primeiro dos quais, apoiado pelas delegações dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Alemanha, previa que o novo órgão arbitral deveria ter dezessete membros, entre os quais apenas as oito grandes potências – e a Holanda, país sede – teriam direito a assento permanente. As oito vagas restantes

seriam divididas entre as potências menores por meio de um sistema de rodízio, o qual teria por base um critério geográfico. Nessa primeira proposta, o Brasil fora incluído no agrupamento da América do Sul. Em uma segunda tentativa, seguiu-se o mesmo princípio oligárquico, contudo as outras potências seriam agora repartidas em classes, das quais deveria caber a terceira ao Brasil. Seus árbitros sentariam no tribunal por quatro anos a cada doze¹¹.

Tais propostas foram inexitasas, e a corte arbitral natimorta. Coube à delegação brasileira denunciar o critério de força e o exclusivismo das grandes potências por meio da sustentação do princípio da igualdade jurídica dos Estados. De fato, pode-se dizer que o Brasil teve enfim na Haia papel à altura do esperado. Nesse sentido, sua utilização da retórica e do convencimento – em que brilhou a “Águia de Haia” – foi essencial para que, naquela ocasião, o direito derrotasse a força. Seu embasamento jurídico não foi apenas a ideia de soberanias nacionais iguais entre si, senão também a própria *rationale* da convenção aprovada na Haia em 1899. Vale dizer, já se havia criado anteriormente uma “corte arbitral” na qual cada Estado-parte tinha direito a indicar seu árbitro, sem discriminação entre membros permanentes e rotativos. Tratava-se de manter tal sistema, do que decorreria a desnecessidade de um novo tribunal. É sabido, no entanto, que a “corte” de 1899 era – e ainda é – tão somente uma lista de árbitros. No que concerne à criação efetiva de um tribunal arbitral, a última proposta da delegação britânica em 1907 apenas postergou o problema, uma vez que recomendava o voto a favor de sua futura constituição. Tal ocorreria somente em 1921, quando se criou a Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI), um dos frutos vários do idealismo do pós-guerra.

Não se pretende aqui recontar a História, senão apenas salientar, em um primeiro momento, o que dela fez a memória diplomática. O que aqui denominamos por “olhar canônico” acerca da atuação do Brasil na Segunda Conferência de Paz da Haia tem quatro ideias-força principais: a participação do país naquele evento representou um marco fundacional da diplomacia republicana, tendo surgido traços de essência contínua da inserção internacional do Brasil; na Haia, o país atuou como “potência medianeira”, servindo de ponte entre as nações, promotor do diálogo e da mediação que permitiriam trazer à luz o entendimento entre grandes e pequenas potências; suas gestões de 1907 provam que o Brasil é um Estado principista, amante do direito e guiado pelas normas internacionais; por último, o culto aos patronos diplomáticos que foram responsáveis por conduzir o país na Haia: Barão do Rio Branco e Rui Barbosa.

De acordo com Cardim, ao sustentar a igualdade jurídica dos Estados, o país emergiu da conferência como defensor das potências débeis ou injustiçadas.

Tratou-se de uma crítica ao então vigente sistema internacional, “de quem se reconhece membro da comunidade maior, e não pode se omitir, pelo contrário, abre-se com generosidade para dar sua contribuição, mas que vê claramente as iniquidades da cena presente.”¹² Por meio da concepção de Ricupero, poder-se-ia inclusive entender a atuação do país na Haia como um prenúncio do *soft power*, ou como um “poder brando” *avant la lettre*. Citemos o pensamento do embaixador:

Rio Branco [chanceler do Brasil entre 1902 e 1912] contribuiu mais do que nenhum outro para a elaboração do conceito de um país fiel à paz e ao Direito não por imposição das circunstâncias, mas por uma espécie de espontânea manifestação da essência profunda do caráter nacional. [...] Por conseguinte, o amor ao Direito, a generosidade, a moderação seriam como que atributos de uma certa ideia do Brasil e dos brasileiros. Como tais, elas seriam intemporais, quase independentes das circunstâncias¹³.

Conforme entende Lafer, o significado da ação diplomática do Brasil na Haia foi o “não estar à vontade com o indiscutível poder de gestão da ordem mundial atribuído e exercido pelas grandes potências segundo a lógica diplomática do Concerto Europeu.” Ou ainda, sua atuação naquele foro representou “um fazer diplomático precursor do tema e do processo de democratização do sistema internacional”. Por intermédio de uma inserção de constantes grocianas – ou seja, juristicistas – o Brasil esteve habilitado a agir como “um *tertius-inter-pares*, mediando posições entre grandes e pequenos no plano multilateral”, ao pôr em exercício a “virtude aristotélica da justiça do meio-termo”.¹⁴

Pode-se perceber de que maneira a memória diplomática trabalha a questão sobre que papel quereria, poderia e deveria ter desempenhado o Brasil na Segunda Conferência de Paz da Haia, ou, conforme nossos termos, de que modo busca resolver o problema de sua indefinição – nem grande, nem pequeno, nem lá, nem cá. A solução apresentada opta por interpretá-lo com base em uma “mediania doce”: um país que houve-se em 1907 com o móvel da generosidade, com a denúncia da injustiça e da opressão dos fortes, com a salvaguarda dos princípios independentemente de quaisquer circunstâncias e, sobretudo, por seus próprios valores, com uma aversão espontânea à estrutura aristocrática de poder existente.

Com base nas passagens recém-citadas, seria possível entender a “mediania doce” do Brasil por intermédio de três vetores: se as grandes potências do Concerto Europeu atuam com base em um *modus operandi* aristocrático e discriminatório, o Brasil insurge-se à frente da assembleia dos débeis, como porta-voz da demo-

cratização do sistema internacional; se as grandes potências têm interesses gerais a defender, o Brasil sequer possui interesses, pois age por princípios, como potência desinteressada, que não quer exercer potência, mas contribuir; se as grandes potências devem ocupar a vanguarda do poder militar e estar prontas à guerra, o Brasil repudia o uso da força, em função de sua própria identidade não conflitiva e do caráter pacífico de seu povo.

Uma memória seletiva

A memória relaciona-se estreitamente com seu antípoda – o esquecimento. O ato mnemônico sempre comporta uma narrativa, a qual é burilada conforme um processo de seleção, de escolha do que é adequado lembrar-se, do que é adequado esquecer-se. Ao mesmo tempo, tal discriminação é crucial para que se possa construir uma identidade, individual ou coletiva, e dotá-la de um caráter de essencialidade, o qual descarta o que pode ter sido acidental ou destoante no passado, para que se narre uma história linear, coerente, mesmo necessária, de cuja origem não se poderia duvidar.

Salienta Le Goff que a memória coletiva e a história aplicam-se a dois tipos de materiais: os monumentos e os documentos. A palavra latina *monumentum* remete ao verbo *monere*, que significa “fazer recordar”, “iluminar”, “avisar” e “instruir”. Desde a Antiguidade romana, o *monumentum* destina-se a duas funções: comemorar – isto é, rememorar em conjunto, em sociedade – o passado por meio de uma obra de escultura ou arquitetônica; perpetuar a recordação dos mortos. Por sua vez, o termo *documentum*, que deriva de *docere* – “ensinar” –, evoluiu para significar a “prova” escrita de alguma coisa. Dessa forma, a objetividade do documento opor-se-ia à intencionalidade do monumento.

No final do século XIX, acreditava-se que os documentos conteriam em si mesmos a “verdade dos fatos” ou o que “de fato aconteceu”. Assim, segundo a escola positivista, seria tarefa do historiador tão somente extrair dos documentos o que eles contêm, sem nada acrescentar, manter-se o mais próximo possível dos textos. Na década de 1960, baseado nos novos ares abertos pela Escola dos Annales, teve início a crítica do estatuto de objetividade dos documentos. Quer dizer, não se trata mais de saber se tal documento é verdadeiro ou falso, autêntico ou não, mas de que maneira foi ele tornado verdadeiro, ou, em outras palavras, atine hoje ao historiador expô-lo em sua condição de escolha, em sua condição de documento-monumento:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o

produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.¹⁵

Coube a Michel Foucault levar ao extremo a crítica aos documentos, vistos como monumentos, como escolhas intencionais resultantes de uma determinada rede de relações de poder, historicamente determinada. Assim, o documento não pode ser, para o historiador, uma matéria inerte ou transparente sujeita à reconstituição do passado. Não é mais o feliz instrumento da história, que seria, de pleno direito, memória. Ao contrário, o “quem a conta” e o “como se a conta” são os critérios que dão a dado olhar sobre a história seu *status* elevado – o *status* encantado da verdade. Assim, é preciso que se a submeta a um fazer arqueológico, é preciso escavá-la, decompô-la, destrinchá-la, desconstruí-la, desfazer sua opacidade importuna, desnudá-la em sua qualidade própria de monumento – em sua qualidade inerente de discurso.¹⁶

Tão cedo quanto na década de 1870, voga dos crentes no Deus-História, dos historiadores da história-verdade, Friedrich Nietzsche já pontuava os inconvenientes de uma história monumental. Quando tal concepção predomina sobre as demais – por exemplo, sobre uma história crítica – “segmentos inteiros do passado são esquecidos, desprezados e ecoam num fluxo cinzento e uniforme, de onde somente alguns fatos mascarados emergem como ilhas isoladas.” Mais ainda, tal história monumental submete os homens do presente a uma admiração satisfeita com os grandes homens do passado, os quais – desde sua tumba olímpica – põem-se a rir: deixai que os mortos enterrem os vivos.¹⁷ Monumentos que são os *facta ficta*, fatos fictícios de quem fala:

Um historiador não se ocupa do que efetivamente ocorreu, mas dos supostos acontecimentos: pois apenas estes *tiveram feito*. E, do mesmo modo, apenas dos supostos heróis. Seu tema, a assim chamada história universal, são opiniões sobre supostas ações e os supostos motivos para elas, que novamente dão ensejo a opiniões e ações cuja realidade imediatamente se vaporiza e apenas como vapor *tem feito* – uma contínua geração e fecundação de fantasmas, sobre as névoas profundas da realidade insondável. Os historiadores falam de coisas que jamais existiram, exceto na representação mental.¹⁸

Evidentemente, não se pretende aqui chegar ao cúmulo do ceticismo e suspender os juízos sobre a realidade insondável. Se assim o fosse, nem mais haveria que escrever. Trata-se, contudo, de afirmar que quaisquer juízos sobre a realidade humana – e sua história – são precários, perspectivos e condicionados. Mais importante, é preciso que se entenda que apenas alguns são investidos no estatuto de verdade, procedimento que envolve o leque seletivo das práticas discursivas. Como bem pondera Foucault, em toda sociedade – às voltas com a constituição de sua memória coletiva –, a produção dos discursos é controlada, selecionada, organizada e redistribuída de modo a conjurar os possíveis perigos do acontecimento aleatório – que se quer esquecer. Dessa maneira, é imperioso que se criem espaços de exclusão, regiões interditas e silenciosas, tabus que não se deve levantar. O critério que traça uma linha entre o que é tornado verdadeiro, lembrado e posto a falar e o que é tornado falso, esquecido e relegado ao nada é a luta pelo poder. Essa vontade de verdade, esse saber-poder, deve ancorar-se em um suporte institucional, em uma estrutura de poder capaz de fornecer-lhe a amplitude que deseja. Cada instituição escolhe, codifica, defende e propaga suas próprias narrativas.¹⁹

Desde um ponto de vista crítico, o historiador – ou genealogista – deve pôr-se a decodificá-las. Assim, é preciso contrapor à história monumental o uso paródico da história. O culto aos monumentos – Barão do Rio Branco e Rui Barbosa – é uma faca de dois gumes: por um lado, legitima a ação de seus sucessores com o vezo da verdade contínua; por outro, fossiliza seu poder de criação, obriga-os à paródia desastrosa, pois a ninguém se permite emular os pais fundadores, tão somente envergar suas máscaras.²⁰ O que propomos não é separar o joio do trigo, o falso do verdadeiro. Queremos, isto sim, reduzir o discurso canônico – da memória diplomática – à sua modesta condição de verossimilhança. Com isso, poderemos aclarar o que a nossa percepção.

O movimento dúplice do Brasil

Não pretendemos cultuar os mortos, senão tentar entendê-los na contingência das vicissitudes humanas. Assim, não nos cabe louvar os documentos-monumentos, descrevê-los como quem “faz recordar”, como quem “instrui” ou “ensina” as gerações futuras. Tampouco poderemos endeusá-los como signos da perfeição, como marcos iniciais ou epifanias de uma “ideia de Brasil” que já nasce pronta e acabada, destinada a permanecer intocada, imune ao erro. Ao contrário, trata-se aqui de jogar luzes sobre as partes silenciosas do discurso e discrepantes

ao olhar canônico, à história monumental. É preciso salientar o acontecimento, o acidental, o aleatório. Queremos agora falar de homens de Estado, não de suas estátuas.

Em 15 de agosto de 1907, depois que sobreveio o primeiro projeto das grandes potências para a criação na Haia de um Tribunal Arbitral discriminatório, o Barão do Rio Branco telegrafa a Rui Barbosa propondo seu “plano de transação”. Em sua ideia, o tribunal deveria ser composto por vinte e um membros, quinze dos quais – os países que detinham pelo menos dez milhões de habitantes – ocupariam seus assentos em caráter permanente. Quer dizer, tratava-se de manter a *rationale* oligárquica do tribunal, porém propor um critério alternativo de escolha. Assim, além das “oito grandes” e do país sede, Brasil, México, China, Império Otomano, Espanha e Portugal (contabilizadas suas possessões coloniais) também teriam passe livre ao salão aristocrático, posto perene nesse clube seletivo e algo alargado das grandes potências.²¹

Em seguida, telegrafa à Embaixada do Brasil em Washington a fim de obter no Departamento de Estado respaldo da delegação norte-americana na Haia para sua proposta de criação do tribunal arbitral.²² Naturalmente, os Estados Unidos jogaram aqui com dois pesos e duas medidas. No âmbito latino-americano – sobretudo após a divulgação do Corolário Roosevelt em 1904 – era providencial manter laços de amizade com o Brasil, o qual assim funcionava como um amortecedor entre a “política do grande porrete” e sua péssima repercussão na América Hispânica. Entre seus pares na Haia, porém, era forçoso agir como grande potência. Ou seja, evitar que as regras de ingresso em seu clube restrito fossem afrouxadas a quaisquer Estados arrivistas, *newcomers*, *parvenus* que estivessem acaso a bater à porta. Assim, a delegação norte-americana na Haia ignorou o pedido de ajuda do Brasil. Bradford Burns tenta explicar essa fissura em sua “aliança não escrita” pelo fato casual de que Elihu Root – Secretário de Estado que era simpático à América Latina – não se encontrava na ocasião em Washington por motivos de saúde²³.

De nossa perspectiva, o “plano de transação” do Barão do Rio Branco fracassou porque o Brasil não era – e não é – uma grande potência. Não se tratou de algum deslize pontual de articulação entre as duas delegações na Haia, tampouco de algum “azar histórico” ou da infelicidade de que estava ausente um benfeitor. Conforme apontamos, eram dois – e somente dois – os requisitos exigidos para que um Estado fizesse ser reconhecido como grande potência: interesses gerais em todo o sistema internacional; poder militar de ponta. O Brasil tinha interesses locais, ainda adstritos à América do Sul; seu *hard power* era desprezível. Em 17 de agosto de 1907, as grandes potências voltaram à carga, reafirmaram seu exclu-

sivismo e propuseram seu segundo projeto aristocrático para a criação do órgão arbitral: conforme afirmamos, agora as potências menores seriam repartidas por um critério classista, não geográfico.

É necessário deduzir do “plano de transação” ilações que não correspondem ao olhar corrente sobre a atuação do país na Haia. Pensamos que, ao também propor um projeto de tribunal arbitral oligárquico – o qual, contudo, contemplaria o Brasil, o Barão do Rio Branco não fez qualquer questão de rebater a “lógica das grandes potências”. Muito pelo contrário, parece-nos que tentou – não sem audácia – reformar o próprio critério aristocrático de admissão. Não se almejava aqui “democratizar” nada, senão barganhar em proveito próprio com as regras desiguais do jogo, porém com uma cartada distinta. No começo do século XX, época ápice do imperialismo, o poder dos Estados não era primariamente brando ou suave, mas telúrico, ratzeliano. Soa-nos óbvio dizer, o Barão do Rio Branco era um homem de seu próprio tempo. E não vivia embebido em éter. Sua cartada na Haia foi – em duas palavras – nosso “berço esplêndido”, o território que ajudou a circunscrever. Reproduzamos uma vez mais um conhecido artigo seu, publicado em 1908:

Nós vivemos fora da realidade da política internacional de hoje, em plena ilusão, a que o passado nos habituou. Longo tempo a América do Sul esteve entregue a si mesma, fez e desfez nacionalidades, ergueu e matou a liberdade, armou e extinguiu o despotismo, estabeleceu preponderâncias e supremacias, perfeitamente independente em matéria internacional. Foi por essa época que o Brasil, chamado pelos partidos políticos em luta, interveio no Prata; [...] Há muito a nossa intervenção no Prata está terminada. [...] O seu interesse político está em outra parte. É para um ciclo maior que ele [o Brasil] é atraído. Desinteressando-se das rivalidades estéreis dos países sul-americanos, entretendo com esses Estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população.²⁴

Atentemo-nos para as expressões das três últimas linhas: grandes amizades internacionais a que *tem direito*; aspiração de sua *cultura*; *prestígio* de sua *grandeza territorial*; *força* de sua população. Tais eram as credenciais das quais o Brasil podia dispor na Haia se acaso achava factível passar de grande potência regional a grande potência *tout court*. Façamos um pequeno exercício de semântica, tentemos entender e contextualizar tais expressões. Por sua cultura, o país almejava

ser reconhecido como parte do grupo das nações civilizadas. Em um período em que grassava o etnocentrismo evolucionista, era vital rechaçar quaisquer pechas de país selvagem ou primitivo. Nesse quesito, o arraigado francesismo das elites brasileiras podia contribuir. Em 1906, o Rio de Janeiro despojava-se de seu semblante lusitano, colonial, barroco, para – por meio do amplo programa de obras públicas do prefeito Pereira Passos – tentar equiparar-se a Paris com a abertura de seus próprios bulevares. Na própria Paris, Santos Dumont trazia a contribuição brasileira àquela efervescente era de inventos – o avião.

Era preciso bem mais do que isso, no entanto, para alçar voos mais altos em política internacional. Note-se que não há qualquer menção à economia do país. As grandes potências eram não apenas potências bélicas, mas também potências industriais. Nesse ponto, a Alemanha – cujas indústrias química e siderúrgica avançavam a passos largos – pode ser indicada como bom exemplo de um país que conjugou a pujança de sua economia de segundo setor com a construção de uma máquina de guerra. Ao Brasil, cabia comprar armamentos com as receitas de exportação de seus produtos primários. Esse é o espírito do plano de rearmamento naval – aprovado no mesmo ano de 1906 –, o qual dentro de quatro anos poderia elevar a esquadra do país à posição de uma das mais bem equipadas do mundo. Na realidade da Haia, porém, o Brasil ainda mantinha-se longe das grandes potências bélicas.

Se tinha força, era a força de sua população, não em termos de contingentes bem equipados e treinados, mas em números absolutos – superior a dez milhões. É aqui que reemerge o “mito do colosso”, que o Barão do Rio Branco certamente não inventou, porém esforçou-se por repetir. Tal Estado – governo, território e população – recém vinha de cerrar formalmente suas fronteiras, contudo carecia de excedentes de poder. Apesar disso, propunha-se a amarrar sua excepcionalidade em sua grandeza territorial excepcional. Deveria *ipso facto* ocupar um lugar entre as grandes potências, e seu prestígio sobressalente compensar a ausência maior de ativos de poder. Segundo entendemos, essa é a essência da cartada proposta na Haia em 15 de agosto de 1907; o plano de transação propunha-se a revisar o critério de ingresso no rol das potências para incluir um terceiro item, na falta dos demais: o tamanho da população e de seu território, dom da natureza.

Na esfera relacional das grandes amizades internacionais, no entanto, pouco importaria aos demais esse “mito do colosso”, visto que todo país, cultura ou civilização é suficientemente capaz de gerar suas próprias narrativas autocentradas. Se assim não fosse, deveria ter sido indisputável a primazia do Império Celeste, pois há milênios sua autoimagem de “umbigo do mundo” já vinha sendo repetida

aos quatro ventos. Ora, ninguém melhor do que a China – cuja rebelião dos *Boxers* recém havia precipitado uma intervenção das potências – para provar quão inúteis podem ser as palavras. No caso do Brasil, no entanto, a largueza de seu território fazia-o crer que tinha um direito natural à grandeza; mais do que isso: um direito a que tal direito fosse reconhecido pelos demais. Se – como bem diria a Patrística – a razão divina havia distribuído desigualmente os graus de perfeição entre os homens, talvez também fosse o caso das nações. Assim, pela ordem natural das coisas – a ser replicada na ordem jurídica internacional –, o Brasil, agraciado com terras das mais extensas, estaria assim teleologicamente vocacionado à grandeza. Não só vocação à grandeza, mas direito a vocativo: ser visto, chamado e aceito entre seus pares.

É preciso que algum *insider*, entretanto, convença seus iguais e faça o favor de obter ao postulante uma carta de convocação. Tal é um dos significados cardinais do “deslocamento do eixo diplomático de Londres a Washington”: guindar a posição do Brasil na sub-região e – quiçá – no mundo por intermédio do que hoje se chamaria de “parceria estratégica”. No começo do século XX – menos afeito aos eufemismos – tratava-se de consolidar uma aliança, mesmo que tácita, com os Estados Unidos. Em janeiro de 1905, havia-se referendado sem pejo seu “poder de polícia internacional” na América Latina, pois afinal o Brasil não estava – ao menos não mais – no “número das nações desgovernadas ou turbulentas” contra as quais “deva ser aplicado pelos mais fortes o direito de expropriação contra os povos incompetentes”.²⁵ Dois anos e sete meses depois, em agosto de 1907, o Brasil vinha – no mencionado “plano de transação” – buscar obter o reconhecimento, o contra-dom que seria digno de grande amizade internacional. A frieza da delegação norte-americana parece ter provado que era comum a todo espírito anglo-saxônico não ter amigos, mas interesses. Assim, se o Barão do Rio Branco foi audaz – ao tentar obter a um país exportador de café um assento permanente lado a lado com as oito potências – também foi ingênuo, pois superestimou o peso que sua aliança não escrita poderia ter fora do contexto regional.

Era necessário agora converter uma fraqueza em virtude: tal seria a função do principismo. Em 18 de agosto de 1907, três dias após seu “plano de transação”, o Barão do Rio Branco admite o malogro de seus esforços; estavam rotas as “relações especiais” com os Estados Unidos; carente de sua amizade, que se amasse agora o direito: “Agora que não mais podemos ocultar a nossa dissidência com a delegação americana cumpre-nos tomar aí francamente a defesa do nosso direito e do das demais nações americanas”; “ficara resolvido [que] defenderemos o princípio da igualdade de representação dos Estados”.²⁶ Uma vez mais iremos

de encontro ao olhar canônico: em nossa visão, não se tratou aqui de transbordar alguma “essência grociana”, de bradar a justiça aristotélica contra as iniquidades da força, de generosamente abrir-se à defesa dos pequenos; tratou-se, isto sim, de substituir o “plano de transação” por um “plano de obstrução”: se o Brasil não pôde obter seu assento, que ninguém então o tivesse.

A política internacional é um jogo, no qual se busca ganhar o máximo possível de apostas. Os princípios, assim como os atos de força, não são fins, mas meios. Não são finalidades, mas expedientes – totalmente dependentes das circunstâncias. Assim, se, no caso da incorporação do território do Acre, a postura formalista de Rui Barbosa haveria sido contraproducente, acabou por prevalecer o viés geoestratégico do Barão do Rio Branco, o qual – a bem da verdade – rasgou o tratado de Ayacucho (1867), instrumento jurídico que previa os justos títulos da Bolívia. A muito custo poder-se-ia ver o *uti possidetis* como uma petição de princípio. Princípio – como bem diria Kant – é um imperativo categórico, um *a priori* de conduta. No âmbito da América do Sul, onde o gigantismo do “berço esplêndido” também era o gigantismo da força, o *uti possidetis* sempre servira para dar coloração jurídica posterior a expansões *de facto* que já datavam trezentos anos. Fora desse espaço, ao contrário, onde inexistiam meios para exercer a força, seria o caso de recorrer aos princípios. Um Estado não é principista porque o quer ou porque assim nasce, mas porque tem de ser.

Nesse sentido, preferível seria fiar-se na Haia ao jurista, não ao diplomata. O fracasso do “plano de transação” foi a evidência de que – em meio às “potestades armadas” – só poderiam restar mesmo os princípios ao Brasil. Parece-nos que talvez Rui Barbosa tenha sido o realista: ao afastar-se da delegação norte-americana, percebeu que não era o caso de estreitar amizades, mas de defender interesses. Em quaisquer dos casos, contudo, tratava-se de somente um fim: a vontade de potência. Se não se podia ascender pela “força de sua população”, que se o fizesse pela força do direito. Antes de qualquer afã espontâneo por “melhorar” o sistema internacional, pensamos que o Brasil invocou na Haia o princípio da igualdade dos Estados visando a melhorar sua própria posição relativa de poder. Sua defesa não era propositiva, mas retórica, pois era inviável que se criasse uma corte arbitral com quarenta e quatro árbitros permanentes. Por tal razão, ambos – Barão do Rio Branco e Rui Barbosa – sustentaram desde o início a *rationale* da “corte” de 1899: aqui, a igualdade dos Estados baseava-se em vento. Não se podia considerar a Corte Permanente de Arbitragem (CPA) uma corte no sentido estrito do termo, pois não tinha – e não tem – um corpo fixo de julgadores.

Em 1907, no entanto, almejava-se criar uma corte verdadeira, na qual haveria árbitros permanentes, cada qual representando seu Estado de origem. Ou seja, possuir um assento exclusivo era fazer parte de um condomínio de poder, o qual deliberaria sobre as questões chave da ordem internacional: a guerra e a paz. Barrado do salão aristocrático, o Brasil utilizou a defesa da igualdade soberana dos Estados como seu “plano de obstrução”, sua estratégia de boicote. Nisso, foi absolutamente bem-sucedido, já que a corte que o rebaixava não saiu do papel. Na falta da qualidade, a quantidade. Carente de ambos os quesitos – interesses gerais e força bélica –, soube arrebatar o apoio da vastidão das pequenas potências ali representadas, assim como um girondino que vai à Assembleia dos Estados Gerais, denuncia a tripartição estamental dos *ordos* e invoca o grande número.

Pode-se perceber que, entre o “plano de transação” e o “plano de obstrução”, o Brasil efetua um movimento dúplice, o qual decorre de sua própria condição indefinida, de seu nem lá, nem cá, nem grande, nem pequeno. Poderíamos resumilo da seguinte forma: há duas posições de poder que se deseja alcançar, ora uma, ora outra, por oscilação, a depender das circunstâncias – uma reativa, que requer e espera que as grandes potências o reconheçam entre si e chancelem sua condição aristocrática, mesmo que *last and least*; outra ativa, na qual se exerce a liderança das pequenas potências como *primus-inter-pares*, formalmente igual, mas singularmente superior. Assim, seu trunfo na Haia parece-nos ter sido a ambiguidade. Alhures já havíamos chegado a tal conclusão, porém sem dela ainda derivar as devidas consequências:

Percebemos como o Brasil explorou habilmente as vantagens de sua condição intermediária. Inicialmente, o Barão defendeu a proposta mais vantajosa, a qual seguiria a *rationale* de 1899 e garantiria a todos os países um assento permanente no Tribunal Arbitral. Incapaz de granjear-lhe apoio, ele procurou garantir uma vaga fixa pelo menos para o Brasil ao lado das grandes potências por meio da interlocução privilegiada com os Estados Unidos. Ausente o suporte da delegação norte-americana, Rio Branco retornou decisivamente ao princípio da igualdade dos Estados, o que converteria o Brasil no líder das potências menores presentes na Haia.²⁷

Em meio à bruma dos vapores que envolvem a realidade, sugere-se apenas uma interpretação verossímil. Assim, pretende-se pôr de lado a explicação da “mediania doce”; em seu lugar, propomos entender a atuação do Brasil na Segunda Conferência de Paz da Haia com base no “problema da mediania”, cuja fórmula

é a seguinte: “grande demais para ser pequeno, pequeno demais para ser grande”. É-se grande na América do Sul, porém pequeno no mundo; assim, o Brasil tenta inicialmente equacionar sua situação híbrida por meio do espelhamento das grandezas: ser grande lá e aqui, onde emerge a importância do território como ativo de poder, pois sua grandeza é absoluta sob qualquer ponto de referência. Ocorre, contudo, que tal gestão malogra por insuficiência – pois de qualquer modo estão ausentes a força bélica e os interesses gerais –, de onde sobrevém a frustração da chancela aristocrática. É apenas então que o Brasil converte-se em “potência moral”, volta-se contra as grandes potências, porta-voz da justiça, dos princípios, do direito. Parece-nos, em todo caso, um andar em círculos, um movimento cíclico, que tende à repetição.

Repetição paródica, segundo dissemos. Os monumentos – tal qual fossem estrelas solares – param suas luzes e as projetam ao futuro, porém com graus de reflexão cada vez menos perceptíveis. Em uma alegoria inversa, seria possível pensá-los – o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa – como a imensa sombra de Buda, que continuou a ser projetada em uma caverna mesmo séculos depois de sua morte.²⁸ Suas sombras talvez ficassem cada vez mais espessas, salvo se alguém pusesse suas estátuas ao chão. Obrigados ao mimetismo, porém, os sucessores arriscam-se ao desastre. Veja-se, por exemplo, a paródia – ou o fiasco²⁹ – de 1926: o Brasil fracassa em suas gestões por obter um assento permanente no Conselho Executivo da Liga das Nações; tenta obstruir o funcionamento do órgão por meio do veto à entrada da Alemanha; retira-se à francesa – vergonhosamente, pior do que entrou.

Considerações Finais

Buscamos repensar a inserção internacional do Brasil no episódio da Segunda Conferência de Paz da Haia (1907). Acreditamos ter restado plausível nossa hipótese interpretativa, que aqui denominamos como “problema da mediania”: o país explora habilmente as vantagens de sua condição intermediária, ora “quase-grande”, ora “mais-do-que-pequeno”, visando a incrementar sua própria posição relativa de poder. Não cremos que se trate, assim, de um *tertius-inter-pares*, de um gigante gentil devotado à cruzada de erradicação dos conflitos; à construção de pontes entre nações; à paz perpétua. Como bem diria Schopenhauer, não existe prazer pleno, mas ausência de insatisfação. Há suspensão dos conflitos; paz positiva e absoluta – jamais houve. Assim, essa “certa ideia do Brasil e dos brasileiros” – pacifistas, justos e generosos – não é algo inarredável, mas sim resultado de prática discursiva, com seus práticos fins.

Por fim, perguntemos: atuou o Brasil na Segunda Conferência de Paz da Haia como um “articulador de consensos”?³⁰ Receamos que não. Seu “plano de transação”, o qual mantinha a *rationale* discriminatória inerente à sociedade internacional, sequer obteve o consenso de seu possível patrocinador, os Estados Unidos. De qualquer modo, mesmo que se desse um jeito de convencê-los, não se trataria de estabelecer laços entre grandes e pequenos, senão mantê-los cada qual no seu lugar. Por outro lado, seu “plano de obstrução”, o qual defendia a igualdade jurídica dos Estados, destinava-se não ao consenso, mas ao dissenso; almejava-se não criar instituições, mas destruí-las na raiz. A defesa do brocardo da igualdade soberana desarticulou os esforços de quem propunha algo; a corte arbitral não veio a lume. Poder-se-ia talvez dizer que o Brasil – semeou a discórdia.

Notas

¹ Remetemos o leitor a DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, pp. 77-129.

² HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 87-124.

³ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império perecerá**: teoria das relações internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, pp. 404-405.

⁴ Em Teoria das Relações Internacionais, a Escola Inglesa faz uma distinção conceitual entre sistema internacional e sociedade internacional: “*A system of states (or international system) is formed when two or more states have sufficient contact between them, and have sufficient impact on one another’s decisions, to cause them to behave – at least in some measure – as parts of a whole. [...] A society of states (or international society) exists when a group of states, conscious of a certain common interests and common values, form a society in the sense that they conceive themselves to be bound by a common set of rules in their relations with one another, and share in the working of common institutions. [...] An international society in this sense presupposes an international system, but an international system may exist that is not an international society.*” BULL, Hedley. **The Anarchical Society**: a study of order in world politics. New York: Columbia University Press, 2002, pp. 9-13. No presente texto, no entanto, optamos por empregar ambos os conceitos mais ou menos indistintamente, pois foge a nosso escopo diferenciá-los.

⁵ SHEEHAN, Michael. **The balance of power**: history and theory. London, New York: Routledge, 1996, pp. 29-52.

⁶ WATSON, Adam. **The evolution of international society**: a comparative historical analysis. Londres: Routledge, 1992, pp. 14-16.

⁷ WIGHT, Martin. **A política do poder**. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, pp. 33-36.

⁸ BULL, Hedley. *Op.cit.* pp. 194-207.

⁹ Apud CARDIM, Carlos Henrique. O Barão do Rio Branco e Rui Barbosa. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (org.). **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p. 191.

¹⁰ BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005 [1905], pp. 41-54.

¹¹ ACCIOLY, Hildebrando. O Barão do Rio Branco e a Segunda Conferência da Haia. FRANCO, Álvaro da Costa; CARDIM, Carlos Henrique (org.). **O Barão do Rio Branco por grandes autores**. Rio de Janeiro: EMC, 2003, pp. 79-118.

¹² CARDIM, Carlos Henrique. A raiz das coisas – Rui Barbosa: o Brasil no mundo. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. Brasília: Funag, 2013, pp. 500-501.

¹³ RICUPERO, Rubens. José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco): a fundação da política exterior da República. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. Brasília: Funag, 2013, pp. 430-431.

¹⁴ LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 68-77.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et all. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990, pp. 535-549.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, pp. 7-8; 169-170.

¹⁷ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: **Escritos sobre História**. Apresentação, tradução e notas: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005, pp. 88-90.

¹⁸ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais**. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, aforismo 307, p. 189.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996, pp. 8-21.

²⁰ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, pp. 80-82.

²¹ Telegrama à Legação do Brasil em Buenos Aires, 31.8.1907. **Arquivo Histórico do Itamaraty**, Estante 208, Prateleira 02, Maço 11.

²² Despacho à Embaixada do Brasil em Washington, 19.10.1907. **Arquivo Histórico do Itamaraty**, Estante 235, Prateleira 02, Maço 07.

²³ BURNS, E. Bradford. **A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil – Estados Unidos**. Trad. de Sérgio Bath. Rio de Janeiro: EMC, 2003, pp. 149-151.

²⁴ Apud VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. 8. ed. São Paulo: Editora Unesp; Salvador: EDUFBA, 2008, p. 471.

²⁵ Despacho à Embaixada do Brasil em Washington, 31.1.1905. **Arquivo Histórico do Itamaraty**, Estante 235, Prateleira 02, Maço 05.

²⁶ Telegrama à Legação do Brasil em Buenos Aires, 31.8.1907. **Arquivo Histórico do Itamaraty**, Estante 208, Prateleira 02, Maço 11.

²⁷ MUÑOZ, Luciano da Rosa. **Diplomacia dúplice**: a política externa de Rio Branco e a Argentina. Brasília: Hinterlândia, 2012, p. 153.

²⁸ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A gaia ciência**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, aforismo 108, p. 126.

²⁹ Remetemos o leitor a SANTOS, Norma Breda dos. Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, julho-dezembro, ano/vol. 46, número 002, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília, 2003, pp. 87-112.

³⁰ FONSECA JR., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**: política e ética entre as nações. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 358.

Resumo

Pretendemos pôr em perspectiva o que consideramos ser a interpretação dogmática acerca da performance brasileira na Segunda Conferência de Paz da Haia (1907). Parece ser um consenso inquestionável que sua defesa do princípio da igualdade soberana dos Estados decorreu de sua própria essência como país jurista e pacífico. Ao contrário, almejamos desconstruir tal definição como um meio de prática discursiva e de memória seletiva. Nossa hipótese sustenta que o Brasil jogou com sua condição ambígua de potência mediana com o fim de melhorar sua própria posição relativa de poder.

Palavras-chave: História diplomática do Brasil; Análise do discurso; Política de poder

Abstract

We intend to put into perspective what we consider to be the dogmatic interpretation on the Brazilian performance at the Second Hague Peace Conference (1907). It appears to be an undisputed consensus that its defence of the principle of sovereign equality of states stemmed from its very essence of a jurist and peaceful country. On the contrary, we aim to deconstruct this definition as a means

of discourse practice and selective memory. Our hypothesis sustains that Brazil played with its ambiguous condition of middle power in order to enhance its own relative power position.

Keywords: Brazilian diplomatic history; Discourse analysis; Power politics

Bernardo Celso R. Gonzalez

Doutor em Economia Aplicada; Diretor Financeiro da Funterra e Professor de Economia na UPIS Brasília.

André Ferreira Santos

Técnico da Caixa Econômica Federal e Economista.

Maria Bianka Fernandes do Nascimento

Economista pela UPIS Brasília.

Lei do Preço Único: Um Teste para o Milho e a Soja

1. Introdução e Objetivo

O agronegócio brasileiro, além de gerar emprego e renda para parcela significativa da população, tem contribuído fortemente para a estabilidade macroeconômica do País, por meio de suas receitas de exportação, uma vez que estas amenizam o déficit comercial proveniente dos outros setores produtivos, o qual foi de aproximadamente US\$ 84 bilhões em 2014. Ao contrário de anos anteriores, esse déficit, o agronegócio não conseguiu compensar. A saída de moeda estrangeira gerada pelos outros setores resultou num saldo negativo na balança comercial de aproximadamente US\$ 4 bilhões. Verifica-se que nos últimos 15 anos, de 2000 a 2014, o saldo comercial do agronegócio brasileiro, de forma cumulativa, mais que quintuplicou, apresentando crescimento da ordem de 468% e fez com que o acumulado desse período perfizesse mais de US\$ 500 bilhões de superávit (ADAMI, BARROS e ZANDONÁ, 2015).

A Tabela 1, abaixo, evidencia a importância do Agronegócio Brasileiro que aglutina a produção agrícola, as ligações para trás, notadamente os insumos, e as ligações para a frente, nos quais se situam as agroindústrias que transformam a produção agropecuária em bens e serviços. Dessa forma, o agronegócio participou com cerca de 23% do total do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, quando abrimos os números do agronegócio, verificamos a importância da agricultura, pois esta responde por cerca de 71% do total do agronegócio.

Tabela 1 - PIB do Agronegócio Brasileiro - R\$ Milhões de 2013

Detalhamento	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agronegócio Total	937.239,4	1.012.560,7	954.304,7	1.026.170,5	1.081.396,9	1.051.069,2	1.092.237,7
Agricultura	666.323,9	715.753,1	678.276,7	731.741,9	765.114,0	754.104,9	759.619,6
Pecuária	270.915,5	296.807,6	276.028,0	294.428,6	316.282,9	296.964,4	332.618,1
% Agric./Agronegócio	71,1	70,7	71,1	71,3	70,8	71,7	69,5
% PIB A/PIB Brasil	23,20	23,83	22,53	22,53	23,11	22,24	22,54

FONTE: Cepea/USP e CNA

Já, com relação à Tabela 2, o que se pode dizer é que ela expressa a participação da soja e do milho. Essas duas *commodities* juntas representam mais de 80% dos grãos produzidos no país e cada uma, individualmente, responde por cerca de 40% das toneladas produzidas. À primeira vista, pela participação quase igual, pode parecer que a soja e o milho são plantados em área mais ou menos equivalente. No entanto, isso seria um engano. Como se verá adiante, a cultura de milho concorre com a lavoura de soja, ficando abaixo desta, no cultivo de verão, porém, tão logo colhida a lavoura de soja, grande parte dos produtores planta o milho, para tirar uma segunda safra.

Tabela 2 - BRASIL - Soja/Milho - Participação percentual no total de grãos produzidos

Produto	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Soja	41,6	42,3	46,0	46,3	39,9	43,2	44,5
Milho	40,7	37,7	37,5	35,3	43,9	43,2	41,4
Sub Total	82,3	80,0	83,6	81,5	83,9	86,4	85,9
Total	100,0						

FONTE: Elaborada pelos autores com dados da Conab – Séries Históricas

Como se pode verificar pelas tabelas apresentadas, o agronegócio é importante para o país e as cadeias da soja e do milho, o são para o agronegócio. A soja e o milho, como visto, são os produtos dominantes na categoria “grãos” com mais de 80%. Por essa razão, não está errado afirmar que o país é tributário tanto da produção de soja e milho, quanto do agronegócio.

Sendo a soja e o milho relevantes para a economia brasileira, torna-se importante conhecer as particularidades de seu processo de formação de preços. Um dos aspectos que se pode lembrar, que vai além da discussão de se o país é formador ou tomador de preços, é uma verificação antecedente, ou seja, verificar se existe no mercado dessas duas *commodities* um preço único, à luz do que é conhecido na literatura econômica como a Lei do Preço Único (LPU).

Pode-se dizer que a existência de um preço único decorre da possibilidade de existir arbitragem e esta, quando existe, leva à conclusão da existência da Lei do Preço Único (LPU). Como o Brasil e os Estados Unidos são grandes produtores de milho e de soja, pretende-se aplicar esse modelo teórico com vistas a verificar se a LPU se aplica aos dois cereais, tendo por base os mercados brasileiro e americano que se constituem em dois grandes produtores de ambos os cereais.

A soja é uma *commodity* que tem forte interação com o mercado internacional, seja pela exportação *in natura*, seja pela exportação de subprodutos como o farelo e a torta. Quanto ao milho, até pouco tempo a produção era basicamente toda consumida internamente, fosse para o consumo da população, fosse como ração para aves e suínos. Como o preço da soja está intimamente ligado ao preço formado na bolsa de Chicago e representa um importante produto da pauta de exportações, é de se esperar que a Lei do Preço Único se verifique para essa *commodity*, enquanto para o milho, por ser consumido preponderantemente no mercado interno¹ como matéria prima para a produção de ração animal, não seria surpresa se os preços interno e externo não fossem correlacionados, descartando-se, assim, a validade da LPU.

A propósito da precificação do milho, percebe-se que, ao se considerar o preço do milho no mercado internacional, Caldarelli e Bacchi (2012) observaram que choques não antecipados atingem todos os preços domésticos positivamente – preço do milho ao produtor, ao atacado e o preço da soja. Como o consumo aparente de milho não é afetado de forma significativa, conclui-se que o preço externo é tomado com referência para o interno, apesar de o processo de arbitragem não ocorrer de forma intensa. A simples possibilidade de existir arbitragem parece ser suficiente para que a influência do preço internacional de milho sobre o doméstico ocorra.

Por meio deste trabalho, procura-se comprovar a validade da Lei do Preço Único entre o mercado brasileiro e o americano para as *commodities* citadas. O artigo, além desta introdução, compreende a seção 2, na qual são mostradas características dos mercados de soja e milho; a seção 3, na qual é feita a revisão bibliográfica; a seção 4, na qual são mostrados de onde foram extraídos os dados e suas particularidades; a seção 5, na qual é apresentada a metodologia e a discussão dos resultados e, por último, as considerações finais sobre o trabalho.

2. Os Mercados de Soja e Milho

2.1 O Mercado de Soja

A soja é altamente disseminada no mundo como componente da alimentação humana e de animais e, por isso, ela se torna importante na cadeia produtiva de vários países, seja porque propicia emprego e renda para a população, seja porque contribui para o PIB dos países nos quais é plantada, ou ainda, porque ocupa

posição importante no volume de exportações, contribuindo para os resultados da balança comercial.

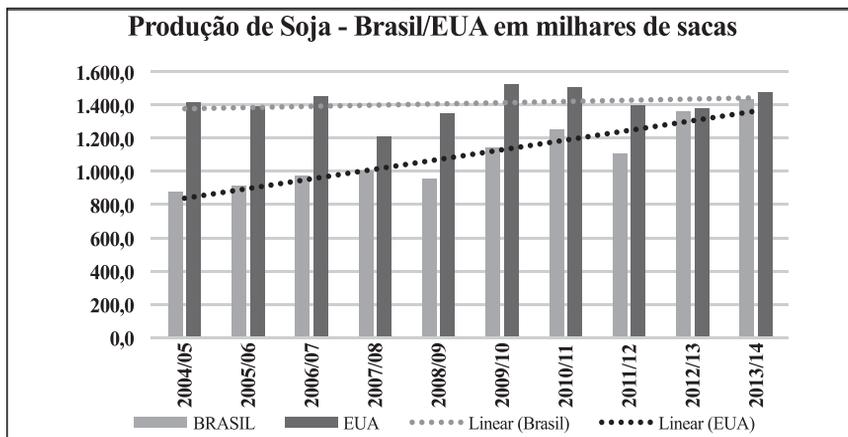
Os principais países produtores de soja são Estados Unidos, Brasil e Argentina, que, segundo USDA (2013), produziram juntos, em 2013, 284,94t, cerca de 80% da produção mundial, e, individualmente, a participação foi de 31,1% para os Estados Unidos, 30,9% para o Brasil, 19,1% para a Argentina e o remanescente para os demais países.

Como se pode perceber pelo Gráfico 1, a seguir, a produção nos Estados Unidos exhibe tendência de estabilidade, enquanto no Brasil a tendência é de crescimento, sendo que, tecnicamente, já alcançou a produção americana. A favor do Brasil, pode-se considerar que ainda há áreas passíveis de incorporação à produção, o que faz antever que em breve o país poderá tornar-se o maior produtor mundial dessa leguminosa.

No primeiro semestre de 2014, analistas de mercado trabalhavam com estimativas de uma supersafra no ano, tanto em relação aos Estados Unidos, quanto em relação à América Latina. Especificamente em relação à produção brasileira, o grupo de análise de mercado do Cepea (CEPEA, 2014) registrou que os preços da soja não resistiram à pressão externa e, em junho, caíram no mercado brasileiro. Além do bom desenvolvimento das lavouras nos Estados Unidos, estimativa do USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) apontava que tanto a área ocupada com soja naquele país, quanto a oferta seriam recordes. O cenário então descrito apontava para a importância da soja na agricultura mundial, com Estados Unidos, Brasil e Argentina destacando-se na produção, enquanto a China, embora produtora, destacava-se como grande compradora mundial.

A produção de soja no Brasil já mostrava números significativos quando, em 1967, importantes mudanças foram introduzidas na economia, incluindo o setor rural. Adicionalmente, a agricultura de larga escala (então incipiente) foi beneficiada com uma geada de vento (geada negra) que quase eliminou a produção de café no sul do Brasil. Essa região foi o berço da produção de soja e a eliminação do café, que demoraria cerca de dois a três anos a produzir novamente, tornou-se a oportunidade para os agricultores mudarem sua cultura produtiva, especialmente porque o clima da região sul não é muito apropriado para o cultivo de café. Enfim, a crise do café trouxe uma oportunidade para os produtores de soja que adotaram novas práticas em seus sistemas de produção. O foco, desse momento vivido pela agricultura, foi o de incorporação de tecnologia. Dessa forma, essa nova etapa da agricultura tornou-se baseada em tecnologia, com substituição do fator trabalho pelo capital.

Gráfico 1 - Produção de Soja Brasil/EUA - 2004/05 a 2013/14



FONTE: elaborado pelos autores com dados da Conab/USDA.

Naquele momento de mudança na exploração agrícola brasileira, o governo incentivou os produtores a adotar procedimentos para aumentar a produtividade e a produção. Com esse objetivo, foram adotadas políticas públicas que visavam ao desenvolvimento da agricultura, principalmente pela alocação de crédito especializado, políticas de preço e incentivos à comercialização da produção. Adicionalmente, o governo incentivou a adoção dos então chamados “insumos modernos”, que consistiam na utilização de sementes melhoradas, fertilizantes, corretivos de solo e a adoção de máquinas para o plantio e colheita da safra (GONZALEZ & COSTA, 1998).

Agora, considerando-se que há um equacionamento da produção, fica pendente a verificação do que ocorre do ponto de vista dos preços. Os preços da soja são formados internacionalmente baseados nos contratos futuros comercializados na CBOT em Chicago, ou seja, são formados em dólar. A apuração dos preços em reais leva em consideração não a mera transposição do preço em dólar para a moeda nacional, mas, também, considera a possibilidade de incorporação de alguns custos, notadamente o de transporte. Assim, como é prática no mercado, um funcionário de uma cooperativa ou de uma *trading*, por exemplo, toma a cotação da soja na Bolsa de Chicago (CBOT) e o prêmio, que pode ser um valor positivo ou negativo e, considerando-se um preço de US\$ 13,50 por bushel e o prêmio² de US\$ 0,20 por bushel, totalizando US\$ 13,70, converte-se esse valor para toneladas, com a equivalência de um bushel igual a 27,216 quilos, obtém-se US\$ 503,38 por tonelada ($1 \div 27,216 \times 1000 \times 13,70$). Assim, o preço em reais por saca (medida

referencial para a comercialização de soja no Brasil) é a resultante da divisão do preço em dólar para a tonelada, por mil quilos, multiplicando-se por 60 (que é a quantidade de quilos contida em uma saca), obtém-se US\$ 30,20 por saca, o qual, multiplicado por uma taxa de câmbio de, por exemplo, R\$ 3,00/US\$, resulta em R\$ 90,91 por saca.

2.2 Instrumentos de Comercialização e Formação de preços – Mercados Spot, a Termo (forward) e Futuro³

O mercado de negociação de soja, seja à vista, futuro ou *forward* segue regras padronizadas internacionais. No Brasil, o padrão mais aceito e utilizado é o chamado padrão ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), que define:

Mercado à Vista (ou spot), como sendo o mercado de entrega imediata do produto ou em curto espaço de tempo. Por sua vez, o mercado a Termo (*forward*) segue o mesmo padrão do mercado à vista, em seu papel de que a parte compradora quer receber o produto, enquanto a parte vendedora tem o produto e, quando fecha um contrato, tem o ânimo de entregá-lo. Neste caso, a transação se efetiva em um prazo futuro quando ocorrer a entrega/recebimento do produto e o respectivo pagamento/recebimento dos valores envolvidos.

Contudo, por envolver datas futuras e pela assimetria de informações entre o produtor e sua contraparte, há um risco para a efetivação, pois, dada uma elevação de preços, o produtor pode não querer entregar o produto ao preço acordado e, se o pagamento for realizado “ex ante”, agrega-se um risco de crédito ao negócio. Esses contratos podem ser feitos diretamente entre as partes interessadas ou envolvendo uma terceira parte, uma corretora, por exemplo, auxiliando na operação e seguindo o padrão ANEC na convenção da qualidade da soja a ser entregue.

Existe no Brasil uma espécie de operação a termo, que se caracteriza pelo financiamento ao produtor de recursos para efetuar o plantio, feito por uma *trading* ou cooperativa, caracterizado pelo adiantamento de recursos para o produtor, com a obrigação deste em entregar o produto por ocasião da colheita. No passado, essas transações eram efetivadas por meio dos contratos Anec. No entanto, com o surgimento da Cédula de Produto Rural (CPR), essa passou a ser utilizada para efetivar a transação, uma vez que possui características que favorecem o credor na vinculação de garantias e maior rapidez no processo de recebimento do produto em situação de inadimplemento do vendedor, pois esse título incorpora benefícios em uma execução judicial por ter uma tramitação mais rápida e segura do que os contratos citados.

Gonzalez (1999) caracterizou esse título como um contrato a termo não clássico, ao fazer um amplo estudo a respeito da CPR, que envolveu uma pesquisa de campo para mensurar a receptividade dos produtores de café ao título e também estendeu sua análise para verificar suas vantagens como instrumento de crédito, comparada às operações de capital de giro e de seu papel de *hedging*, comparado aos contratos futuros e aos contratos de opções.

O contrato futuro é padronizado, comercializado em bolsas e referenciado em um ativo, no caso específico, referenciado em soja e serve para proteção de preços⁴, tanto para o comprador quanto para o vendedor do ativo subjacente ao contrato. Sua comercialização não se dá pelo valor do contrato, mas, sim, pela chamada de margens (percentual exigido para garantir oscilações de preço). Para os especuladores, oferecem grande oportunidade de ganhos, pois permitem expressiva alavancagem nas transações.

Para o *hedger*, a atuação nesse mercado daquele que quer se proteger contra movimentos adversos do preço de seu ativo, leva-o a garantir um determinado nível de preço, ou seja, um preço fixo, que é o resultado do balanceamento entre sua posição em contratos futuros e o ativo subjacente, normalmente um ativo físico.

Por outro lado, os contratos de opções não protegem um preço alvo (como os futuros), mas, sim, dão ao *hedger* a garantia de um preço mínimo, pelo qual sua mercadoria será vendida, e um preço máximo quando essa mercadoria estiver sendo comprada. Uma opção garante ao seu comprador o direito de vender ou de comprar o “ativo” subjacente pelo chamado preço de exercício, enquanto o lançador dos contratos tem a obrigação de exercer a contraparte, ou seja, ser exercido, o que corresponde a honrar a posição definida no contrato de opções. A mecânica para o exercício de uma opção ocorre quando o preço de mercado é superior ao preço de exercício, o comprador da opção de venda exerce sua opção, garantindo um preço mínimo para o seu produto (preço de exercício), enquanto no caso contrário é o comprador da opção de compra quem exerce a opção, ou seja, exerce o direito de comprar o ativo ao preço de exercício.

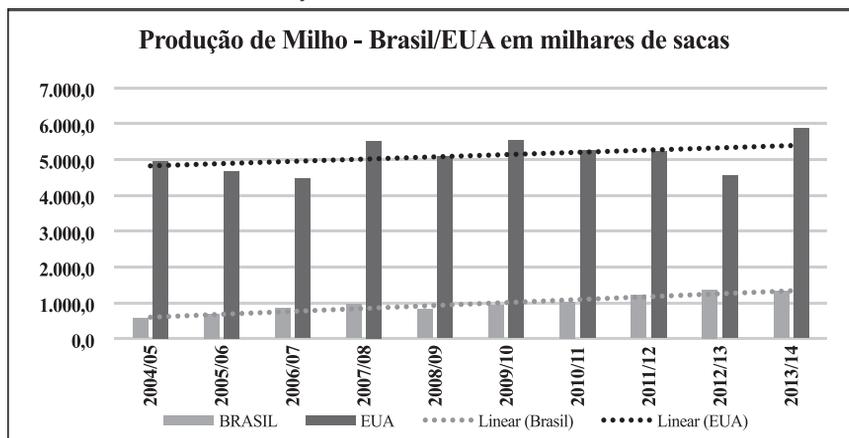
Assim, o comprador de uma opção de venda (put) não exerce a opção (deixa-a virar pó, no jargão do mercado) quando o preço de mercado do ativo subjacente é maior do que o preço de exercício e, diz-se que, ele está interessado em garantir um preço mínimo para o seu produto, ou seja, o preço de exercício. De forma similar, quando o preço de mercado é inferior ao preço de exercício, quem deixa a opção virar pó é o comprador de uma opção de compra (*call*), ou seja, o comprador de *call* sempre visa, com sua transação, a garantir um preço máximo para o produto quando adquirido no mercado.

2.3 O mercado de milho

O milho tem forte demanda mundial por seu papel de alimento para os seres humanos e os animais. Pode-se citar que, na culinária brasileira, pode ser utilizado em cremes, sorvetes, sopas, sucos, pamonha, cural e saladas. Nos Estados Unidos, o milho tem tido uma forte demanda como matéria-prima para a produção de bio-combustível. Além disso, é um item fundamental na composição dos produtos do complexo carnes, servindo de alimento para aves e suínos. Assim, quando o preço do milho aumenta, por consequência aumenta também o custo desses produtos (ABIMILHO, 2009).

Os principais produtores de milho do mundo são, respectivamente, os Estados Unidos e China. O Brasil ocupa a terceira posição no *ranking*, porém seu papel na exportação é pequeno, por destinar a quase totalidade de sua produção ao mercado interno. Pelo gráfico número dois, percebe-se o quão distante encontra-se a produção de milho brasileira, daquela que vem sendo obtida pelos Estados Unidos. Adicionalmente, pode-se constatar pelo gráfico que a produção de ambos os países apresenta tendência de crescimento, porém, enquanto a produção brasileira tem crescido ano a ano (embora de forma lenta e gradual), o crescimento da produção americana apresenta certa volatilidade.

Gráfico 2 – Produção Milho – Brasil/EUA 2004/05 a 2013/14



FONTE: elaborado pelos autores com dados da Conab e USDA

Atualmente, cerca de 5% da produção brasileira se destina ao consumo humano e, mesmo assim, de forma indireta na composição de outros produtos.

Isso ocorre devido aos hábitos alimentares da população; pela falta de informação sobre seus nutrientes e pela pequena divulgação de suas qualidades como produto alimentar, além de a população privilegiar outros grãos.

Caldarelli e Bacchi (2012) asseguram que a cadeia produtiva do milho é uma das mais importantes do agronegócio brasileiro, a qual, considerando apenas a produção primária, responde por 37% da produção nacional de grãos. A demanda crescente, tanto interna como externa, reforça o grande potencial do setor que, junto com a soja, é insumo básico para a avicultura e a suinocultura, dois mercados extremamente competitivos internacionalmente e geradores de receita de exportação para o Brasil. Por outro lado, a falta de clareza na formação de seus preços, os problemas na comercialização e a produtividade constituem-se em entraves para sua cadeia produtiva.

A propósito da “falta de clareza na formação de preço” do milho, o trabalho ora em desenvolvimento tem por escopo, justamente, trazer um pouco de luz a essa questão.

A produção de milho no Brasil tem crescido sistematicamente, não tanto pelas suas qualidades e preço, mas principalmente por constituir-se em substituto do trigo, que seria o cultivo natural após a colheita da soja, mas que, por sofrer grandes ameaças de geada no inverno e pelo baixo preço que vigora há anos, seu espaço natural tem sido ocupado pelo milho, que propicia uma alternativa de renda ao produtor rural – embora não muito significativa – dados seus baixos preços históricos e, também, como redutor de custo, pois propicia a rotatividade de cultivo e deixa o terreno em melhores condições de plantio, considerando-se a técnica de plantio direto. A soja é plantada no verão, e o milho logo em seguida, no que foi chamada de safrinha. Porém, dada a importância que essa safra vem apresentando, seu nome está se cristalizando pelo que realmente é, uma “segunda safra”.

Colhido o milho, vem a comercialização e, quando se considera a lista de dez produtos recordistas de vendas externas, divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), seis são agropecuários: soja em grão, farelo de soja, carne bovina, milho, celulose e couro. Sendo os quatro primeiros, líderes desse *ranking*.

Relembrando, a cultura do milho, no verão, é concorrente da cultura da soja. Geralmente, o cultivo ocorre da seguinte forma: primeiramente as duas culturas concorrem por áreas, de forma excludente e, após a safra, em áreas plantadas por soja, é cultivado o milho safrinha, trazendo bons resultados de conservação para o solo e um melhor aproveitamento da terra (TONIN & ALVES, 2005).

Segundo Rodrigues (2014), citando Sousa et al. (2010), no Brasil, a formação dos preços do milho era influenciada, até a década de 1990, por fatores do próprio mercado, sendo pouco afetada por movimentos ocorridos no mercado mundial. Porém havia volatilidade de oferta e de demanda, com participação do governo por meio de políticas específicas e de estoques reguladores. Contudo, após essa década, veio a abertura econômica e o comportamento dos preços domésticos do milho passaram a sofrer influência das cotações internacionais.

Ainda citando Sousa et. al., agora em estudo de 2007, registra que a exposição dos países produtores às turbulências internacionais, o processo de globalização, a crescente demanda de milho para a produção de etanol nos Estados Unidos e o aumento das importações pela China, tem causado maior influência dos preços externos nos produtos agrícolas domésticos.

É de se salientar, todavia, que a expansão da safra de inverno vem se caracterizando pelo aumento da importância econômica no fluxo de renda dos produtores e essa expansão da produção traz consigo um componente de profissionalização dos produtores que vem, cada vez mais, aplicando técnicas empresariais no plantio das culturas que exploram e na gestão de suas propriedades. Nesse contexto de maior profissionalização, percebe-se que a dinâmica da comercialização se modificou, com a exportação de excedentes na safra e importação na entressafra, buscando a maximização de resultados.

Analisando-se o preço do milho no Brasil, ao longo de alguns anos, porém tomados mês a mês em médias mensais, percebeu-se que esse preço tem uma tendência de iniciar o ano no patamar que encerrou o ano anterior, reduzindo-se, a partir de então, até agosto, quando começa sua elevação até o final do ano.

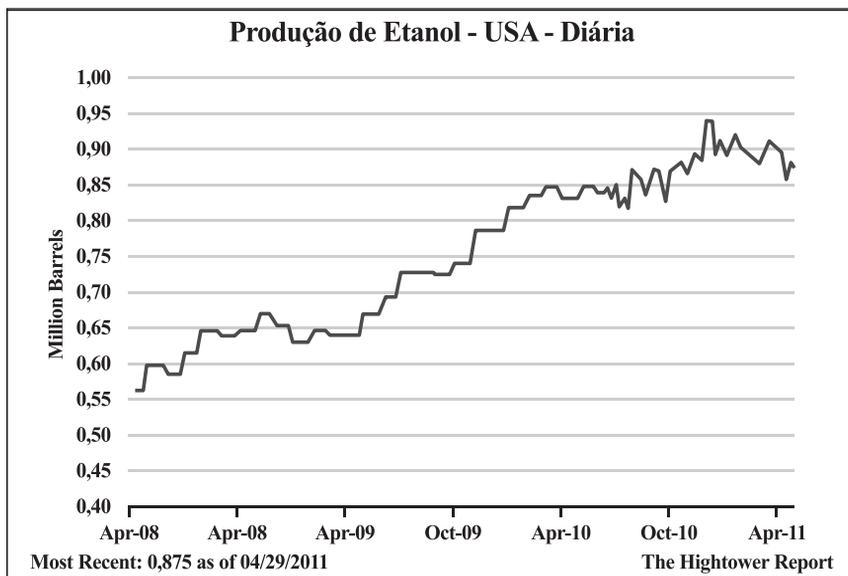
2.3.1 O biocombustível americano

O mercado americano utiliza o milho também para a fabricação de biocombustível. Tal processo é mais caro que o adotado no Brasil, principalmente pelo rendimento e custo do insumo básico que aqui é a cana-de-açúcar. No entanto, o governo americano dá incentivo aos produtores, na forma de subsídios, pois esse combustível, de natureza renovável, é estratégico para diminuir a dependência do petróleo. Além disso, mantém os agricultores americanos “ocupados”.

Em 2010, com as elevações do preço do milho destinado à produção de etanol, que ocorreram ao longo do tempo, a ponto de atingir a expressiva magnitude de 526,7%, quando comparada aos preços de 2001 (Safra & Mercado, 2009). Esse aumento foi fortemente influenciado pela política de subsídio norte-americana,

cujos incentivos atingiram US\$ 7,3 bilhões, conforme estimativas feitas com dados de 2006, o que se pode constatar no site global-subsidies. Por conta desses subsídios, o volume da produção de etanol oriundo do milho vem crescendo ano a ano. Saltou de 40,72 milhões de toneladas na safra 2005/06 para 119,38 milhões na safra 2010/11 (MOLINARI, 2014).

Gráfico 3 - Produção Diária de Etanol nos Estados Unidos Abr/08 a Abr/11



FONTE: graodesoja.com.br

3. A Lei do Preço Único

Para entender as diferenças entre os preços de *commodities* e buscando explicações e incentivos pelos agentes em estocá-las, surgiram diversas teorias sobre armazenagem e preços que possibilitam muitas vezes adiar o processo de venda do produto, em um momento de preços desfavoráveis, inibindo um processo de arbitragem que poderia acontecer nesse momento.

A arbitragem, como já vimos, pode induzir os mercados a praticarem um preço único. No campo dessa teoria, foram poucos os autores que conseguiram sua comprovação precisa. Baseado em estudos sustentados por Pippenger e Philips, citados por Barcelos (2009), a Lei do Preço Único, quando verificada, geralmente é válida para o longo prazo e garantiria o equilíbrio dos preços nesse horizonte

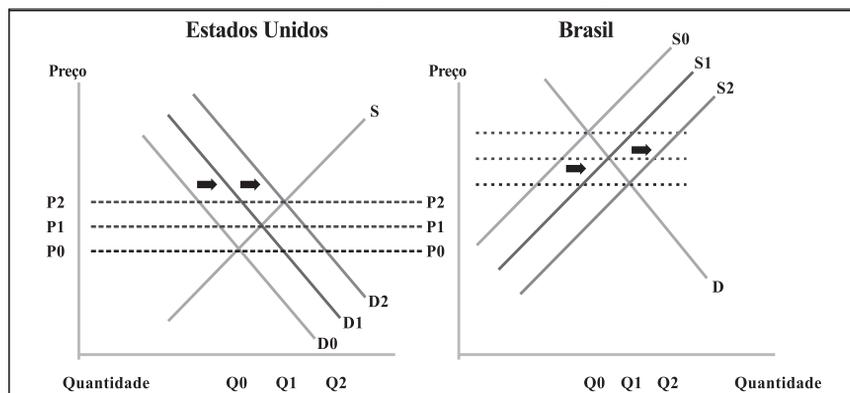
temporal e, quando considerado que os preços estão expressos em termos da mesma moeda. A arbitragem estabelece que, se no mínimo dois mercados, que atuam de forma concorrencial, livre de custos de transação, tais como transporte e barreiras oficiais ao comércio (como tarifas) e produzem um bem idêntico, deverão vendê-lo pelo mesmo preço, quando estes são referenciados em uma mesma moeda. Esta lei se aplica às mercadorias individualmente.

Porém, segundo a literatura sobre o tema, a maioria dos testes da LPU não leva em consideração as características do mercado físico ao compararem preços diferentes. Nos casos de *commodities*, os erros mais cometidos são a utilização de preços que geravam diferentes comportamentos por envolver custos de transporte para mercados separados por dias ou meses e, desta forma, torna-se difícil o mercado alcançar o preço único, pois as condições para que ocorra o processo de arbitragem são dificultadas.

Como ocorre o processo de arbitragem? Em primeiro lugar, é necessário que haja pelo menos dois mercados, um produto e preços diferentes. Além disso, o mercado deve permitir a concorrência e ser livre de custos de transporte e de barreiras ao comércio.

Vejamos graficamente como opera esse processo, na presença de dois mercados, um produto e preços diferentes, supondo-se a ausência de barreiras ao comércio e custos de transporte. Os países são: Estados Unidos e Brasil. Nos Estados Unidos, o preço de um bem “X” é vendido ao preço P_0 , enquanto no Brasil o mesmo bem é vendido por P_0' , onde $P_0' > P_0$. Para esses preços, os dois mercados, separadamente, estão em equilíbrio, com as quantidades Q_0 e Q_0' , sendo que para esse diferencial de preços, os mercados irão passar pelo processo de arbitragem.

Gráfico 4 - O processo de Arbitragem



Como os preços são diferentes e dadas as condições para que o processo de arbitragem ocorra, os agentes percebem a oportunidade de lucrar, comprando o produto “X” no mercado onde o preço é mais baixo e vendendo no mercado em que é mais alto. Com isso, dada a demanda atípica, sua curva se desloca para a direita nos EUA, movendo-se de D0 para D1. Dessa forma, estabelece-se um novo equilíbrio no mercado, porém ao preço P1, maior que P0. A maior demanda no primeiro mercado transforma-se em oferta no Brasil, deslocando sua curva para a direita e estabelecendo um novo equilíbrio, com preço $P1' < P0'$. Agora, a diferença de preços entre os dois mercados, que era de $P0' - P0$, torna-se, $P1' - P0$, sendo que essa diferença de preços é menor do que no momento inicial. Se o diferencial de preços persistir, haverá um novo aumento de demanda nos Estados Unidos e de oferta no Brasil, fazendo com que a diferença de preços se reduza a $P2' - P2$, uma diferença bem menor do que no equilíbrio inicial.

Mantida a sucessão de movimentos, quando considerada a enésima ocorrência, teremos a diferença $PN' - PN$ tendendo a zero, o que torna os preços iguais nos dois mercados, $PN' = PN$, ou seja, a partir do enésimo movimento, quando os preços se igualam em ambos, passa a vigorar para o bem “X” um único preço para os dois mercados. Esse, obtido pelo processo de arbitragem, gera o que é chamado Lei do Preço Único.

Conforme se observa na literatura sobre o tema, há uma maneira de apresentar essa lei, matematicamente, quando se está na presença de dois países, cujas moedas são diferentes, ou seja, a LPU pode ser expressa por:

$$P = EP^* \quad (1),$$

$$\text{que, alternativamente pode ser expressa por: } E = P/P^* \quad (2),$$

onde P é o preço doméstico para o bem X, E é a taxa de câmbio nominal e P^* o preço no outro país.

Assim, conforme expõe Krugman e Obstfeld (2010, p.292), quando o comércio é aberto e não apresenta custos, bens idênticos devem ser comercializados com os mesmos preços relativos, independentemente de onde eles sejam vendidos.

Porém há um outro enunciado, considerado para a Teoria da Paridade do Poder de Compra (PPP) que tem uma estrutura semelhante e que deve valer para uma cesta de bens. Matematicamente, podemos expressar:

$$E = P_i/P^*_i \quad (3),$$

onde, P, agora, representa o preço de uma cesta de bens domésticos, enquanto P^* representa a cesta de bens de outro país e pode ser expressa por:

$$P_i = EP^*_i \quad (4).$$

As equações (1) e (4) são muito similares e, conforme registrado em Gonzalez e Santos (2015, p.5), enquanto a equação (1) descreve, individualmente, caso a caso, a validade da lei do preço único para “n” categorias de bens, a paridade do poder de compra checa as relações entre um conjunto de preços e quantidades dos “n” bens que compõem uma cesta de mercadorias e cujos preços são substituídos por um índice de preços e, ainda, se a lei do preço único se aplica aos “n” bens que compõem uma cesta de consumo e cada um satisfaz a LPU, então para a mesma cesta de bens a PPP também será satisfeita.

Como a estrutura de verificação da validade da lei do preço único se assemelha bastante à verificação da paridade do poder de compra em mercados distintos, pode-se confundir a LPU com a aplicação da Teoria da Paridade do Poder de Compra (PPC). Contudo, a Paridade do Poder de Compra se aplica ao nível geral de preços da economia, quando envolve a comparação entre países, significando uma composição dos preços de todas as mercadorias que entram na cesta de consumo de referência.

A verificação da validade da lei do preço único para produtos importantes de uma economia, principalmente para aqueles que se enquadram em uma estrutura de mercado concorrencial em nível de mundo, pode auxiliar na verificação da adequabilidade da taxa de câmbio para a mercadoria analisada e, se discrepante, em relação ao histórico para o setor, podem servir como um balizador para a adoção de políticas públicas que restaurem a quantidade produzida nesse setor, ou que a desestimulem, se assim a análise criteriosa indicar que deva ser feito. Sintetizando, a composição de preços pode ajudar na adoção de políticas públicas, como se disse ainda neste parágrafo, e favorecer a percepção do cenário quanto à decisão de quanto plantar, podendo evitar excessos de oferta ou demanda que, se favorecem o produtor, prejudicam o consumidor e vice-versa, pois os produtores e os consumidores estão em posição antagônica nesse jogo de determinação de preço.

Para melhor contextualizar o leitor sobre o desenvolvimento e a aplicação da Lei do Preço Único, serão apresentados alguns trabalhos que exploraram esse tema.

Santos et. al. (2007) empreenderam análise do mercado de milho *vis-à-vis* ao crescimento tanto da produção quanto da exportação. Registram que o crescimento da quantidade exportada do milho pelo Brasil, a partir de 2001, tem levado a uma provável influência do preço internacional desse cereal sobre o preço recebido pelos produtores domésticos. Analisam a relação entre os mercados nacional e internacional no período de janeiro de 1996 a julho de 2006 e chegaram à conclusão de que o teste de Granger sugere que há relação unidirecional entre o preço externo e o preço

para o produtor, isto é, o preço externo impacta (no sentido de Granger) os preços internos. Observaram, ainda, que o resultado do teste de cointegração indicou que as séries são cointegradas e, portanto, possuem relação de longo prazo. Por meio do mecanismo de correção de erros, constatou-se que as mudanças de curto prazo nos preços externos se refletem lentamente nos preços para o produtor.

O objetivo do trabalho era verificar a relação de causalidade entre o preço do milho no mercado internacional e o preço recebido pelo produtor doméstico. O modelo teórico tem como base a lei do preço único, que postula que bens homogêneos comercializados entre países devem ter os mesmos preços, descontados os custos de transação.

Diante da causalidade, os produtores de milho no Brasil devem acompanhar mais de perto o mercado internacional, dada a influência dos preços internacionais sobre o preço ao produtor.

Utilizando o instrumental de cointegração, verificaram que a relação de longo prazo entre os dois preços era de 7% entre aqueles pagos aos produtores e os do mercado externo, concluindo que os resultados obtidos indicam que há tendência ao equilíbrio, comprovando assim a lei do preço único. Diante disso, os produtores de milho devem acompanhar mais de perto o mercado internacional, dada a influência dos preços internacionais sobre o preço ao produtor.

No que se refere à análise de curto prazo, conclui-se que os desequilíbrios transitórios são corrigidos lentamente, mostrando que oscilações nos preços internacionais demoram a se refletir nos preços pagos aos produtores domésticos.

Chiodi (2006), em seu estudo, teve por objetivo estudar as relações de longo prazo entre o preço do milho para os estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A análise foi feita observando-se o período de 1996 a 2004, esse mercado pela liberalização comercial e menor intervenção governamental. Para verificação da integração entre as variáveis, utilizou metodologia envolvendo, cointegração, teste de raiz unitária, testando-se a hipótese de perfeita integração entre os mercados, com o objetivo de avaliar se a Lei do Preço único se verificava para os mercados citados.

Como a não validação da LPU não significa que os mercados não sejam integrados, testou-se, então, uma hipótese mais branda. Os resultados mostraram que os preços de São Paulo e Minas Gerais estão perfeitamente integrados com quase todos os demais, o que comprova a influência daqueles estados na formação dos preços internos. No centro-oeste, os preços mostraram-se alinhados com os Estados do Paraná, Minas Gerais e São Paulo. Já em relação à Bahia, percebe-se que os preços são mais independentes em relação aos outros estados que, apesar de

ter aumentado sua produção, ainda importa grande quantidade da Argentina e de outros países. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a produção de aves e suínos é muito grande, fazendo com que esses estados importem grande quantidade de milho. No entanto, apesar da viabilidade de comércio entre o Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, não houve validação da LPU.

Caio, Castro Jr. e Oliveira (2005), ao estudar a causalidade e a elasticidade na transmissão de preços do boi gordo entre regiões do Brasil, chegaram à seguinte conclusão: que o mercado de boi gordo brasileiro é eficiente, uma vez que as informações fluem rapidamente entre os agentes desse mercado, permitindo que os mecanismos de arbitragem e da lei do preço único funcionem a contento. Para tanto, tomam como base que, na ausência de custos de transporte, barreiras comerciais e outras restrições, bens idênticos seriam vendidos por preços equivalentes por causa das operações de arbitragem. Consideram, ainda, que a falta de duas ou mais regiões em aderir à LPU pode ser explicada por uma ou mais das seguintes considerações, conforme proposto em (SEXTON et. al., 1991), quais sejam:

- a) as regiões não estariam ligadas por arbitragem, isto é, elas representariam mercados autárquicos;
- b) haveria impedimentos para arbitragens eficientes, tais como: barreiras comerciais, informação imperfeita ou aversão ao risco;
- c) haveria competição imperfeita em um ou mais dos mercados.

Os autores, citando Flaminow e Benson (1990), concluem que dessa forma a análise da integração forneceria informações sobre a competitividade dos mercados, efetividade da arbitragem e eficiência do processo de determinação de preço, embora considerem difícil definir com exatidão qual dessas causas se aplicaria a cada situação.

Adotam modelagem econométrica que permite concluir que a BM&F é importante na formação do preço do boi gordo no mercado físico, resultado importante por sugerir que esse mercado está funcionando adequadamente. Por ser competitivo, difunde rapidamente as informações entre os agentes da cadeia, permitindo que os mecanismos de arbitragem e a LPU funcionem a contento.

Block, Coronel e Veloso (2012), ao estudarem o ambiente de preços no setor sucroalcooleiro, buscavam verificar a influência em seu próprio preço e nos demais produtos do setor. Além de verificar a validade da Lei do Preço Único, obtiveram como resultado que a análise da transmissão de preços no setor sucroalcooleiro demonstrou haver interação com aqueles das variáveis estudadas. Tanto o preço da cana-de-açúcar, quanto o do açúcar sofreram influência significativa do preço do

etanol hidratado, porém nenhum dos produtos do setor foi capaz de influenciar os preços desse. Tal comportamento evidenciaria o poder que os biocombustíveis têm sobre outros elementos de sua cadeia produtiva e, em destaque, sobre os alimentos. Percebeu-se, ainda, que o preço do etanol além da influência sobre si, mostrou que é capaz de influenciar a variação no preço dos demais produtos estudados. Por conta disso, concluem que as políticas para o etanol merecem atenção, pois determinarão reflexos em toda a cadeia e no setor como um todo.

Esses autores citam, ainda, que o processo de transmissão de preços intrasetor foi verificado, porém, quando considerada a Lei do Preço Único, sua validação foi prejudicada como mecanismo de ajuste de preços, pois as alterações e variações de preços são transmitidas assimetricamente e não são repassadas de forma integral aos demais produtos, contrariando a teoria.

Haskel and Wolf (2001) utilizaram preços de varejo de uma multinacional para examinar a extensão e a permanência de violações à Lei do Preço Único (LPU) e encontraram desvios da ordem de 20% a 50%, embora tenham constatado convergência ao longo do tempo. As diferenças encontradas foram devidas à diferença em custos locais. Assim, preços relativos de produtos similares devem ser iguais entre países. Na verdade, a precificação em uma moeda comum, muitas vezes difere para produtos similares. A pesquisa aponta diferenças em custos locais de distribuição, impostos e provavelmente tarifas como sendo elementos que impedem a adoção de uma precificação estratégica ou, ainda, sofrem a influência de outros fatores que resultam em diferentes taxas de *markup* como explicação alternativa para as divergências observadas.

Goldberg e Verboven (2005) realizaram um interessante estudo sobre o relacionamento entre integração e convergência de preços no mercado internacional. Utilizaram, para tanto, dados em painel relativos a preço de carros e examinaram como o processo de integração europeia afetou a dispersão de preços cruzados na Europa. Utilizaram, para tanto, preços de carros vigentes na Bélgica, França, Itália, Alemanha e Reino Unido.

Os autores encontraram fortes evidências de convergência tanto para a versão relativa da lei do preço único (LPU), quanto da versão absoluta.

No bojo do estudo, relatam que o esforço para integrar os mercados nacionais na Europa ocorreram entre os anos 1970-2000, e o progresso em direção à integração tomou forma com a redução das barreiras ao trânsito de produtos feitos em outros países, que não o país de referência, encorajados pelo processo de arbitragem, harmonização de alíquotas de impostos e regulação, que proporcionou o aumento da transparência na economia, monitoração das diferenças de preços

cruzados e com a criação da União Monetária Europeia (Euro), redução da volatilidade da taxa de câmbio etc. A extensão da dispersão de preços era dirigida por algum dos fatores citados, permitindo esperar uma acelerada convergência para a LPU, especialmente nos anos 1990, quando os esforços da Comissão Europeia culminaram com intensificação da integração.

Ainda, Goldberg e Verboven (2005), ao sumarizar os resultados obtidos na pesquisa, relatam que encontraram evidências em favor da convergência em direção tanto à versão relativa quanto à absoluta da LPU. Para a versão relativa, em particular, estimaram que a velocidade de convergência implicou meia vida de um choque entre 1,3 e 1,6 ano e pontuaram que a transição para um sistema de taxas de câmbio fixas, como foi o caso da criação do Euro, deve contribuir, também, para uma redução ano a ano dos diferenciais de preços.

Sorkin (2013), ao utilizar a Lei do Preço Único, adota uma instigante abordagem, qual seja, a aplicação da LPU ao mercado acionário do Canadá e Estados Unidos para verificar se a crise financeira de 2007-2009 pode evidenciar uma falha da LPU ou agravar os desvios do preço único. O objetivo do autor por si só já é interessante, porém ele agrega ainda um outro componente de interesse: ao analisar o mercado acionário, ele incorpora a visão de que todos ou a maioria dos elementos que provocam desvios do preço único (custos de transação, barreiras ao comércio, como impostos ou quotas) desaparecem. O que é verdadeiro, dadas as características dos mercados que transacionam papéis. Essa característica, na visão do autor, cria um ambiente conveniente para testar a LPU.

Esse autor utilizou dados de 54 empresas canadenses listadas na Bolsa de Nova Iorque e encontrou um forte suporte para a validade da LPU em um ambiente de dados obtidos na forma de *cross section*, a despeito de a amostra ter sido construída a partir de um período de alta volatilidade no mercado.

Há, na literatura, um consenso de que a LPU é observada como um fenômeno de longo prazo, contudo sua análise oferece um contraste a esse consenso, ao encontrar para o longo prazo que a lei só foi válida para um terço das ações, quando consideradas individualmente. Porém sua observação falha quando considerado o portfólio de forma agregada, criando uma contradição, quando comparado aos resultados obtidos por *cross section*. Outra descoberta do autor foi que a crise de 2007-2009 teve um significativo e persistente efeito de aumentar os desvios do preço único.

Sorkin (2013) oferece, ainda, outra visão para a LPU quando diz que a lógica que suporta essa lei é simples: se a LPU não se verificar, existirá uma oportunidade para obter lucro sem risco, utilizando o processo de arbitrar os mercados que estão

com preços distorcidos e, com isso, pode-se comprar produtos onde o preço é mais baixo e vender onde o preço se situa em patamar mais elevado. Afirma, porém, que na prática observa-se sempre que os preços para bens similares não são os mesmos entre países. Essa situação contradiz a ideia de arbitragem e é sinal de incompleta integração dos mercados.

No entanto, a ausência de arbitragem é a premissa na qual repousa a hipótese de mercado eficiente e mostra que a LPU é muito importante para o mercado financeiro, porém ela se constitui em poucos *main streams* na literatura de finanças. Um desses campos teóricos analisa a integração dos mercados financeiros, testando a validade da LPU no mercado de capitais. Sorkin cita Akram, Rime e Sarno (2009), por examinar a frequência, tamanho e duração dos diferenciais de preço intermercados em instituições que praticam a intermediação financeira. Esses autores citados, apesar de o critério para o teste da paridade da taxa de juros ser relacionado à LPU, estendem o foco para a análise de diferenciais de retorno interpaíses. Um outro campo de utilização provém de Yeyati, Schmukler e Van Horen (SORKIN, 2013, p.8) que utilizam *cross market* para avaliar integração financeira. Um outro campo de estudo é a utilização da LPU como instrumento de descoberta de preços (precificação).

A lógica da LPU é utilizada quando o preço de um ativo em mercados separados muda, ambos os mercados ajustam os retornos à LPU. Contudo essa utilização não diz respeito à validação da LPU como conceito, apenas como instrumento.

Assim como Sorkin (2013) traz uma nova visão para a aplicação da LPU, que é um caso particular da Teoria da Paridade do Poder de Compra (PPC), Gonzalez (2015) traz uma nova possibilidade de utilização da PPC, quando analisa as distorções entre o índice oficial de inflação da Argentina, comparado aos índices de mercado e à inflação sentida pelos consumidores.

4. Metodologia e Dados

Para definição da metodologia utilizada, é preciso entender o comportamento dos preços objeto da comparação ao longo do tempo. Formar esse entendimento favorece a que os produtores possam utilizar o que, em microeconomia, atribui-se ao agente racional, ou seja, aquele que maximiza lucro.

Conforme se observa na Seção 3, a Lei do Preço Único pode ser representada pela equação

$$P = EP^* \tag{1}$$

Que estabelece que, para a determinação do preço doméstico (P), toma-se o preço externo (P^*) e multiplica-se pela taxa de câmbio nominal (E), obtendo-se, então, o preço doméstico que, assim, torna-se uma variável dependente das outras duas. A escolha da regressão se deveu a sua adaptabilidade ao problema em questão, visto que a LPU estabelece a existência de um mesmo preço em diversas localidades e, na sua versão fraca, supõe que não é o preço absoluto que deve ser único, mas a relação entre os preços que deve manter-se constante.

Assim, aplicando-se o logaritmo natural em ambos os lados da equação (1), obtém-se a seguinte equação:

$$\ln(P_i) = \ln(E_i) + \ln(P_i^2) \quad (2),$$

que expressa como um modelo determinístico, onde $\ln(P_i)$, $\ln(E_i)$, $\ln(P_i^2)$ são, respectivamente, os logaritmos naturais do preço interno, da taxa de câmbio e do preço externo. Extrapolando essa equação, pode-se obter um modelo estocástico, onde se pode aplicar o ferramental econométrico, definido como na equação (3), ou seja:

$$\ln(P_i) = \alpha + \beta_1 \ln(E_i) + \beta_2 \ln(P_i^2) + \epsilon \quad (3),$$

onde “ ϵ ” é o termo de erro, os β são os coeficientes das variáveis exógenas e o “ α ” o intercepto. Aplicando-se o modelo aos dados, espera-se, para que ocorra a validade da LPU, que o intercepto a seja igual a zero, pois, do contrário, teríamos outros fatores não captados pelo modelo influenciando o preço interno.

Por outro lado, espera-se, para os coeficientes das variáveis exógenas, que sejam iguais à unidade, ou seja, β_1 e β_2 iguais a 1, uma vez que se β_1 ou β_2 forem menores do que a unidade, então a taxa de câmbio ou o preço externo seriam apenas parcialmente repassados para o preço interno. Da mesma forma, se β_1 ou β_2 forem maiores que 1, haveria repasse para o preço interno de um valor maior. Para o erro “ c ” espera-se que tenha distribuição normal com média zero e variância constante.

Em relação aos dados, serão utilizadas neste trabalho séries mensais de preço, extraídas dos sites IndexMundi, Cepea/Esalq e IpeaData, referentes ao período de janeiro de 2006 a abril de 2015 e compreendendo os preços da soja no Brasil e nos Estados Unidos e a taxa de câmbio que fornece a quantidade de reais necessários para comprar uma unidade de dólar (R\$/US\$). É de se registrar que as unidades de medida foram harmonizadas, adotando-se o padrão brasilei-

ro, ou seja, os preços foram mensurados para sacas de sessenta quilos e, para a taxa de câmbio, foi utilizada a série do Ipeadata, baseada no fechamento do mês (último dia), porém tomando-se a média entre a taxa de venda e de compra da moeda estrangeira.

Este trabalho buscará testar se, por meio da aplicação de um modelo de regressão linear, pode-se fazer inferências sobre a validação da Lei do Preço Único. A escolha da regressão se deveu a sua adaptabilidade ao problema em questão, visto que a LPU estabelece a existência de um mesmo preço em diversas localidades e, na sua versão fraca, supõe que, não é o preço absoluto que deve ser único, mas a relação entre os preços deve manter-se constante.

A Tabela 3, abaixo, contém as estatísticas descritivas das variáveis estudadas. Os seus valores máximos estão contidos na coluna correspondente e pode-se observar que os maiores valores obtidos nas séries de preço encontram-se no segundo semestre de 2012. Esse fato provém do clima, que não favoreceu a produção daquele ano, causando redução dos estoques. Nos Estados Unidos, a seca afetou cerca de 60% do território, e aproximadamente 100 milhões de toneladas de milho foram perdidas devido ao clima. O Brasil também produziu menos do que era esperado, a safra da soja naquele ano foi 12% menor do que no ano anterior⁶.

Tabela 3 - Estatísticas Descritivas - Milho, Soja e Câmbio

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Data
Taxa de Câmbio	2,0164	0,313094	1,5559	3,2077	jul/11
Preço da soja	49,2644	14,18724	24,91	82,92	set/12
Preço do milho	25,0258	5,086083	14,44	35,88	nov/12
Preço da soja (EUA)	24,8743	6,450280	11,96	37,37	ago/12
Preço do milho (EUA)	12,5972	3,796181	6,16	19,98	Jul/12

FONTE: elaborada pelos autores

5. Análise de Dados e Resultados

Para verificação da validade da LPU, utilizando a relação de preços Brasil-Estados Unidos para a soja e o milho nesses dois mercados, foi utilizado o estimador de mínimos quadrados generalizados⁷. De acordo com o visto na seção 4, os dados são mensais e referentes ao período de janeiro de 2006 a abril de 2015, totalizando 112 períodos. Os resultados para as duas commodities são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - LPU - Resultados do Modelo

SOJA		MILHO	
Variável	Resultados	Variável	Resultados
Constante	0,095948	Constante	1,53838 ^c
Ln(E)	0,987102 ^c	Ln(E)	0,187229 ^d
Ln(Psoja)	0,968233 ^c	Ln(Pmilho)	0,613817 ^c
R ² ajustado	0,922428	R ² ajustado	0,756947
P-valor	***	P-valor	***

FONTE: elaborado pelos autores; ^c P - valor inferior a 1%; ^d P - valor inferior a 5%.

Baseado nos resultados gerados pelo modelo, observa-se que são favoráveis à comprovação da lei do preço único para a soja, entretanto o mesmo não ocorre para o milho. Era esperado que a constante apresentasse valor nulo. No caso da soja, o valor observado foi de 0,09, bem próximo de zero, sem indícios, pelo p-valor, de que essa variável influenciaria os valores da variável endógena, o preço doméstico. Para os coeficientes beta das variáveis Ln (E) e Ln (Psoja*), o valor esperado para cada um era a unidade e foi possível observar resultados bem próximos: 0,99 e 0,97 respectivamente, para o beta1 e beta2. Adicionalmente, o valor “p” indicou que as duas variáveis foram efetivas ao nível de 1%, enquanto, conjuntamente, o modelo apresentou R² de 92% e p-valor indicando que o resultado foi efetivo a 1%.

Já, na aplicação do modelo para o milho⁸, os valores observados se distanciaram dos esperados. Como visto, era previsto valor nulo para a constante, porém obteve-se 1,54, com o p-valor indicando que a constante influencia a variável dependente. Os resultados para os coeficientes de Ln (E) e Ln (Pmilho*) também foram insatisfatórios, com valores para os betas de 0,19 e 0,61 respectivamente, quando na verdade esperavam-se valores próximos de 1.

Por meio desses dados, podemos concluir que os indícios obtidos permitem validação da LPU para a soja, considerados os mercados brasileiro e americano. Com isso, o que já é feito, pelo menos na prática, os sojicultores, ao planejarem a comercialização de suas safras, devem ficar atentos ao movimento de preços nos Estados Unidos. Com relação ao milho, não foi possível evidenciar resultado semelhante.

A não validação da LPU para o milho, permite concluir que depende em muito das características dessa cultura no Brasil. A maior parte da produção bra-

sileira é destinada ao mercado interno, principalmente na composição de ração animal, fortemente utilizada na produção de aves e suínos, em que o país é grande exportador tanto da carne quanto dos embutidos. Além disso, dada as condições não muito favoráveis para a produção de trigo no país, os agricultores passaram a plantar milho em sucessão à lavoura de soja, no que foi chamada de “safrinha”, com o objetivo de aumentar suas receitas e, ao mesmo tempo, reduzir custos na produção de soja, principalmente quando se utiliza o sistema de plantio direto. As empresas dedicadas à pesquisa agrícola foram fundamentais para transformar a “safrinha” em segunda colheita, principalmente por desenvolverem variedades de semente adaptadas ao referido plantio, principalmente em relação à precocidade na colheita. Essa característica da produção brasileira torna a formação do preço do milho praticamente independente do preço formado em bolsas de mercadoria dos Estados Unidos.

No entanto, em virtude de os períodos de plantio nos dois países serem diferentes, tem havido um movimento de exportação de excedentes próximo ao período de colheita, “abrindo-se” o mercado para eles e dando uma fisionomia de preços que são interdependentes em um mercado global. Considerado o estágio de desenvolvimento das práticas de cultivo, o Brasil pode passar a ter colheitas mais abundantes, fazendo com que o país amplie o seu *Market share* na exportação de milho, ajudando a “internacionalizar” essa *commodity*. No entanto, na entressafra ocorre o movimento inverso. Se essa prática se tornar constante poderá gerar uma relação de interdependência, cuja significância possa redundar na validação da lei do preço único.

Além disso, mudanças climáticas como chuvas fortes ou a falta dessa, calor excessivo e geadas podem dificultar tanto o plantio quanto atrasar a colheita dos produtos agrícolas, sejam eles no Brasil ou nos Estados Unidos, com impactos na formação dos preços.

De acordo com a Lei da Oferta e Procura, é possível descrever o comportamento dos consumidores na aquisição de bens e serviços, principalmente quando a variação de quantidade apresenta um padrão não normal, seja gerando superoferta ou escassez, causando variação nos preços, para baixo, quando a oferta é abundante e aumentando o preço, quando há uma quebra de safra, causando interferência na relação preço interno x taxa de câmbio x preço externo. Percebe-se, nesta análise, que, para buscar maior compreensão do comportamento dos preços entre esses dois grandes produtores, é necessário ampliar a análise incorporando aspectos como a sazonalidade, bem como incluir na modelagem os choques de oferta ou de demanda, não esquecendo que a estabilização da relação entre a oferta e a pro-

cura leva, em um primeiro momento, a uma estabilização do preço que poderia culminar na formação de um preço único entre dois ou mais países ou, por conta de externalidades, acontecer o contrário, uma perfeita independência dos preços nos dois países estudados.

6. Considerações Finais

Este estudo teve como elemento motivador a tentativa de comprovação da Lei do Preço Único para os preços da Soja e do Milho, comparando séries de preços entre o Brasil e os Estados Unidos e utilizando-se a taxa de câmbio para possibilitar a comparação. Referida taxa está definida pela quantidade de reais por dólar.

Após efetuados os cálculos e testes recomendados pela análise de regressão linear, foi possível a comprovação empírica da Lei do Preço Único para os preços da soja no Brasil e nos Estados Unidos. No entanto, para a *commodity* Milho, os resultados não propiciaram a validação da LPU.

Desse modo, presume-se que a não validação da LPU para o milho tem origem no fato de a produção brasileira se destinar, em sua grande maioria, ao consumo interno, tendo pouca influência dos preços do mercado externo. Contudo, com mudanças no clima em um dos países, elevando/diminuindo a produção da *commodity*, os preços podem seguir movimentos que conduzam a variações de mesmo sentido.

Sendo assim, uma possibilidade de estressar o teste de validação da LPU consistiria em escolher períodos com clima adverso, choques de oferta ou demanda, implantação de uma nova atividade consumidora, como foi o etanol nos Estados Unidos ou até mesmo considerar variáveis *dummy* para melhorar a interpretação do processo de formação de preço, que possibilite aos agricultores um avanço no planejamento de suas vendas e, ainda, buscar uma maneira de sobrepujar a dificuldade que barreiras ao comércio impõem à formatação da modelagem. Uma possibilidade, também, é fazer a análise baseado em contratos futuros ou de opções, em que pode ser menos difícil superar o problema dos custos de transação e das barreiras comerciais, seguindo, de certa forma, a análise feita por Sorkin.

Notas

¹ Contudo, como a exportação de carne de suíno e de aves, in natura ou processada é significativa, ocorre a exportação indireta do milho, eis que é um grande componente da alimentação desses animais

² O prêmio, que pode representar ágio ou deságio, é definido pelo comprador com base em custos de frete, facilidade de embarque, qualidade do produto, oferta/demanda entre outros.

³ Mercado Spot, Futuro e Forward de Soja. Para aprofundamento do tema, podem ser consultados, por exemplo: Gonzalez (1999a e 1999b), Hull (1998) e Marques e Mello (1999).

⁴ Os vendedores e compradores que transacionam nesse tipo de mercado são chamados hedgers (que busca proteção de preço para o ativo subjacente: vendedores e compradores de soja) ou especuladores, quem acredita que o preço vai aumentar ou diminuir, que buscam lucrar com a variação de preços se dá em benefício de sua posição, comprada ou vendida.

⁵ Processo de arbitragem e a Lei do Preço Único (LPU) – a verificação da Lei do Preço Único pode ser encontrada nos autores: Mankiw (2001); Pindyck. (2004); Sartoris (2001), por exemplo.

⁶ Fonte: Globo Rural, **Agricultores brasileiros comemoram alta nos preços do milho e da soja**, <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/12/agricultores-brasileiros-comemoram-altanos-precos-do-milho-e-da-soja.html>. Globo Rural, **Soja e milho alcançaram preços recordes em 2012**, <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/12/soja-e-milho-alcancaram-precos-recordes-em-2012.html>. Acesso em 23/08/15.

⁷ Versão com heterocedasticidade corrigida, uma vez que o teste White indica variância não constante para os dois modelos.

⁸ O teste Reset de Ramsey indica que o modelo do milho em logaritmo não está corretamente especificado.

Referências

ABIOVE. Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. Disponível em: <<http://www.abiove.org.br>>.

ABIMILHO. Associação Brasileira das Indústrias de Milho. Disponível em: <<http://www.abimilho.com.br/>>.

ADAMI, Andréia C. de O., BARROS, Geraldo Sant'Ana de C., ZANDONÁ, Nicole F. Piracicaba, Cepea, 2015. Disponível em: <www.cepea.esalq.br/macro>.

ANEC. Associação Nacional dos Exportadores de Cereais. Disponível em: <<http://www.anec.com.br/>>.

BLOCK, Alexander, CORONEL, Daniel A. e VELOSO, Gilberto de O. Análise da Transmissão de Preços no Setor Sucroalcooleiro Brasileiro. Estratégia & Negócios. Disponível em: <www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php>. Php, 2012.

BMF&BOVESPA. Mercado Futuro de Soja. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>.

BRUM & LUFT (2008). Aspectos da Cadeia Produtiva do Milho e as Relações Comerciais nos Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

- CALDARELLI, Carlos E. BACCHI, Mirian R.P. Fatores de influência do preço do milho no Brasil, *Nova econ.* vol. 22, no.1, Belo Horizonte Jan./Apr. 2012.
- CARTER, HILL. *Estatística e Introdução à Economia*. São Paulo: Saraiva.
- CEPEA/ESALQ. Preço brasileiro das commodities. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/>>.
- CHIODI, Luciana. *Integração espacial no mercado brasileiro de milho*. Piracicaba, 2006, ESALQ/USP, dissertação de mestrado.
- CONAB. Produção de commodities no Brasil. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>.
- COTRIJAL. Formação do preço da soja. Disponível em: <<http://cotrijal.com.br/>>.
- FAMA & FRENCH (1987). *Commodity Futures Prices: Some Evidence on Forecast Power, Premiums and the Theory of Storage*.
- GAIO, Luiz. E., CASTRO JR. Luiz G. OLIVEIRA, André, R. de. Causalidade e Elasticidade na Transmissão de Preços do Boi Gordo entre Regiões do Brasil e a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). *Organizações Rurais e Agroindustriais*, Lavras, vol.7, nº 3, p. 282-297, 2005.
- GOLDBERG, Pinelopi K. and VERBOVEN, Frank. Market Integration and convergence to the law of one price: evidence from the European car market. *Journal of International Economics* 65 (2005), p. 49-73.
- GONZALEZ, Bernardo C.R. *Os Ambientes Contratual e Operacional da Cédula de Produto Rural (CPR) e Interações com os Mercados Futuros e de Opções*. Piracicaba, ESALQ/USP, 1999, 169 p. (tese de doutorado).
- GONZALEZ, B.C.R. e SANTOS A.F. An assessment of Argentina's Inflation based on Purchasing Power Parity Theory (PPP) and Soybean's Price. Ifama, Congresso Anual, Saint Paul, Minnesota, EUA, Junho de 2015. Disponível em: <http://www.ifama.org/files/conf/2015%20Conference/1304_paper_Gonzalez.pdf>.
- GRÃOS & SOJA – Corretora de Mercadorias Ltda. Disponível em: <www.graosesoja.com.br>.
- HASKEL, Jonathan and WOLF, Holger. The Law of One Price – A Case Study, NBER Working Paper, nº 8112, February 2001.
- INDEXMUNDI. Preço mundial das commodities. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/>>.
- INTERNACIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT – Global Subsidies Initiative. Disponível em: <www.iisd.org/gsi/>.
- IPEADATA. Séries de Câmbio. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>.
- LACERDA, L. V. B. GUSTAVO. *Mestrado em finanças e economia empresarial – “lei do preço único: soja no Brasil e na China”*. Rio de Janeiro, 2009.

- MOLINARI, Paulo. Safras & Mercados, Entrevista. Disponível em: <www.safras.com.br>.
- OPERE FUTUROS. Contrato Futuro do Milho. Disponível em: <www.operefuturos.com.br>.
- PINDYCK, R. S. & RUBINFELD, D. L. Econometria: modelos e previsões. Rio de Janeiro (2004).
- RODRIGUES, G.Z., Causalidade e transmissão de preço do milho entre importantes municípios goianos Produtores e a BMF&Bovespa. Revista de Economia, Anápolis-GO, vol. 10, nº 01, p. 107-132, Jan./Jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/economia/about/index>>.
- SANTOS, Vladimir F. dos et al. Análise do preço do milho nos mercados interno e externo. Revista de Política Agrícola, Ano XVI, nº 3, jul/ago/set, 2007.
- SILVA, R. J. & MARGARIDO, A. M. (2009). Análise da transmissão espacial de preços no mercado de mandioca.
- SORKIN, Igor. The Law of One Price and the Financial Crisis: Evidence from the U.S. and the Canadian Equity Markets. The Graduate Center, CUNY, New York, NY, 2013 USA [http://www.gc.cuny.edu/CUNY_GC/media/CUNY-Graduate Center/PDF/Programs/Economics/Seminar%20papers/Igor-Sorkin_1.pdf](http://www.gc.cuny.edu/CUNY_GC/media/CUNY-Graduate%20Center/PDF/Programs/Economics/Seminar%20papers/Igor-Sorkin_1.pdf)
- SOUSA, E. P. & BRAGA, M. J. & CUNHA D. A. Interdependência dos preços do milho no sul brasileiro. Revista de Economia, v. 36, n. 2 (ano 34), p. 71-90, maio/ago. 2010. Editora UFPR.
- TERRA, Cristina (2013). Finanças Internacionais – Macroeconomia Aberta: Teoria, Aplicações e Políticas. Elsevier-Campus.
- TONIN, J.M. & ALVES, A.F. Efetividade e Razão Ótima de Hedge dos Contratos Futuros de Milho para a Região de Maringá. Sober, 2005. XLIII Congresso da Sober.
- UFRGS. Paridade do Poder de Compra (PPC). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/>>.
- USDA. Produção de commodities americana. Disponível em: <<http://www.usda.gov/>>.
- USDA – Produção de soja. Disponível em: <<http://usda.mannlib.cornell.edu/usda/fas/oilseed-trade//2010s/2013/oilseed-trade-12-10-2013.pdf>>. Acesso em: nov/29, 11h13.

Resumo

A agricultura brasileira tem sido de suma importância para a balança comercial brasileira. Entre os itens de maior produção nacional encontra-se a soja e o milho,

por sua vez, tem uma grande importância na cadeia alimentar, como fornecedor de matéria-prima para as cadeias de suínos e aves. Os suínos, aves e subprodutos contribuem, também, de forma significativa para as exportações brasileiras. Este estudo tem como objetivo analisar o comportamento dos preços da soja e do milho no mercado brasileiro *vis-à-vis* o mercado americano, grande produtor dessas commodities, para ver se, em relação ao país que é forte formador de preços agrícolas, valeria a Lei do Preço Único (LPU). Os resultados obtidos em testes de regressão linear indicam que a abordagem econômica utilizada valida a LPU para a soja, enquanto para o milho ela não se verificaria.

Palavras-Chave: Lei do Preço Único; Commodities Agrícolas; Preço Soja; Preço Milho

JEL: D41, Q14, Q17, Q21

Abstract

The Brazilian agriculture has been of paramount importance to the national trade balance and we have to highlight the role of soybean in this business environment. The soybean plays an important role in the agribusiness results besides coffee, orange juice and meat in general (cattle, pork and chicken). On the other hand, the corn is very important in the internal market, mainly as feed of animals that producing meat. With this study we intend to analyze the behavior of soybean price and corn price in the Brazilian market *vis-a-vis* the American market. To get this, was tested the validity of The Law of One Price (LOP) for both products using linear regression analysis. With this technic was possible to verify that The LOP applies to the soybean but the same does not occurs with the corn price because the structure of corn consumption in Brazil is different of existing in the United States.

Keywords: Law of One Price; Agricultural Commodities; Soybean Price; Corn Price

JEL: D41, Q14, Q17, Q21

Gilmar dos Santos Marques

Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, aluno especial do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília e Professor da UPIS – Faculdades Integradas.

Umberto Euzebio

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

Cammilla Horta Gomes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

Plano Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil: arranjo institucional, desafios e perspectivas

1. Introdução

Este trabalho tem como propósito analisar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), implementado no Brasil desde 2004, como um programa que visa a atingir objetivos de promover a inclusão bancária de milhares de pessoas e contribuir para atingir metas do Governo Federal. Esse programa tornou-se Política Pública (PPU) ao ser inserido no Plano Plurianual (PPA) 2008/2011, que se firmou como PPU por meio do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), em 2011, e continua fazendo parte das políticas de Estado, conforme PPA 2012/2015 – PPU de Emprego e Renda. Deve-se destacar, ainda, que faz parte deste artigo apresentar o arranjo institucional do PNMPO, bem como o seu estágio atual de implementação.

O objetivo geral é a apresentação da situação atual do PNMPO, modelo de microcrédito brasileiro, bem como seus pontos de contato com o modelo original. Para a sua consecução, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) pesquisar os programas de microcrédito implementados com sucesso em outros continentes; b) avaliar o PNMPO em termos de arranjo institucional como PPU, bem como o estágio atual de sua implementação; c) verificar se há previsão orçamentária legal do PPA, Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e do Orçamento Geral da União (OGU); d) analisar o PNMPO como mecanismo de geração de emprego e renda.

Para nortear o desenvolvimento deste artigo, foi estabelecida a seguinte situação problema: o PNMPO cumpre o papel de PPU como mecanismo de inclusão econômica e social?

A motivação do trabalho foi a observação de que o montante de investimentos nessa PPU vem sendo ampliado de forma acelerada nos últimos anos, denotando sua crescente importância no país. Percebe-se que ela não está alinhada com os programas de microcrédito desenvolvidos em outros países com elevado grau de sucesso, como é o caso de Bangladesh na Ásia e de países do oeste da África, bem como da África Sul no continente Africano. Somam-se a eles os programas implementados em países desenvolvidos como a França no continente Europeu.

A metodologia utilizada neste estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental que trata de microcrédito, moeda social, como estratégia para redução da pobreza e inclusão social. Analisa a legislação de criação e regulação do microcrédito no Brasil, bem como as publicações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), utilizadas como mecanismo de controle e informação para os órgãos de controle e para a sociedade. Baseado nos dados coletados, foram elaborados gráficos que demonstram a evolução e o estágio atual do PNMPO. Com base na legislação, foi elaborado o modelo de arranjo institucional do PNMPO.

2. Microcrédito, uma Moeda Social

2.1 Conceitos e definições: microcrédito e microfinanças

Microcrédito e microfinanças são termos que vêm sendo amplamente utilizados, quando a questão é tratar as maneiras de concessão de empréstimos de pequenos valores para empreendedores informais (pessoas físicas) e pequenos empreendedores formais (pessoas jurídicas classificadas com micro e pequenas empresas). Em ambos os casos, para empreendedores que não têm acesso ao sistema financeiro tradicional, quer seja por serem demandantes de pequenos valores ou por não disporem de garantias reais para fazer face aos valores pleiteados.

Deve-se destacar que a literatura que trata do tema ainda não deixa claro o conceito de microcrédito e microfinanças. Porém, de acordo com Robinson *apud* Silva e Góis (2007), o Banco Mundial define microfinanças como serviços financeiros voltados a pequenas atividades produtivas como:

Serviços financeiros em pequena escala principalmente crédito e poupança – proporcionados àqueles que se dedicam à agricultura, à pesca, àqueles

que gerenciam pequenas empresas ou microempresas que produzem, reciclam, reparam ou vendem bens; pessoas que trabalham por um salário ou comissão; pessoas que obtêm receita alugando pequenas áreas de terra, veículos, animais de trabalho ou máquinas e ferramentas a outros indivíduos ou grupos em nível local, seja urbano ou rural (ROBINSON citado por SILVA e GÓIS, 2007, p. 12).

No Brasil, segundo Alves e Soares (2006, p. 28), a autoridade monetária, que é o Banco Central do Brasil (BCB), define microfinanças como “serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional”.

De acordo com Monzoni Neto (2008), a atividade de microcrédito é:

aquela que, no contexto das microfinanças se dedica à atividade de conceder empréstimo de pequeno montante e distingue-se dos demais tipos de empréstimo essencialmente pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. É comumente entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância que tem junto às políticas públicas de redução da miséria e geração de renda (MONZONI NETO, 2008, p. 30).

2.2 Microcrédito no Mundo

O microcrédito é um instrumento financeiro com objetivo social. Nesse sentido, ele se torna mais que um instrumento de investimento, pois exerce o papel de transformar sonhos em realidade, unindo trabalho e capital que resulta em transformação social e proporciona a criação de riqueza.

Yunus (2000, p. 117) afirma que, quando uma mãe começa a ganhar dinheiro, ela destina suas rendas primeiramente aos filhos, depois à casa, comprando alguns utensílios e melhorando as condições de vida da família.

Assim, o microcrédito confere, principalmente às mulheres, mais responsabilidade e autonomia, o que permite a elas dotar suas famílias das condições mínimas necessárias para a sobrevivência. De acordo com o autor, há programas de crédito no modelo do Grameen Bank em todos os continentes, proporcionando impactos altamente positivos em países com condições socioeconômicas frágeis, apresentando-se como um excelente instrumento para erradicação da pobreza. Deve-se destacar, ainda, que, mesmo nos países com condições socioeconômicas

relativamente privilegiadas, o sistema do Grameen Bank tem sido muito bem aceito. Além disso, tem contribuído como mecanismo de redução da pobreza de uma parcela da população que vive abaixo da linha da miséria.

Segundo Yunus (2000, p. 225), Maria Nowak, após conhecer de perto o trabalho dele em Bangladesh, passou a replicar o modelo do Grameen Bank e foi responsável por implantar o sistema de microcrédito na Guiné e em Burkina Faso, com apoio do presidente do Banco Central desses países. Essas experiências de sucesso fizeram com que ela transplantasse o modelo com todas as suas características para os países do oeste da África.

As ações empreendidas no oeste da África proporcionaram à Nowak (2007) uma compreensão profunda dos impactos do microcrédito em quatro dos cinco continentes, conforme detalhado a seguir. Nos países do continente Asiático, os aspectos de ordem religiosa têm forte influência no processo que leva as mulheres ao estágio da extrema pobreza. É exatamente nessas sociedades que o microcrédito tem cumprido o importante papel de permitir às mulheres encontrarem um lugar na sociedade.

Em Bangladesh, as primeiras vítimas da extrema pobreza são as mulheres, justamente em decorrência de restrições religiosas como, por exemplo, não poder estudar, trabalhar e discutir com o marido. As esposas são submissas e os maridos podem, inclusive, bater nelas. Em um país no qual a terra limita a capacidade de produção de alimentos, as mulheres representam bocas para alimentar, logo são consideradas como um fardo pesado a ser suportado. Diante disso, os homens livram-se delas na primeira oportunidade: abandonam uma esposa para se casarem com outra que traga consigo um dote, muitas são abandonadas com filhos sob sua responsabilidade e sem qualquer fonte de rendimento. O microcrédito não pode suprimir o problema da falta de terras, das inundações, das epidemias, da falta de infraestrutura ou da corrupção naquele país. Mas, se essas mulheres tiverem acesso ao capital e puderem iniciar pequenas atividades de comércio ou artesanato, elas ganharão dinheiro e poderão proporcionar uma vida melhor a suas famílias e obterão respeito por parte da sociedade.

Por sua vez, no continente Africano, os fatores climáticos, muitas vezes, afastam os homens de suas famílias, que vão para outros países em busca de fonte de renda, podendo ou não regressar. Situações essas que levam as mulheres a desenvolver atividades geradoras de renda, mesmo diante de muitas dificuldades para garantir a sobrevivência da família. O microcrédito tem exercido um papel fundamental ao criar oportunidades para o desenvolvimento de pequenas atividades que são capazes de se tornar uma fonte de rendimento permanente para as famílias.

Já no continente Americano, mais especificamente na América Latina, os programas de microcrédito com diferentes metodologias financiam, em favelas, atividades informais, que continuam a crescer sem qualquer base legal. Na Bolívia, o sistema de microcrédito se tornou uma atividade bancária, enquanto no Brasil encontra-se pouco desenvolvido. O Chile idealizou um modelo de microfinanças, no qual os bancos locais e estrangeiros que operam no país criaram instituições com objetivo de implementar um modelo de microcrédito.

Por fim, no continente Europeu, mais precisamente na Europa Central, diante da impotência do setor público nos países oriundos do modelo comunista e da inexistência de um sistema de proteção social eficaz, que de certa forma condenaram homens e mulheres, operários, camponeses ou empregados, a um estado de miséria absoluta, o microcrédito proporciona o resgate dessa faixa da população, por meio de mecanismos de privatização da economia desde a sua base, conforme afirmado por Nowak (2007). Na França, em 2007, das 30.000 microempresas beneficiadas com o microcrédito, um terço foi criado por mulheres beneficiadas pela *Revenu Minimum d'Insertion (RMI)*, programa equivalente ao Rendimento Mínimo Garantido, destinado ao público excluído do sistema bancário tradicional.

Dessa forma, esta análise inicial permite perceber que o microcrédito não é uma solução milagrosa para todos os males que assolam famílias até então não contempladas pelo desenvolvimento econômico e social. Ele representa um pequeno apoio financeiro, suficiente para criar riqueza e agregar valor ao trabalho de homens e mulheres que se encontram em situação de miséria em todas as partes do mundo.

2.3 Microcrédito no Brasil

Segundo Barone *et al.* (2002, p. 15), a primeira experiência brasileira na concessão de microcrédito para o setor urbano informal ocorreu em 1973 nos municípios de Recife e Salvador com a criação da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como programa UNO. A UNO atuou durante dezoito anos, mas não conseguiu sua autossustentabilidade financeira. Esse programa capacitava os clientes para a realização adequada da gestão além da disponibilização do crédito.

Todo esse trabalho resultou no fomento ao associativismo, com a criação de cooperativas, associações de artesões e grupos de compra. A UNO financiou milhares de pequenos empreendimentos, em Pernambuco e na Bahia, formou dezenas de profissionais especialistas em crédito para o setor informal e,

durante muitos anos, foi a principal referência para a expansão dos programas de microcrédito na América Latina (BARONE *et al*, 2002, p. 15).

Em seguida surgiram outros programas em diversos estados brasileiros. Em 1987, foi criado, em Porto Alegre, o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), o qual obteve grande sucesso e sua atuação atingiu outros estados brasileiros, além do seu estado natal. A Rede CEAPE evoluiu e, em 1990, deu origem a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), conhecida atualmente como CEAPE Nacional que utiliza metodologia única para orientação dos empreendedores. Essa rede encontra-se atualmente com Centros no Rio Grande do Sul, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pernambuco, Distrito Federal, São Paulo, Paraíba, Goiás, Bahia, Pará, Piauí e Espírito Santo.

Em 1989, surgiu o Banco da Mulher, com foco inicial na clientela feminina. Esse banco é filiado ao *Women's World Banking* e concede crédito para quem deseja aumentar a renda, proporcionando melhores condições de vida para toda família.

Já em 1995, em Porto Alegre, a Portosol foi criada com ajuda da prefeitura local para concessão de capital de giro e capital fixo para pequenos empreendimentos. No Rio de Janeiro, foi criado em 1996 o VivaCred que visava atender os pequenos empreendedores das comunidades carentes locais, os recursos vinham basicamente do BID e BNDES. Em 1998, entrou em cena o CrediAmigo, primeira experiência de microcrédito criada por um banco estatal, Banco do Nordeste.

Atualmente, o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Caixa Econômica Federal possuem atuação em nível nacional no fomento e disponibilização de microcrédito no Brasil. Além dessas, várias experiências de microcrédito estaduais e municipais estão sendo implementadas com formas institucionais bastante diversificadas. Barone *et al.* (2002, p. 18) afirma que “parte dessas experiências estão ligadas às políticas públicas de geração de ocupação e renda, sendo conhecidas pelo nome de ‘Bancos do Povo’”. Em várias situações, os governos estaduais e municipais criam fundos públicos destinados especificamente ao microcrédito”. São exemplos: Banco do Povo Paulista, Banco do Povo de Goiás, Banco do Povo de Juiz de Fora e Creditrabalho.

2.4 Metodologias de microcrédito no Brasil

De acordo com Monzoni Neto (2008), no Brasil, o microcrédito está operando predominantemente com 3 (três) metodologias: a) contratos individuais; b) grupos

solidários; c) bancos comunitários. A seguir, será apresentada cada uma das metodologias citadas, bem como o detalhamento da forma de atuar em cada uma delas.

2.4.1 Contratos individuais

Os contratos individuais são realizados com base em análise aprofundada do empreendimento com foco em seu desempenho passado, histórico de crédito do cliente, viabilidade dos planos de negócios e referências de mercado. Essa metodologia foi institucionalizada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2000, e não exige documentação de formalização do empreendimento. Então, atende, também, empreendimentos informais. São realizados levantamentos socioeconômicos pelos agentes de crédito, que avaliam a capacidade de pagamento do cliente.

Pode-se admitir como garantia: avalista ou alienação de bens. A exigência de garantia dificulta o acesso ao crédito aos empreendedores que não contam com avalistas em seu círculo de relações pessoais ou com bens para oferecer em garantia.

Outra exigência é que o empreendedor e seu avalista não constem nos serviços de proteção ao crédito.

2.4.2 Grupos solidários

Essa metodologia realiza operações para grupos de empreendedores formados por, no mínimo, três e, no máximo, sete pessoas, com pequenos negócios, as quais se responsabilizam pelo valor total do crédito. A formação desses grupos é um processo autônomo: os tomadores de crédito associam-se com pessoas de sua confiança. A seleção dos membros do grupo e a pressão interna no grupo solidário pela pontualidade dos pagamentos funcionam como eficiente mecanismo de garantia do crédito. Assim, as instituições de crédito não exigem outras garantias, como avalistas ou alienação de bens. Isso faz com que alcance mais empreendedores de baixa renda.

Yunus (2000) afirma que o grupo solidário é considerado uma forma de garantia muito eficiente, pois cada membro do grupo é responsável pelo valor total do crédito. Se um membro do grupo não puder pagar seu crédito, esse valor deverá ser pago pelos outros membros. Além disso, o empreendedor que estiver com restrição cadastral não se interessará em ‘fechar a porta’ da única alternativa de acesso ao crédito de que dispõe.

2.4.3 Bancos comunitários

Os bancos comunitários realizam empréstimos a grupos maiores que os grupos solidários, com 10 a 50 pessoas, dependendo da instituição. O papel dos agentes de crédito é capacitar os tomadores a administrar o empréstimo. O agente de crédito não faz visitas aos empreendimentos e a decisão sobre o valor da parcela de cada membro é tarefa do próprio grupo.

Entre as instituições que utilizam essa metodologia, de acordo com Silva e Góis (2007), podem-se citar: Compartamos e Finsol, no México; Crediamigo, Ande (Agência Nacional de Desenvolvimento Microempresarial) e Finsol, no Brasil; Pro-Mujer e Crecer, na Bolívia, e Grameen Bank, em Bangladesh.

2.5 Origens dos recursos do microcrédito no Brasil

Nota-se que os recursos que financiam as operações de microcrédito no Brasil são de origem pública, pois parte deles vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a outra é decorrente de “exigibilidade” com amparo legal em resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN). As Resoluções nº 449, de 29/8/2005, do CODEFAT, e nº 3.310, de 31/8/2005, do CMN, regulam a dotação de recursos para o programa.

A primeira foi responsável por uma linha crédito de R\$ 200 milhões de reais, enquanto a segunda determinou a destinação de 2% dos depósitos à vista dos bancos comerciais para aplicação na modalidade de microcrédito. Isso redundou na destinação de recursos da ordem de R\$ 2 bilhões de reais, aproximadamente, no início do ano de 2007, de acordo com Pereira (2007).

Por se tratar do uso de recursos públicos de forma frequente e com valores relativamente elevados, é importante verificar a vinculação do programa em uma PPU de Estado, com a previsão legal e orçamentária, o que será objeto de análise a seguir.

3. Políticas Públicas

O objetivo central do Estado centra-se na maximização do bem-estar da sociedade e, para atingir esse objetivo, são utilizadas um conjunto de ações, metas e planos elaborados pelos governos para a solução dos problemas da sociedade, essas ações são denominadas por Políticas Públicas. Os formuladores de Políticas Públicas devem ser capazes de identificar, compreender e selecionar as diversas

demandas da sociedade, ordenando-as conforme sua prioridade, para apresentar soluções possíveis.

3.1 O microcrédito no PPA 2012-2015 – Plano Mais Brasil

O PPA 2012-2015 (BRASIL, 2011), denominado pelo Governo Federal Plano Mais Brasil – Mais Desenvolvimento, Mais Igualdade e Mais Participação, apresenta com destaque ações que envolvem microcrédito e microfinanças sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nas seguintes PPU: 1) Políticas sociais; 2) Política de infraestrutura; 3) Política de desenvolvimento produtivo; 4) Políticas e temas especiais.

As Políticas Sociais, com orçamento global de R\$ 2,6 trilhões, sendo que somente a ação 2071 – Trabalho, Emprego e Renda – terá destinação orçamentária de R\$ 248 bilhões. Nessa, evidenciam-se ao menos dois objetivos, que são:

0289 – Estimular a geração de emprego, trabalho e renda, por meio da democratização e ampliação do crédito produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. (MTE).

0291 – Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito por meio do apoio às instituições do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo. (MTE). (PPA, 2012-2015, BRASIL, 2011, p. 37).

Essa política apresenta como uma de suas metas:

Ampliar a articulação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda com as políticas públicas voltadas para o fomento à geração de emprego e renda, a juventude, a educação, a economia solidária, a redistribuição de renda e erradicação da pobreza, e a promoção da cidadania. (PPA 2012-2015, BRASIL, 2011, p. 37).

O PPA 2012-2015 (BRASIL, 2011) visa, ainda, a desenvolver metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional voltadas para o atendimento dos públicos prioritários. Deverá, também, acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para: a) aumentar em 10% as taxas de participação e de ocupação das mulheres; b) aumentar em

15% a taxa de ocupação da população negra; c) aumentar em 20% o número de trabalhadoras(es) domésticas(os) com carteira de trabalho assinada; d) aumentar em 37% o número de trabalhadores(as) autônomos(as) formalizados(as); e) diminuir em 20% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres; f) diminuir em 15% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos.

As Políticas e Temas Especiais contam com orçamento previsto no PPA 2012-2015 (BRASIL, 2011) da ordem de R\$ 104,0 bilhões, sendo que somente a ação “2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária – possui previsão orçamentária no valor de R\$ 43,3 bilhões.” Um dos objetivos previstos é o “0983 – Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e a organização do comércio justo e solidário,” de responsabilidade do MTE. Entre as metas para essa PPU, duas merecem destaque, que são: 1) disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização, favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias; 2) promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários.

Ao analisar as duas Políticas Públicas citadas anteriormente, verifica-se que ambas estão alinhadas com os dois primeiros macrodesafios do PPA 2012-2015 (BRASIL, 2011), que são:

- I. Projeto Nacional de Desenvolvimento: apoiado na redução das desigualdades regional e entre o rural e o urbano e na continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.
- II. Erradicação da Pobreza Extrema: prosseguir reduzindo as desigualdades sociais. (PPA 2012-2015, BRASIL, 2011, p. 13).

Assim, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNM-PO), que será tratado a seguir, surgiu como um instrumento de Política Pública com a finalidade de contribuir para geração de emprego e renda e, ao mesmo tempo, agir na estratégia de erradicação da pobreza no Brasil até 2014, conforme os Programas Brasil Sem Miséria (2011) e Brasil Carinhoso (2012).

3.2 Microcrédito Produtivo Orientado como Política Pública

O Programa de Microcrédito se tornou uma PPU baseado em resultados

obtidos por meio de trabalhos da sociedade civil organizada, por meio de Organizações Não Governamentais (ONGs), como o Banco do Povo. De acordo com Pereira (2007), em 2003, um grupo de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) apresentou propostas ao Governo Federal, objetivando o desenvolvimento de um programa de microcrédito, alinhado com o modelo do Banco do Povo.

Essas propostas foram incorporadas pelas Cooperativas de Crédito e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, com a filosofia de conceder crédito exclusivamente aos empreendedores populares, com orientação técnica e acompanhamento direto em seu local de trabalho. Esse modelo se assemelha à filosofia de Grameen Bank, conforme Yunus (2000).

3.2.1 Base legal

A base legal para o surgimento do Microcrédito veio com a Lei 10.735, de 1º/9/2003, que à época tinha como objetivo contribuir com o processo de inclusão bancária para o público de baixa renda, que não despertava interesse do sistema bancário tradicional.

Em 2004 e 2005, houve evolução na legislação em busca de potencializar ainda mais o programa com a edição da Medida Provisória (MP) 226, em 29/11/2004, que fora convertida na Lei nº 11.110, de 25/4/2005, na qual se instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), assim como definiu o público alvo da Política Pública.

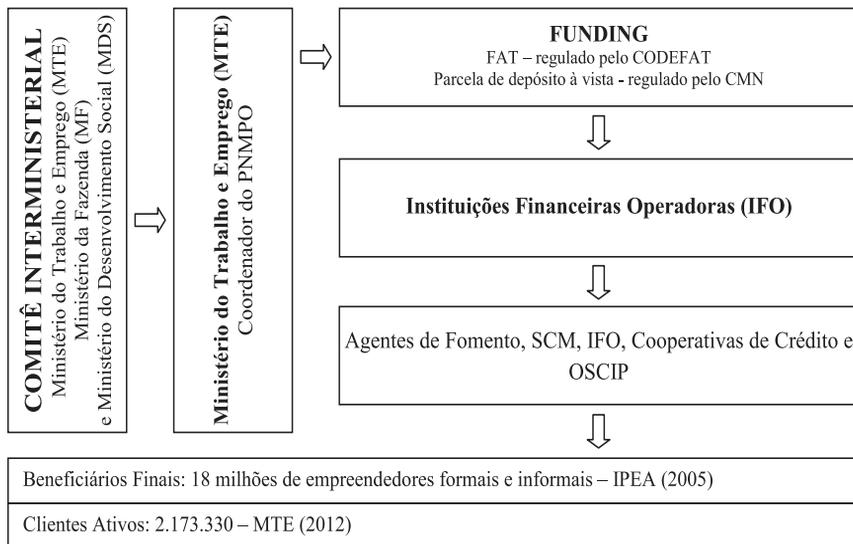
3.2.2 PNMPO: arranjo institucional

O arranjo institucional do programa foi formulado com a edição do Decreto nº 5.288, de 29/4/2003, que criou o Comitê Interministerial do PNMPO sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), integrando mais dois ministérios que são Ministério da Fazenda (MF) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A coordenação do programa é de responsabilidade do MTE, conforme Portaria nº 499/2005, adicionando-se a essa as diretrizes produzidas conjuntamente com o MF e o MDS.

O uso de recursos públicos na modalidade de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) foi regulamentado pela Resolução CODEFAT nº 449, de 29/8/2005, para os recursos do FAT, e pela Resolução CMN nº 3.310, de 31/8/2005, com relação aos recursos oriundos do depósito à vista dos bancos comerciais, que correspondem a 2% desses depósitos.

As normas que regulam o acesso de instituições operadoras de microcrédito aos recursos a ele destinados, sejam de origem pública ou privada, estão consignadas nas Resoluções CODEFAT nº 511, de 18/10/2006, e CMN 3.422, de 30/11/2006. Essa legislação proporciona um fluxo corrente dos recursos que formam o “funding” que dá suporte à demanda de MPO.

Figura Nº 01 - Arranjo institucional do PNMPO



FONTE: Elaboração própria

As funções do Comitê Interministerial são: i) subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes do PNMPO; ii) definir prioridades e condições técnicas e operacionais do PNMPO; iii) receber, analisar e elaborar proposições a serem submetidas aos Ministérios diretamente envolvidos no PNMPO, ao CODEFAT e ao CMN; iv) acompanhar e avaliar a execução do PNMPO.

3.2.3 Rede de operações

A rede de operações do PNMPO está estruturada no seguinte formato: i) Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado; ii) Agentes de Intermediação; iii) Instituições Financeiras Operadoras (IFO).

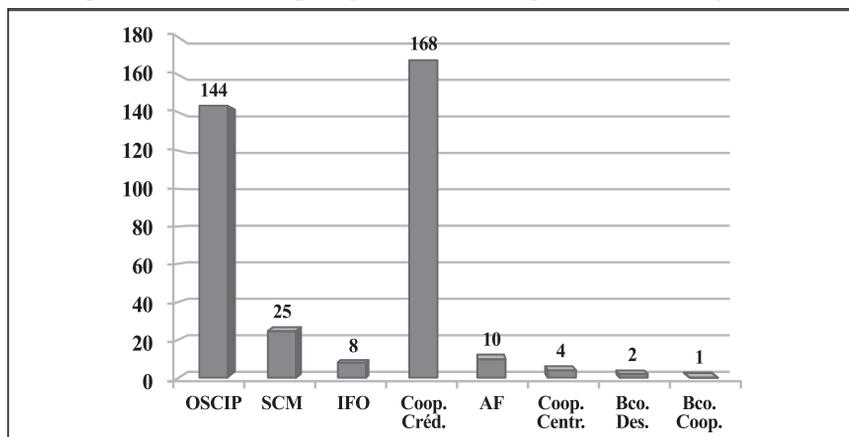
As instituições de microcrédito produtivo orientado formam um sistema com a seguinte composição: a) Agências de Fomento; b) Cooperativas de Crédito;

c) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); d) Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM).

Os agentes de intermediação são compostos por: i) Agências de Fomento; ii) Bancos de Desenvolvimento; iii) Bancos Cooperativos; iv) Cooperativas Centrais de Crédito.

As instituições financeiras operadoras (IFO) repassam recursos para o PNMPO, da seguinte forma: i) com os recursos do FAT: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, que são instituições financeiras oficiais, conforme trata a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990; ii) com a parcela dos recursos de depósitos à vista: os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal. A Tabela Nº 02, a seguir, apresenta a estrutura da rede em dezembro de 2012, de acordo com MTE (BRASIL, 2012).

Figura Nº 02 - Rede que opera o PNMPO por constituição jurídica



FONTE: BRASIL (2012), adaptado pelo autor.

3.3 Estágio atual da implementação do PNMPO

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), cuja fonte de recursos é o Tesouro Nacional, cresce de forma acelerada (ver Tabela Nº 01). Essa modalidade não se encontra devidamente alinhada com nenhuma das metodologias mencionadas nas seções 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.3, mas tem recursos aplicados em Bancos Comunitários. Ela está fortemente concentrada nos bancos públicos: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

A Tabela Nº 01 a seguir demonstra a evolução do PNMPO, desde a sua criação no ano de 2005 até o último exercício, finalizado em dezembro de 2012.

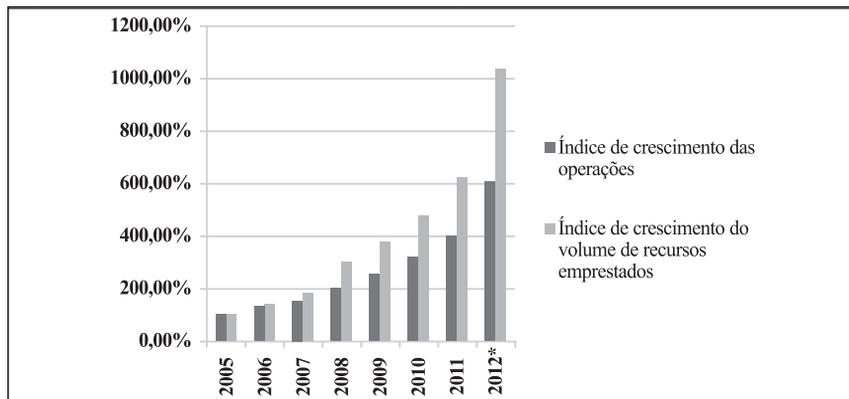
Tabela Nº 01 - PNMPO em 31/Dez/2012

Ano	Operações de microcrédito (em unidade)	Índice	Valor nominal concedido em Reais	Índice	Valor real concedido em Reais
2005	632.106,00	100,00	602.340.000,00	100,00	338.789.945,28
2006	828.847,00	131,12	831.815.600,80	138,10	515.325.563,15
2007	963.459,00	152,42	1.100.375.829,94	182,68	737.633.358,75
2008	1.274.296,00	201,60	1.807.071.717,91	300,01	1.357.620.037,08
2009	1.605.515,00	253,99	2.283.955.244,22	379,18	1.828.583.943,90
2010	2.015.335,00	318,83	2.878.394.620,63	477,87	2.514.148.239,94
2011	2.501.383,00	395,72	3.755.106.065,62	623,42	3.522.372.673,35
2012*	3.848.109,00	608,78	6.237.579.238,94	1.035,56	6.112.633.517,52
Total	13.669.050,00		19.496.638.318,06		16.927.107.278,97

FONTE: BRASIL (2012).

Observa-se que os índices de crescimento das operações, bem como o volume de recursos emprestados, no período de 2005-2012, foram da ordem de 608,78% e 1.035,56%, respectivamente, conforme dados de relatório do MTE, 2012.

Figura Nº 03 - Índice de crescimento de operações e volume de R\$ do PNMPO



FONTE: Elaboração própria

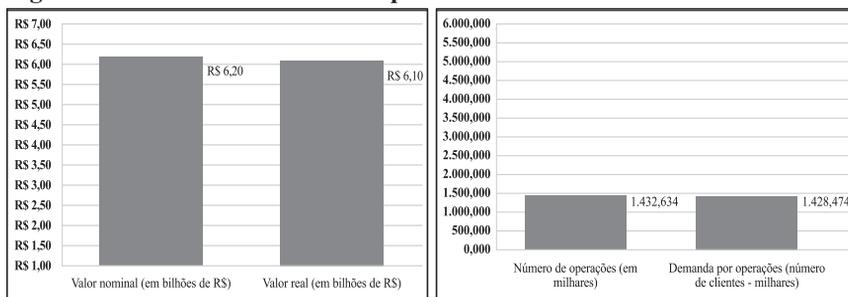
3.4 Resultados do Programa de Microcrédito – Base: Dezembro/2012

De acordo com o MTE (BRASIL, 2012), que consolida os dados por meio

de um Sistema de Coleta dos operadores do PNMPO, o perfil dos tomadores de microcrédito produtivo orientado está distribuído segundo gênero, situação jurídica (formal e informal), ramo de atividade, finalidade de aplicação do microcrédito, constituição jurídica (Carteira Ativa) e distribuição geográfica.

O volume de crédito concedido no PNMPO em dezembro de 2012, tanto em valor nominal quanto em valor real, era da ordem de R\$ 6,2 milhões e R\$ 6,1 milhões, respectivamente. Nesse mesmo período, foram realizadas 1.432.634 operações, que atenderam a uma demanda de 1.428.474 clientes, conforme MTE (BRASIL, 2012).

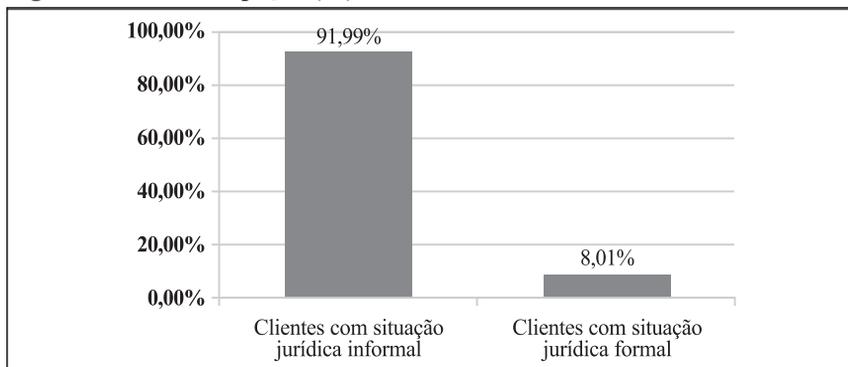
Figura Nº 04 - Volume de crédito e quantidade de clientes do PNMPO em 2012



FONTE: Elaboração própria

De acordo com o MTE (BRASIL, 2012), do valor total de crédito concedido, 91,99% foram tomados por pessoas que atuam no mercado informal (situação jurídica informal) e o restante, que corresponde a 8,01%, por clientes formais quanto ao aspecto jurídico.

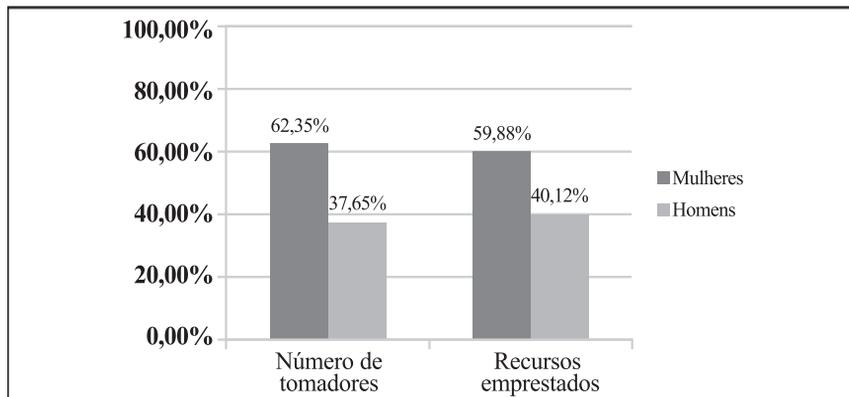
Figura Nº 05 - Participação (%) dos tomadores do mercado formal e informal



FONTE: Elaboração própria

No que se refere aos tomadores por gênero, as mulheres respondem por 62,35% do número de tomadores e 59,88% dos recursos emprestados, enquanto os homens chegam a 37,65% e 40,12%, respectivamente.

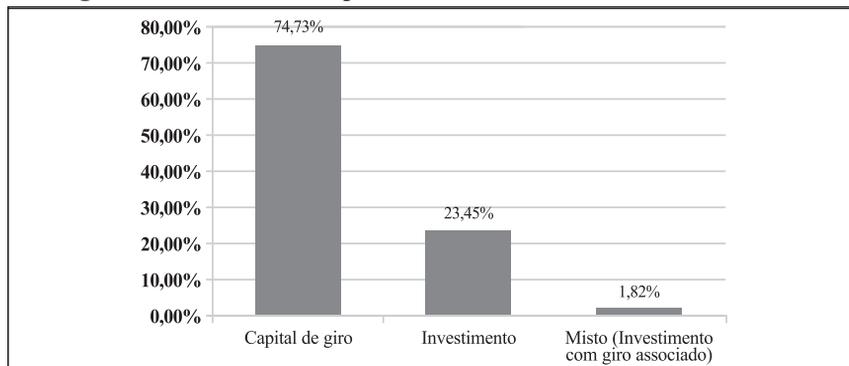
Figura Nº 06 - Tomadores de crédito no PNMP0 por gênero



FONTE: Elaboração própria

Quanto ao aspecto que envolve a finalidade do microcrédito, foi apurado que a modalidade Capital de Giro respondia por 91,19% do total de clientes e por 74,73% do volume de recursos emprestados. Na modalidade Investimento, o percentual chegou a 7,18% dos clientes e tomaram emprestados 23,45% dos valores envolvidos. A modalidade Misto (investimento com capital de giro associado) atendeu 0,91% da clientela e 1,82% do valor global do programa.

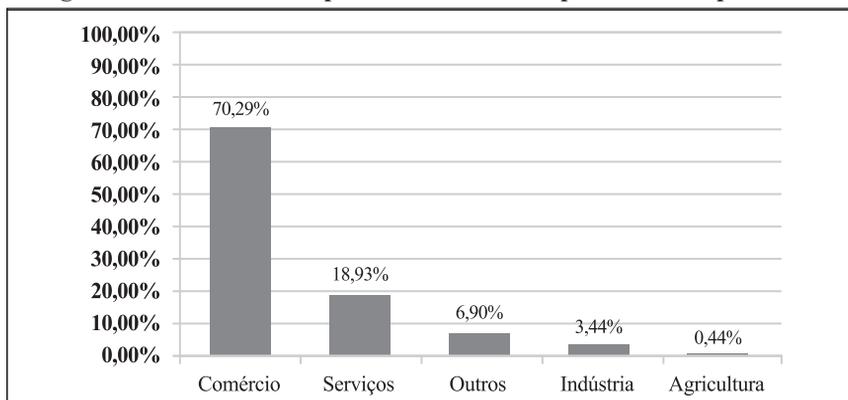
Figura Nº 07 - Recursos aplicados no PNMP0 em cada modalidade



FONTE: Elaboração própria

Os recursos do PNMPO são destinados a atender atividades produtivas e, de acordo com o MTE (BRASIL, 2012), as atividades produtivas contempladas, bem como a participação de cada uma delas no volume de recursos foram: agricultura 0,44%, indústria 3,44%, comércio 70,29%, serviços 18,93% e outros 6,90%.

Figura Nº 08 - Recursos aplicados no PNMPO por atividade produtiva



FONTE: Elaboração própria

Analisando os resultados apresentados pelo PNMPO, observa-se que eles são significativos, porém deve-se ressaltar que ainda há muito por fazer. De acordo com o IPEA, citado por Monzoni Neto (2006), o público-alvo do microcrédito no Brasil é estimado em 18 a 23 milhões de microempreendedores. Desse total, 66% não têm acesso a crédito bancário, o que corresponde a uma demanda potencial da ordem de 11,88 a 15,18 milhões de pequenos empreendedores, considerando a demanda do mercado formal e informal. Por sua parte, o PNMPO atingiu um total de 1,4 milhão de empreendedores.

Observa-se, também, que há outros aspectos relevantes no que tange à demanda potencial por microcrédito, que é o público no Programa Bolsa Família (PBF). Segundo o IPEA, citado por Peduzzi (2013), apenas 7% dos empresários individuais são também beneficiários do PBF, enquanto 38% do público-alvo desse programa trabalham por conta própria em situação formal ou informal.

O PNMPO e o PBF devem ser vistos como Políticas Públicas complementares, pois os estudos de Monzoni Neto (2006, p. 166) demonstram, ainda, que o PNMPO é um programa eficaz do ponto de vista de geração de renda, sendo que, para “cada R\$ 1,00 a mais de crédito, é gerado 0,426% de renda disponível adicional”.

Ambos os programas estão alinhados com uma estratégia delineada por Sachs (2005, p. 266), que se concentra nos investimentos fundamentais – em gente e em infraestrutura – que podem dar às comunidades miseráveis as ferramentas para o desenvolvimento sustentável, cujo objetivo é acabar com a pobreza extrema até 2025.

4. Conclusão

Um grande passo para potencializar o processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil foi dado há aproximadamente 10 anos, quando o Governo Federal lançou o programa de microcrédito. Na época, essa medida foi considerada inovadora em termo de mercado financeiro e, em especial, nas finanças públicas, já que o programa nasceu com um viés de Política Pública e utilizando recursos públicos.

Porém, deve-se ressaltar que o PNMPO não seguiu a metodologia adotada, com muito sucesso, pelo Grameen Bank de Bangladesh que, inclusive, foi utilizada na Europa Oriental, na África e alguns países da América Central e do Sul.

Em que pese o programa brasileiro apresentar alguns resultados semelhantes aos do programa adotado em Bangladesh, como a elevada participação das mulheres como tomadoras de recursos, há discrepância gigantesca no que se refere à capacidade de aproximar das comunidades em que está o público-alvo. Isso se deve ao fato de a capilaridade da rede operadora ser muito frágil.

No que se refere ao arranjo institucional de uma PPU, pode-se dizer que está adequado às necessidades, pois o Comitê Interministerial, composto pelo Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é o responsável pelas ações estratégicas. Essas ações garantem a regulação e o funcionamento do programa, por meio de articulações que viabilizam a sua inserção no orçamento público, assim como as fontes de “funding” necessárias para que o MTE possa coordenar as ações de implementação na rede, encarregada de fazer as operações de meio e ponta. O nível estratégico atende perfeitamente as necessidades do PNMPO, assim como as organizações de meio atendem as IFO. O problema reside exatamente no momento de acessar o público-alvo, que pode ser dividido em dois: i) a rede de bancos públicos tem presença em todo o território nacional, mas não tem funcionários com perfil de operar com MPO; ii) as instituições de porte menor que chegam às comunidades não estão presentes em todo o território nacional.

Diante disso, resta uma alternativa para a expansão do microcrédito: investir na rede de bancos comunitários, incluindo as cooperativas.

Portanto, conclui-se que o PNMPO é um programa importante para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, pois é gerador de emprego e renda, de acordo com Monzoni Neto (2006), e contribui para o modelo de desenvolvimento como liberdade, conforme preconizado por Sen (2010).

A análise do arranjo institucional bem como dos resultados permite, ainda, que sejam feitas as seguintes sugestões para agregar valor ao PNMPO: i) com o advento da criação da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SMPE), com status de ministério, torna-se inevitável que essa venha fazer parte do arranjo institucional; ii) deve haver coordenação integrada entre o MDS coordenador do PBF e o MTE coordenador do PNMPO para que o público do Bolsa Família tenha acesso ao microcrédito.

A justificativa para a primeira sugestão baseia-se no fato de que o MPO praticado no sistema bancário brasileiro, atualmente, quer seja nas instituições financeiras públicas ou nos bancos privados, tem como foco as Micro e Pequenas Empresas (MPes), sem fazer a orientação local prevista na modelagem do programa, que é onde o tomador exerce a sua atividade empreendedora.

A segunda sugestão justifica-se pela necessidade de que o próprio Governo Federal crie caminhos que possibilitem às pessoas participantes de programa temporário de transferência de renda construir uma porta de saída digna, que gere renda de forma perene e independência para si e para a sua família.

Referências

- ALVES, Sergio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. *Microfinanças: democratização do crédito no Brasil, a atuação do Banco Central*. 3. ed. rev. e ampliada. Brasília: BCB, 2006.
- BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria. *Introdução ao Microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?CARTMICROCR>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014 às 15h.
- BRASIL. MP. *PPA 2012-2015 Plano mais Brasil*, mais desenvolvimento, mais igualdade, mais participação. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/130415_ppa_de_bolso.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2014 às 20h.
- _____. MTE. *Programa nacional de microcrédito produtivo orientado (PNMPO): relatório anual*. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3D63BE8D013DAC992AC55317/>>

- Relat%C3%B3rio%204%C2%BA%20Trimestre%202012.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014 às 23h.
- MONZONI NETO, Mário Prestes. *Impacto em renda do microcrédito*. São Paulo: Peirópolis: FGV/EAESP, 2008.
- _____. *Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia)*, no Município de São Paulo. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E37B7BD5197/monzoni_tese_doutorado_final.pdf>. Acesso em: 31 de fevereiro de 2014 às 22h.
- NOWAK, Maria. *O microcrédito no mundo: um instrumento ao serviço das mulheres*. Disponível em: <<http://ricosepobres.wordpress.com/2007/09/27/o-microcredito-no-mundo/>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2014 às 15h.
- PEDUZZI, Pedro. *Agência Brasil: publicação do Ipea mostra que o Bolsa Família não leva beneficiário à acomodação*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18027&catid=159&Itemid=75>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014 às 12h.
- ROBINSON, Marguerita S. *The microfinance revolution: sustainable finance for the poor*. The International Bank for Reconstruction and Development, World Bank. 2001.
- SACHS, Jeffrey D. *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, Roberto Vilela de Moura; GÓIS, Lucia Spínola. *As diferentes metodologias de microcrédito no Mundo e no Brasil*. São Paulo: SERASA, 2007. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/serasaexperian/publicacoes/revista/2007/63/revista_0337.htm>. Acesso em: 21/7/2013>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014 às 19h.
- YUNUS, Muhammad; JOLIS Alan. *O Banqueiro dos pobres*. 12ª impressão em 2011. São Paulo: Ática, 2000.
- PEREIRA, Almir da Costa. *Programa nacional de microcrédito produtivo orientado (PNMPO): descrição, resultado e perspectivas*. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mte.gov.br%2Fdata%2Ffiles%2FFF8080812B62D40E012B6E3BD9185675%2Fmicrocredito_esul_perspectivas.pdf&ei=255gUpG7A5LK9gTI24HoCQ&usq=AFQjCNE7_BBkHgR5WI0DQHwaSesZfhM3Dg&sig2=e9OOzXORiWA2ZAJhHBNUcA&bvm=bv.54176721,d.eWU>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2014 às 21h.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) como Política Pública, para isso, foram analisados os programas de microcrédito implementados com sucesso em outros continentes, o PNMPO em termos de arranjo institucional como Política Pública, bem como o estágio atual de sua implementação. Pesquisou-se a existência de orçamento legal do Plano Plurianual, assim como o “funding” do programa e a eficácia do PNMPO na geração de renda. Como resultado, identificou-se que a metodologia implementada no Brasil é diferente da adotada pelo Grameen Bank, em Bangladesh, o que prova a falta de capilaridade da rede operadora. Mesmo assim, tem-se mostrado eficaz na geração de emprego e renda, o que torna o programa um sucesso na mídia oficial. Inclui, também, sugestões de melhoria no arranjo institucional, na ampliação da rede e na integração com o Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: Política pública; Orçamento público; Desenvolvimento econômico

Abstract

This article aims to analyze the National Program of Oriented Productive Microcredit (PNMPO) as Public Policy, for this, microcredit programs successfully implemented in other continents, the PNMPO in terms of institutional arrangement as Public Policy, as well as the current stage of its implementation were analyzed. Investigated the existence of the legal budget of Multiyear Plan, as well as the funding of the program and the PNMPO's effectiveness in generation income. As a result, it was found that the methodology implemented in Brazil is different from that adopted by the Grameen Bank, in Bangladesh, which proves the lack of capillary network operated. Still, it has been shown to be effective in generating employment and income, which makes the program a success in the mainstream media. It also includes suggestions for improving the institutional arrangement, in the expansion of the network, and in integration with the Bolsa Família Program. Keywords: Public policy; Public budget; Economic development

Schneider, B. S

Bacharel em Biotecnologia (UFSCar/Araras/SP), Graduada em Engenharia de Alimentos (USP/Pirassununga/SP).

Marjotta-Maistro, M. C

Docente do Departamento de Tecnologia Agroindustrial e Socioeconomia Rural (UFSCar/CCA/Araras).

Brugnaro, C

Docente do Departamento de Tecnologia Agroindustrial e Socioeconomia Rural (UFSCar/CCA/Araras).

Estrutura de Mercado para Alimentos Orgânicos: Ovos Orgânicos – Potencial de Consumo

1. Introdução

Ovos orgânicos são provenientes de galinhas com alimentação 100% orgânica (sem agrotóxicos e fertilizantes químicos), não são tratadas com remédios para crescimento nem antibióticos e são criadas em condições que prezam pelo seu bem-estar e comportamento natural. Para que o ovo seja classificado como orgânico, é obrigatório que o produtor seja certificado de acordo com parâmetros ditados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), além de auditadas e credenciadas por institutos certificadores. Atualmente, existem muitas certificadoras no país, tais como: Instituto de Desenvolvimento Biodinâmico – IBD (SP), Associação de Agricultura Orgânica – AAO (SP), Cooperativa ecológica Colmeia – COOLMEIA (RS), Associação de Agricultores Biológicos de Estado do Rio de Janeiro – ABIO (RJ), Associação de Agricultura Natural de Campinas – ANC (SP), Fundação Mokiti Okada – FMO (SP), Rede Ecovida ou Associação Ecovida de Certificação Participativa (várias regiões) e o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR).

Diante da realidade atual da produção de alimentos, em que é imensa a contaminação por resíduos de antibióticos, pesticidas, metais pesados, entre outros, os alimentos orgânicos figuram como uma alternativa para uma alimentação mais saudável, visto que o objetivo da produção orgânica, além dos preceitos de sustentabilidade ambiental e social, é a produção de alimentos isentos de resíduos químicos (SCHWARTZ, 2011).

Tanto a produção vegetal como a produção animal pode seguir o modelo de produção orgânico, no entanto, o consumidor, muitas vezes desconhece as diferenças entre esse modelo de produção e o chamando modelo convencional, ao adquirir os produtos nos supermercados ou outros pontos de comercialização. Nesse sentido, buscar informações que possam identificar o que o consumidor entende por produto orgânico e, a partir daí, utilizar dessas informações para sub-

sidiar campanhas de esclarecimentos, seria de suma importância para diferenciar um modelo de produção do outro.

O presente trabalho teve como objetivo avaliar a aceitação comercial e o nível de conhecimento dos ovos orgânicos pelo consumidor, por meio de pesquisa de mercado realizada via aplicação de questionário, em 5 pontos de varejo de grande movimento, incluindo as cidades de Araras, Mogi Guaçu e Itapira, localizadas no interior de São Paulo.

2. Revisão de Literatura

O modelo de produção orgânica animal, de acordo com Escosteguy (2009), foi observado inicialmente em propriedades que cultivavam vegetais orgânicos, onde os animais eram usados para fornecer esterco para a produção de adubo e, às vezes, os animais também eram usados como “tratores vivos” para roçar ou preparar o solo e também para comer insetos indesejáveis, não sendo criados com intuito comercial. Percebeu-se que a produção animal é uma parte importante em uma propriedade orgânica, pois contribui para a equilibrada relação entre solo, plantas e animais e para a reciclagem de nutrientes, que é fundamental em um sistema orgânico (MONZOTE, 2007).

De acordo com Figueiredo (2002), a filosofia da produção orgânica enfatiza a necessidade de se produzir alimentos em sistemas de produção integrados, sustentáveis humanisticamente, ambientalmente e economicamente. Entre os princípios a serem observados, destacam-se: (i) os sistemas de manejo devem seguir os mais altos padrões de bem-estar; (ii) os animais devem ser alimentados com alimentos adequados às suas fisiologias; (iii) os alimentos devem ser produzidos principalmente na propriedade; (iv) a saúde animal deve ser mantida por meio de práticas de manejo saudáveis e preventivas.

Segundo Pasion (2006), citado por Gameiro (2007), o mercado brasileiro de alimentos orgânicos teve taxas de crescimento de 30% a 50% ao ano. Segundo Willer e Lemoud (2014), a Ásia possui 36% de produtores orgânicos no mundo, 30% estão na África e, na Europa, constam 17%. Os países com o maior número de produtores são a Índia, Uganda e México. O Brasil, segundo o último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), constava com cinco mil produtores orgânicos.

Apesar do alto potencial de crescimento da produção e de ampliação do leque de produtos orgânicos, a oferta mantém-se relativamente inelástica, e os preços permanecem elevados. O *market share* dos produtos orgânicos no total de

vendas de alimentos ainda é pequeno, mesmo em países tradicionalmente grandes consumidores desses produtos, variando de 1% a 3%, com destaque para Suíça e Dinamarca (BUAINAIN & BATALHA, 2007).

O processo de comercialização é uma das grandes dificuldades para os produtores orgânicos. Esses produtos devem utilizar canais de comercialização compatíveis com as características diferenciadas do produto, em que seus atributos de qualidade sejam reconhecidos e valorizados pelos consumidores. Entre as diversas formas de venda utilizadas atualmente, estão as feiras orgânicas, entregas de cestas em domicílio, lojas especializadas e supermercados. Os principais pontos de venda de produtos orgânicos são as grandes redes varejistas, que viram no produto orgânico uma oportunidade de diferenciação em seu *mix* de produtos e da valorização da imagem da empresa frente ao consumidor (BUAINAIN & BATALHA, 2007).

A existência de estruturas adequadas de distribuição é imprescindível para o desenvolvimento do mercado de qualquer produto e, no caso de orgânicos, merece maior atenção. De acordo com Gaspari et al (2013), em pesquisa realizada tomando como foco super e hipermercados da Região Metropolitana de Campinas, em aspectos gerais, nota-se a falta de clareza quanto aos conceitos inerentes aos produtos orgânicos, esses ocupando o mesmo espaço dos “pré-lavados”, “selecionados”, “higienizados”, em alguns pontos analisados na pesquisa. Assim, o consumidor pode não ter informações suficientes para avaliar qual tipo de produto está adquirindo nesses locais. Outro ponto destacado pelos autores é a falta de padronização na apresentação, e até mesmo a ausência desses produtos em metade dos pontos analisados. Os autores apontam, portanto, que o consumidor é confundido no processo de compra, elaborando conceitos errôneos sobre a agricultura orgânica, caso não disponha de informações sobre esse assunto no seu dia a dia.

Os canais de distribuição não só têm a função de tornar o produto disponível para consumo e uso, como também têm papel fundamental no estímulo à demanda, criando valor aos usuários finais por meio da geração das utilidades de forma, posse, tempo e lugar, isto é, desempenhando as atividades mercadológicas necessárias para conectar os produtores aos consumidores (NEVES, 2007). Apesar de os supermercados terem cada vez mais um papel central no cotidiano dos consumidores, observa-se ainda pouco destaque em trabalhos acadêmicos sobre as implicações sociais, econômicas e políticas desse papel.

Os supermercados seriam atualmente agentes centrais no processo de transformação da esfera do consumo alimentar. A capacidade dos supermercados de continuar produzindo novas opções de consumo alimentar está se fortalecendo

com iniciativas cada vez mais importantes no que diz respeito às inovações e às escolhas sobre a qualidade dos alimentos.

Gameiro (2007) propõe uma metodologia de pesquisa a ser utilizada em estudos relacionados à economia do bem-estar animal, cujo objetivo é investigar os aspectos socioeconômicos de sistemas alternativos comparados aos sistemas convencionais de produção. Uma das quatro frentes de trabalho propostas é a investigação do comportamento do consumidor. Nela, propõe-se a identificação do seu perfil diferenciado de interesse, a qual é aplicada, neste trabalho, para os ovos orgânicos. Por meio de questionários direcionados aos consumidores, procura-se compreender suas preferências, seu conhecimento sobre as diferenças dos produtos e sua disposição em pagar por algum produto diferenciado.

3. Material e Métodos

3.1 Elaboração do Questionário

A técnica de pesquisa de mercado serve para avaliar a melhor forma de atender às necessidades dos consumidores, monitorar seus hábitos e atitudes, avaliar conceitos, protótipos e produtos (POLIGNAMO & DRUMOND, 2001). Marconi e Lakatos (1990) consideram pesquisa de mercado uma obtenção de informações sobre mercado, de maneira organizada e sistemática, de acordo com técnicas específicas, tendo em vista ajudar o processo decisivo nas empresas, minimizando a margem de erros.

A pesquisa de mercado é apenas uma das modalidades da pesquisa de marketing, definida por Malhorta (2004) como a identificação, coleta, análise e disseminação sistemática e objetiva de informações com o propósito de melhorar o processo de decisão relacionado à identificação e solução de problemas e oportunidades em marketing. Permite ainda delinear o perfil cultural, social, pessoal, psicológico e econômico dos entrevistados, fatores que, conforme Kotler (2009), influenciam no comportamento do consumidor.

No contexto da pesquisa de mercado para produtos orgânicos, as entrevistas com o consumidor final devem procurar identificar a eficiência na divulgação de informações corretas e completas focando o diferencial dos produtos em comparação aos convencionais, sendo que essa é uma falha grande já identificada na venda de produtos vegetais diferenciados como hidropônicos, biodinâmicos, naturais e orgânicos. Além de identificar os pontos críticos de deficiência de informação, as perguntas também se direcionam para procurar avaliar a disposição em comprar

esses produtos por um preço diferenciado e qual seria o valor máximo que o consumidor aceitaria pagar. Em síntese, o “valor ético” atribuído pelos consumidores aos produtos oriundos de sistemas que contemplem as questões do bem-estar animal deve ser considerado no contexto.

Diferente do que ocorre em pesquisas exploratórias, a elaboração das questões de pesquisa descritiva pressupõe profundo conhecimento do problema a ser estudado. É utilizada com o propósito de descrever características de grupos, como por exemplo, o perfil dos consumidores, em relação ao gênero, faixa etária, nível educacional e socioeconômico, preferências e localização; estimar a proporção de elementos numa população específica que tenham determinadas características ou comportamentos; descobrir e verificar a existência de relação entre variáveis.

Muito utilizado em pesquisas quantitativas, o questionário é um documento que traz, de forma estruturada e por escrito, um conjunto de perguntas claras e objetivas a serem feitas aos entrevistados. Seu objetivo é garantir a uniformidade das respostas de modo a poder padronizar os resultados com dados confiáveis e estatísticos. As vantagens da abordagem por entrevista pessoal são a versatilidade, interação entre o entrevistado e o entrevistador, e registro de informações adicionais que possam ser importantes para a pesquisa (GOMES, 2005).

O instrumento de pesquisa utilizado para obtenção de dados foi o questionário, comum em pesquisas de mercado devido à sua flexibilidade de formulação e aplicação. A formulação das questões se deu basicamente da forma como Marconi e Lakatos (1990) e Kotler (2009) descrevem: primeiro considerou-se o processo de elaboração propriamente, que consistiu na identificação de questões relacionadas aos objetivos delineados, considerando o propósito do estudo e as informações relevantes.

A segunda etapa, relacionado ao pré-teste, em que o questionário foi submetido à avaliação prévia quanto à sua eficiência em captar informações requeridas para a condução da pesquisa, não foi realizada diretamente com o público, mas foi avaliada pelos pesquisadores quanto à sua fidedignidade, validade e facilidade de operacionalização.

Como terceira etapa, deu-se a caracterização quanto à classe das perguntas: “discursivas”, que permitem que o agente pesquisado responda livremente, com suas próprias palavras e opiniões; “objetivas”, em que se têm as alternativas “Sim ou Não”; ou de “múltipla escolha”.

A quarta etapa para a elaboração do questionário foi reservada à identificação de possíveis deformações das perguntas. Ou seja, captou-se a possibilidade de que as perguntas pudessem ser mal interpretadas, procedendo-se à correção para apresentação de forma mais clara e objetiva.

A última etapa compreendeu a ordenação das perguntas, organizando-as de forma a iniciar o questionário com perguntas gerais, passando progressivamente a questões mais específicas e finalizando com questões pessoais. As primeiras perguntas que compunham o questionário serviram para esclarecer o objeto da pesquisa ao entrevistado.

As questões aplicadas nas entrevistas estão a seguir:

1. De que forma(s) você consome ovos?
 - A. Cozidos
 - B. Crus
 - C. Fritos/Omeletes
 - D. Em receitas/Preparações
 - E. Não consome

2. O que você analisa na hora de escolher os ovos? Assinale os atributos mais relevantes.
 - A. Marca
 - B. Tipo (vermelho/branco)
 - C. Tamanho (pequeno/médio/grande/jumbo)
 - D. Preço
 - E. Aparência da casca
 - F. Aparência da embalagem
 - G. Unidades (6/12/30)

3. Você conhece ovos orgânicos?
 Sim Não
Se SIM, vá para a questão 4.
Se NÃO, vá para a questão 10.

4. Você consome ovos orgânicos?
 Sim Não

5. Tem facilidade em encontrá-los?
 Sim Não

6. Onde você adquire ovos orgânicos?
 - A. Supermercado

- B. () Feira livre
- C. () Feira específica de orgânicos
- D. () Loja específica de orgânicos

7. Consome outro(s) alimento(s) orgânico(s)?

- () Sim () Não

8. Que fatores te levam a consumir alimentos orgânicos?

- A. () É mais saudável
- B. () É melhor para o meio ambiente
- C. () Tem melhor valor nutricional

9. Você sabe explicar a diferença entre ovos do tipo orgânico, caipira e convencional?

- () Sim () Não

Vá para questão 13.

10. Ovos orgânicos são provenientes de galinhas com alimentação 100% orgânica (sem agrotóxicos e fertilizantes químicos), não tratadas com remédios para crescimento nem antibióticos; são criadas em condições que prezam seu bem-estar e comportamento natural. O ovo orgânico recebe um certificado que segue parâmetros ditados pelo Ministério da Agricultura.

Desta forma, você consumiria ovos orgânicos?

- () Sim () Não

Se SIM,

11. Estaria disposto a pagar mais pelo diferencial de ser orgânico?

- () Sim () Não

12. Que valor você acha justificável?

- A. () 10% a mais que o valor dos ovos convencionais
- B. () 25% a mais
- C. () 50% a mais
- D. () O dobro do valor dos ovos convencionais

13. Sexo:

- () Feminino () Masculino

14. Estado civil:
- A. () Solteiro
 - B. () Casado
 - C. () Separado
 - D. () Viúvo
15. Faixa etária:
- A. () Até 25 anos
 - B. () De 25 a 40 anos
 - C. () De 41 a 60 anos
 - D. () Acima de 60 anos
16. Meio(s) de informação/comunicação que você mais utiliza:
- A. () Televisão
 - B. () Internet
 - C. () Revistas
 - D. () Jornais
17. Número de integrantes da família:
- A. () 1
 - B. () 2
 - C. () 3
 - D. () 4
 - E. () 5 ou mais
18. Renda familiar:
- A. () De 1 a 3 salários mínimos
 - B. () De 4 a 9 salários mínimos
 - C. () De 10 a 15 salários mínimos
 - D. () Acima de 15 salários mínimos

3.2 Aplicação do Questionário

O questionário foi aplicado em 5 pontos de varejo de grande movimento nas cidades de Araras, Mogi Guaçu e Itapira, situadas no estado de São Paulo. A escolha dos locais se deveu por questões operacionais e de acesso aos estabelecimentos, dado que o tempo para a coleta de dados era relativamente curto.

Foram selecionados os participantes da população mais propensos a fornecer informações precisas, ou seja, os frequentadores do varejo que estavam dispostos a adquirir ovos naquele estabelecimento, ao longo do dia, procurando conciliar com o período de horário comercial das cidades consideradas, o que torna a amostra representativa. Portanto, nessa pesquisa, foi considerada a amostragem não-probabilística do tipo por conveniência (ou acidental), de acordo com Mattar (2006).

O total amostrado foi de 226 pessoas, que foram abordadas no interior do estabelecimento e solicitadas a responder ao questionário. Ao fim da coleta de informações, procedeu-se com a tabulação, de forma a permitir a organização e retirada das informações dos dados coletados, o que foi feito ao longo do mês de abril de 2012.

3.3 Instrumento para a elaboração dos resultados

Os dados obtidos por meio dos questionários foram tabulados e analisados de forma qualitativa e quantitativa, tratados estatisticamente quando possível, e apresentados na forma de tabelas e representações gráficas.

Para a análise estatística, semelhante à MARJOTTA-MAISTRO (1998), utilizou-se o teste Qui-quadrado (χ^2) para o cruzamento dos dados. A hipótese nula testada pode ser interpretada, segundo Hoffman (1991), da seguinte forma: $H_0: p_1 = p_2$, em que p_1 e p_2 são proporções de elementos com determinada característica, em duas populações, de forma que a probabilidade de que um elemento tenha a característica desejada é a mesma nas duas populações, sendo que o fato de ter ou não a característica independe da população a qual o elemento pertence.

O cálculo da estatística é feito da seguinte forma:

$\chi^2 = \sum (f_o - f_e)^2 / f_e$ em que: f_e representa as frequências esperadas e f_o representa as frequências observadas.

A frequência esperada para cada célula da tabela é dada por:

$f_e = \frac{r \sum c/n}{n}$, em que r representa o número de linhas da tabela de contingência, c representa o número de colunas e n representa o tamanho da amostra total.

O número de graus de liberdade é dado por: $G_1 = (r-1)(c-1)$.

Quando o teste de Qui-quadrado resulta significativo, por meio da comparação entre as frequências esperadas e observadas, é possível detectar quais foram os desvios que contribuíram de forma mais expressiva para determinada constatação.

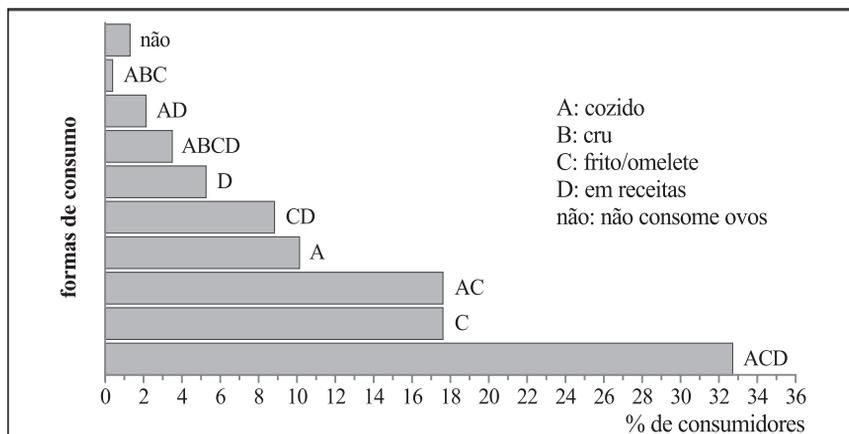
Assim, as análises estatísticas deste trabalho foram conduzidas procurando identificar se haveria ou não alguma relação entre o conhecimento e o consumo de ovos orgânicos e fatores como faixa etária, número de integrantes da família, renda, sexo e meio de informação mais utilizado. Também foram relacionadas as variáveis aparência da casca, preço e tipo, em relação a conhecer e consumir ovos orgânicos.

4. Resultados e Discussão

4.1 Interpretação qualitativa dos resultados

Primeiramente os entrevistados responderam a perguntas gerais, relativas à preferência de consumo de ovos e aos atributos avaliados na escolha e compra de ovos, podendo selecionar mais de uma opção de resposta. Dentre os 226, 145 (64,16%) pertenciam ao sexo feminino e 81 (35,84%) ao sexo masculino. As formas de consumo consideradas mais populares foram “fritos ou omelete” (citado por 183 entrevistados, isto é, 81% da amostra), seguido de “cozidos” (citado por 151 entrevistados, 67% da amostra) e “em receitas” (citado por 119 entrevistados, 53% da amostra). Apenas 1,3% da amostra entrevistada assumiu não consumir ovos, como pode se observar na Figura 1.

Figura 1 - Gráfico de distribuição quanto às formas de consumo de ovos

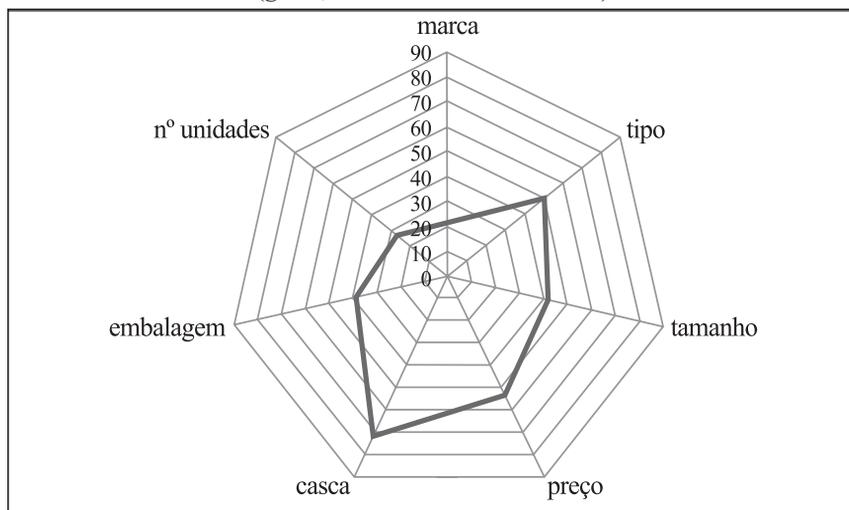


FONTE: elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Quanto aos quesitos de escolha dos ovos, os atributos “aparência da casca”, “preço” e “tipo” foram considerados os mais relevantes, com 71%, 53% e

50% de citações pelos entrevistados, respectivamente. De acordo com as repostas dadas pela amostra entrevistada, o quesito “marca” é o fator menos relevante na escolha do produto ovo, com 22% de citações. A distribuição de citações pode ser visualizada na Figura 2.

**Figura 2 - Atributos observados na compra de ovos
(geral, em % dos entrevistados)**



FONTE: elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Com esse resultado é possível ter um dos possíveis indicativos para a entrada de novos produtores no mercado, ou seja, que tenham a oferecer ovos com casca de boa aparência e com preço competitivo.

Respondidas as questões gerais, os entrevistados foram questionados quanto ao conhecimento de ovos orgânicos. 24,78% da amostra afirmaram conhecer ovos orgânicos, mas apenas 7,52% afirmaram consumi-los. Estes disseram encontrar com facilidade o produto, adquirindo-o principalmente em supermercados (76,5% dos entrevistados que consomem ovos orgânicos).

Aos 75,22% que não conheciam ovos orgânicos, foi explanado sucintamente em que consistiam, e logo em seguida perguntado se teriam interesse em consumir esse produto. 92,35% admitiram que sim, e o restante (7,65%) reafirmou que não consumiria. De maneira geral, explicou-se ao entrevistado que entre os princípios observados para a realização da produção orgânica estão: considerar o bem-estar animal, sendo que os animais devem ser alimentados de acordo com as suas fisio-

logias, e a saúde do animal deve ser mantida de forma saudável e preventiva; os alimentos devem ser produzidos principalmente na propriedade.

Aos que responderam que consumiriam, foi perguntado se estariam dispostos a pagar mais pelo diferencial do orgânico, e de quanto seria esse valor a ser acrescentado (em termos percentuais). A grande maioria respondeu que pagaria 10% a mais que o preço dos ovos convencionais, ou seja, 78 entrevistados, equivalente a 61,42% dos que responderam que pagariam a mais (127 entrevistados), pagariam 10% a mais para consumir os ovos orgânicos. Valores superiores a 25%, 50% e 100% foram considerados por 29,13%, 7,87% e 1,57%, respectivamente (em relação ao valor absoluto de 127).

Conforme aponta Souza e Alcântara (2007), o consumidor desconhece o que seria um produto orgânico, sendo que, em supermercados da capital e interior do estado de São Paulo, foi constatado um alto índice de pessoas que não conhecem e nunca ouviram falar de alimentos orgânicos (cerca de 45% dos entrevistados), enquanto 10% não souberam descrevê-los e 16% têm informações incorretas sobre eles. Por outro lado, 75% foi um valor surpreendente, revelando intensa carência de informação por parte dos consumidores, e pouca divulgação a respeito do assunto por parte dos canais de distribuição, produtores e outros meios de informação.

Parte dessa falta de comunicação pode estar associada à descontinuidade de oferta de orgânicos em certos supermercados bem como os preços mais elevados em relação aos alimentos convencionais e a pouca variedade e quantidade oferecida pelos produtores, conforme apontam Guivant et. al. (2003). Esses foram alguns fatores mencionados pelos responsáveis das seções de hortifrutigranjeiros de hipermercados como inibidores do crescimento das vendas, dados que coincidem com os encontrados por Fonseca e Campos em 1999, citados por Buainain e Batalha (2007), em que os principais pontos de estrangulamento para os produtores comercializarem com os supermercados eram: o baixo volume de produção; a descontinuidade na quantidade e na qualidade ofertada; a fraca infraestrutura de produção e comercialização; a baixa disponibilidade de recursos produtivos (capital e mão de obra); a fraca organização dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais; a baixa remuneração dos agricultores pelo produto orgânico e a escassa promoção dos alimentos orgânicos.

O perfil dos consumidores entrevistados que conhecem e consomem ovos orgânicos pode ser descrito da seguinte forma (Quadro 1): a grande maioria afirmou adquirir o produto em supermercados (47,1%), sendo que a representatividade das feiras de orgânico ficou em 5,9%; 82,4% encontram os produtos com facilidade; 100% dos entrevistados que consomem ovos orgânicos assumiram consumir

também outros alimentos orgânicos; a renda familiar da maioria ficou entre 3 e 10 salários mínimos (47,1%).

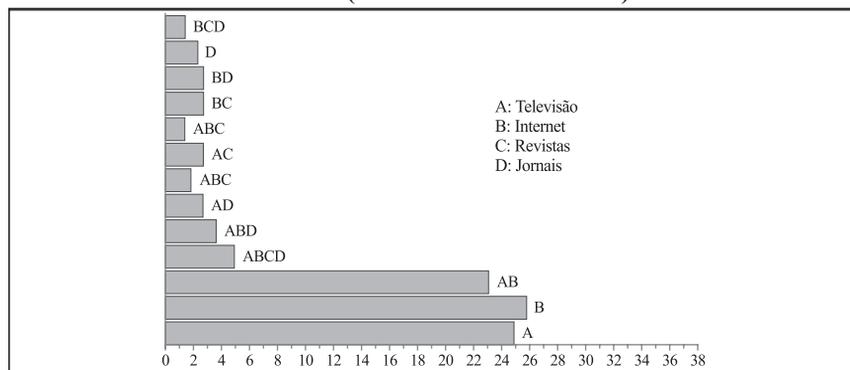
Quadro 1 - Perfil dos entrevistados que consomem ovos orgânicos (em %)

Conhece ovos orgânicos %	Consome ovos orgânicos %	Encontra com facilidade %	Consome outros orgânicos %	Onde costuma comprar %	renda familiar (SM) e % de famílias
sim 24,3	sim 30,9	sim 82,4	sim 100,0	supermercado 47,1	< 3 17,6
		não 17,6	não 0,0	feira livre 0,0	3 a 10 47,1
				feira de orgânicos 5,9	10 a 15 17,6
				loja de orgânicos 11,8	>15 17,6
				outros 11,8	
	não 69,1				
não 75,7					

FONTE: elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Perguntou-se ainda, como informações complementares, qual era o principal meio de informação utilizado, podendo escolher mais de uma alternativa. 66,37% dos entrevistados nomearam a Internet, e, em segundo lugar, a televisão foi escolhida por 65,5%. Esse dado permite aos produtores e varejistas focalizar seus programas de marketing e divulgação principalmente por meio desses meios, de forma que atinjam parcela da população que ainda desconhece o produto. A distribuição da combinação de respostas pode ser visualizada na Figura 3.

Figura 3 - Gráfico de distribuição quanto aos meios de informação mais utilizados (em % dos entrevistados).



FONTE: elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

4.2 Resultados dos testes Qui-quadrado

As análises estatísticas foram conduzidas tendo como base testes de Qui-quadrado (χ^2), com os quais se realizaram comparações entre o conhecimento e consumo de ovos orgânicos e fatores como faixa etária, número de integrantes da família, renda, sexo e meio de informação mais utilizado. Relacionou-se também aos atributos aparência da casca, preço e tipo. O Quadro 3 sintetiza os resultados dos testes.

Obteve-se como resultado 16 cruzamentos, que estão apresentados nas duas colunas do Quadro 3, sendo que, para todos eles, a hipótese nula é representada pela independência dos fatores em relação ao comportamento do entrevistado. As H0 foram descritas pela sentença: o conhecimento de ovos orgânicos (e ainda, outra H0 testada: consumo de ovos orgânicos) independem do número de integrantes da família, ou faixa etária, ou renda, ou meio de informação, ou sexo, ou atributo casca, ou atributo preço, ou atributo tipo. Deve-se ressaltar que foram analisados separadamente os fatores com o comportamento “conhecer” e “consumir”. As H1 se referem que existe dependência.

Analizando o “conhecimento de ovos orgânicos” e os respectivos fatores, observa-se que os modelos nos quais H0 foi rejeitada são os relacionados ao “número de integrantes da família”, “faixa etária”, “renda”, “meio de informação” e “atributo casca”. Assim, pode-se dizer que esses fatores estão diretamente relacionados com o conhecimento a respeito dos ovos orgânicos. Já o sexo, atributo preço e atributo tipo são fatores que não apresentaram ligação direta com conhecimento do produto.

Quadro 3 - Síntese dos resultados do Teste χ^2 para comparação entre fatores e o conhecimento e consumo de ovos orgânicos

Fatores	χ^2 tabelado	Conhecimento de ovos orgânicos	Consumo de ovos orgânicos
Nº integrantes da família	7,78	13,64*	7,75
Faixa etária	6,25	19,57*	2,88
Renda	6,25	16,14*	2,88
Meio de informação	6,25	37,47*	10,36*
Sexo	2,71	1,14	1,00
Atributo casca	2,71	9,14*	3,13*
Atributo preço	2,71	0,04	0,13
Atributo tipo	2,71	0,04	1,13

*Qui-quadrado calculado maior que o tabelado.

Nível de significância 10%

FONTE: elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Para o “consumo de ovos orgânicos” e os respectivos fatores, os testes que rejeitaram H0 foram os relativos ao “meio de informação” e “atributo casca”. Eram esperados que os fatores que interferem no conhecimento fossem os mesmos que interferem no consumo. No entanto, supõe-se que essa diferença deva-se ao pequeno tamanho da amostra que consome ovos orgânicos, o que pode ter incorrido na inexpressividade do teste.

5. Conclusões

Os dados obtidos com a pesquisa evidenciaram que existe pouca informação por parte do consumidor, sobre ovos de galinha orgânicos, tendo em vista a ligação direta do fator “meio de informação” com o conhecimento e consumo do produto em questão. Destaca-se ainda a sua baixa demanda nas três cidades em que foi realizado o levantamento de dados.

Sugere-se que parte disso deva-se à descontinuidade de oferta de orgânicos em certos supermercados, bem como os preços mais elevados em relação aos alimentos convencionais, a pouca variedade e quantidade oferecida pelos produtores, como já verificado na literatura existente. Televisão e Internet são meios de informação que atingiriam com mais eficiência a divulgação do produto, tornando-o conhecido e, conseqüentemente, aumentando sua demanda.

A grande maioria que não conhecia ovos orgânicos demonstrou interesse pelo produto, mas pagaria apenas 10% a mais em relação ao preço do ovo convencional.

Aparência da casca, preço e tipo foram considerados os atributos mais relevantes na escolha dos ovos. Dessa forma, aponta-se um dos possíveis indicativos sobre a entrada de novos produtores no mercado, ou seja, desde que tenham a oferecer ovos com casca de boa aparência, e com preço competitivo.

Também vale destacar que, de maneira geral, o consumidor de ovos orgânicos tem renda familiar variando entre 3 e 10 salários mínimos, adquire o produto principalmente em supermercados e tem o hábito de consumir outros alimentos também de procedência orgânica.

Por fim, sugere-se que outras pesquisas, de maior abrangência, sejam desenvolvidas, procurando levantar dados que forneçam subsídios para entender melhor o comportamento do consumidor.

6. Referências

BARBOSA, L. M. *Abordagem Psicográfica em Marketing para o Mercado de*

- Frutas, Verduras e Legumes Orgânicos*. Disponível em: <http://www.portalagricultura.com.br/Paginas/Pesquisas/visDetalhes.aspx?ch_top=13>. Acesso em: 25 set. 2011.
- BUAINAIN, A. M.; M.O. BATALHA (coord). *Cadeia produtiva de produtos orgânicos – Série Agronegócios*, v. 5, 108 p. Brasília. IICA; MAPA/SPA, 2007.
- CZINKOTA, M. et al. Marketing: as melhores práticas. São Paulo: Bookman, 2001, 559 p. In: NEVES, M. F.; CASTRO, L. T.(org). *Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.
- DORIQUELTO, E. G.; CURTO, M. M. G.; REZENDE, A. M. B. *Perfil de Consumidores e a Representação Social sobre Alimentos Orgânicos em Feiras Livres dos Municípios de Vila Velha e Vitória – ES*. Disponível em: <http://www.portalagricultura.com.br/Paginas/Pesquisas/visDetalhes.aspx?ch_top=45>. Acesso em: 25 set. 2011.
- DULLEY, R. D.; SOUZA, C. M.; NOVOA, A. Passado, ações presentes e perspectivas à Associação de Agricultura Orgânica (AAO), São Paulo, Brasil. *Informações Econômicas*. São Paulo, v. 30, nº 11, Nov. 2000. In: NEVES, M. F.; CASTRO, L. T.(org). *Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.
- ESCOSTEGUY, A. 2009. *Criação ecológica de animais – 1ª Parte: Alternativas ao confinamento*. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabescot.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2013.
- FIGUEIREDO, E. A. P. Pecuária e Agroecologia no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 19, n. 2, p. 235-265, maio/ago. 2002.
- GAMEIRO, A. H. Análise econômica e bem-estar animal em sistemas de produção alternativos: Uma proposta metodológica. In: *Sober (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural)*, Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.
- GASPARI, F. C. de.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C.; VERRUMA-BERNARDI, M. R. *Análise da oferta de hortifrutícolas orgânicos sob o olhar da agroecologia em diferentes canais de distribuição no município de Campinas - SP*. 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. UFPA, Belém do Pará, 24 a 28 de julho de 2013.
- GOMES, I. M. *Manual Como Elaborar uma Pesquisa de Mercado*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005.
- GUIVANT, J. S.; FONSECA, M. F. de A. C.; RAMOS, F. S. V.; SCHEIWEZER, M. *Os Supermercados e o Consumo de Frutas, Legumes, Verduras, (FLV)*

- Orgânicos Certificados*. 2003. Disponível em: <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/o-mundo-dos-vinhos-organicos/>>. Acesso em: 9 set. 2011.
- HOFFMAN, R. *Estatística para economistas*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006 – Resultados Preliminares. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006>>. Acesso em: 15/5/2015.
- KOTLER, P. *Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implementação e Controle*. São Paulo: Atlas, 2009.
- MALHORTA, N. K. *Pesquisa de marketing. Uma orientação aplicada*. 3. ed. Prentice Hall, 2004.
- MARJOTTA-MAISTRO, M. C. *Análise do consumo industrial de açúcar no estado de São Paulo* (1998). Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1998.
- MARCONI, I.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing*. Edição Compacta. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MONZOTE, F. F. 2007. *De la especialización ganadera a la ganadería agroecológica: experiencias cubanas en investigación y producción*. Revista Brasileira de Agroecologia 2(2):1761-64.
- NEVES, M. F.; CASTRO, L. T.(org). *Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.
- POLIGNAMO, L. A. C.; DRUMOND, F. B. O papel da pesquisa de mercado durante o desenvolvimento de novos produtos. In: *Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto*, 3, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2001.
- SCHWARTZ, F. F. *Segurança de Alimentos na Produção Orgânica*. Disponível em: <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/seguranca-de-alimentos-na-producao-organica-2/>>. Acesso em: 28 set. 2011.
- SOUZA, A. P. O., ALCÂNTARA, R. L. C. Alimentos Orgânicos: Estratégias para o Desenvolvimento do Mercado. In: NEVES, M. F e CASTRO, L. T. *Marketing e Estratégias em Agronegócios e Alimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.
- WILLER, H.; LEMOUD, J. (Org.) *The World of Organic Agriculture: Statistics and Emerging Trends 2014*. 15th revised edition [s.l.]. FiBL and IFOAM Publication, Feb. 2014, 302 p.

Resumo

Considerando a demanda crescente pela produção de alimentos saudáveis ambiental, social, econômica e eticamente corretos e sustentáveis, este trabalho teve como objetivo avaliar a aceitação comercial e o nível de conhecimento dos ovos orgânicos pelo consumidor. A coleta de dados se deu por meio da aplicação de um questionário em cinco pontos de varejo de grande movimento nas cidades de Araras, Mogi Guaçu e Itapira, no Estado de São Paulo. Os consumidores de ovos foram abordados e questionados sobre suas preferências, seu conhecimento sobre as diferenças entre os produtos orgânicos e convencionais, e sua disposição em pagar por algum produto diferenciado, entre outros aspectos. 24,78% da amostra afirmaram conhecer ovos orgânicos, mas apenas 7,52% afirmaram consumi-los. Estes disseram encontrar com facilidade o produto, adquirindo-o principalmente em supermercados (76,5% dos entrevistados que consomem ovos orgânicos). Aos 75,22% que não conheciam ovos orgânicos, foi explanado sucintamente em que consistiam, e logo em seguida perguntado se teriam interesse em consumir esse produto. 92,35% admitiram que sim, e o restante (7,65%), que não consumiria. A maioria (61,42%) respondeu que pagaria 10% a mais que o preço dos ovos convencionais.

Palavras-chave: Ovos orgânicos; Comportamento do consumidor; Pesquisa de mercado

Abstract

Considering the growing demand for food produced environmentally, socially, economically and ethically sound and sustainable, this study aimed to evaluate the commercial acceptance and level of knowledge of organic eggs by the consumer. Data collection occurred through a questionnaire in 5 high-traffic supermarkets, in the cities of Araras, Mogi Guaçu and Itapira, in Sao Paulo State. Eggs consumers were approached and asked about their preferences, their knowledge about the differences between organic and conventional products, and their willingness to pay for a differentiated product, among other things. 24.78% of the sample said they knew organic eggs, but only 7.52% said that they consume them. They said easily find the product, buying it primarily in supermarkets (76.5% of respondents who consume organic eggs). At 75.22% did not know that organic eggs, was succinctly explained in what consisted, and then immediately asked if would be interested in consuming this product. 92.35% admitted that yes, and the rest (7.65%) who

did not consume. The majority (61.42%) answered that they would pay 10% more than the price of conventional eggs.

Keywords: Organic eggs; Consumer behavior; Market research

RESENHA

Ruy Davi de Góis

Mestre em Administração pela Università Di Amministrazione Aziendale. Especialista em Linguística pela UCS. Professor de Comunicação Empresarial pela União Pioneira de Integração Social (UPIS).

Comunicação Empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação

***ARGENTI, Paul A.** 6.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

Paul Argenti é considerado uma das maiores autoridades mundiais em comunicação empresarial. Foi professor dessa disciplina na Havard Business School e na Columbia Business School. Desde 1981, é membro do corpo docente da Tuck School of Business, no Dartmouth College, lecionando administração e comunicação empresarial. Quando Argenti iniciou essa longa caminhada, a tradição no ensino de comunicação centrava-se no desenvolvimento de habilidades, incluindo principalmente técnicas orais e escritas. Assim, amplia esse escopo, atendendo a uma demanda crescente por parte dos empresários em questões relacionadas à mídia e com situações de crise.

Paul visualizava a comunicação empresarial muito mais abrangente e passou a pesquisar como as empresas lidavam com todos os problemas relacionados a área em questão. Ao constatar que isso era feito de forma altamente descentralizada (algumas empresas utilizavam a seção de relações públicas, outras a seção de recursos humanos, outras a seção de marketing etc.), viu a necessidade de haver uma rotina mais integrada. Assim, sendo persistente em seu intento, e considerando uma experiência adquirida ao longo de mais de 30 anos labutando nessa área, consegue atingir o objetivo traçado, o qual nos deixa materializado no presente livro, que explica quais são os componentes ideais dessa rotina.

O trabalho se estrutura em dez capítulos, acompanhados de casos ou exemplos de situações em empresas que geralmente estão relacionadas ao tema abordado em cada capítulo. Os casos são como contos, pois apresentam um aspecto da vida cotidiana, envolvendo pessoas, organizações e situações verídicas. Assim, o leitor tem a oportunidade de participar de decisões reais tomadas por gerentes sobre uma variedade de problemas. A técnica de utilizar situações comerciais reais como instrumento educacional e analítico surgiu em Havard, na década de 1920, mas o uso de um “caso” como método de ensino começou muito antes. Há séculos, estudantes aprendiam Direito estudando casos legais passados, e Medicina usando casos clínicos.

O Capítulo 1 apresenta uma contextualização para o restante do livro. Descreve as mudanças que ocorreram nos últimos 60 anos no ambiente empresarial e suas implicações para a comunicação empresarial. O caso da Google na China descreve como uma empresa teve de comprometer seus valores para atuar em um dos mercados de maior crescimento do mundo. O Capítulo 2 explica como as empresas precisam aplicar uma abordagem estratégica às comunicações, passando da abordagem reativa (agir apenas perante problemas surgidos) para a proativa (sempre se antecipando aos problemas – comunicação estratégica direcionada ao seu público-alvo, medido seu sucesso com base nas respostas recebidas). O caso da Galen Healthcare System apresenta um gerente que não utilizou uma abordagem estratégica em um ambiente empresarial que muda rapidamente.

No Capítulo 3, analisa a evolução de comunicação empresarial, ilustrada pelo caso da Sweet Leaf Tea. O quarto Capítulo, certamente o mais comentado pelos amantes do tema, aborda a identidade (manifestação visual de uma empresa, transmitida por meio de sua logomarca, nome, lema etc.), a imagem (reflexo da identidade: é a organização sob o ponto de vista de seus variados públicos) e a reputação empresarial (entendida como a imagem consolidada; um processo mais demorado de interação.). O caso desse capítulo permite uma análise detalhada do desastre ocorrido com a Jet Blue em 2007, no Dia dos Namorados. O Capítulo 5 complementa o assunto do capítulo anterior, tratando de responsabilidade social, ilustrado por meio do caso da Starbucks Coffee Company.

No Capítulo 6, “Relações com a mídia”, tem-se a evolução do modelo “fábrica de comunicados à imprensa” para um enfoque mais sofisticado, que é, em primeiro lugar, construir relacionamentos com jornalistas. A Adolph Coors Company serve de exemplo no estudo de caso do capítulo. Nessa situação clássica, avalia-se como a empresa lidou com a produção do programa *60 minutos*, quando foi procurada para uma reportagem controversa. O Capítulo 7, “Comunicação Interna”, envolve uma das mais importantes funções da comunicação empresarial: os funcionários. O caso da Westwood Publishing explora uma tentativa da empresa de lidar com questões de desligamento voluntário e recolocação de executivos vinculada a demissões.

No Capítulo 8, “Relações com os investidores”, vemos como as empresas utilizam as estratégias de comunicação para lidar com analistas, acionistas e outros públicos importantes. Antes, essa subfunção de comunicação era administrada por gerentes com excelentes habilidades financeiras e poucas aptidões comunicativas. Hoje, profissionais de relacionamento com os investidores precisam fornecer, também, informações não financeiras a seus investidores. O caso para esse capítulo, a

Steelcase, Inc., examina como a função de Relações com os Investidores (RI) foi desenvolvida na empresa.

O Capítulo 9 aborda as relações com o governo. É preciso conhecer as políticas governamentais assim como suas regulamentações. O caso Disney é um exemplo de como uma grande empresa lidou com os desafios do governo e das comunidades locais no estado norte-americano de Virgínia, ao tentar abrir um parque temático histórico na região. Finalmente, Argenti encerra o livro no Capítulo 10, “Comunicação de crise”. As empresas, fatalmente, terão de enfrentar algum tipo de crise. Assim, elas deverão se preparar para imprevistos, com exemplos de comunicação boa e ruim em momentos de crise, além das etapas necessárias para se criar e implementar planos de comunicação para tais situações. O caso da Coca-Cola na Índia mostra como a empresa tentou sair de uma crise, envolvendo acusações de contaminação ambiental em seus produtos.

Assim, o livro tem entre seus méritos a singular forma de tratar a comunicação empresarial de forma integrada. Substitui a visão que tinham os antigos profissionais de Relações Públicas, como meros responsáveis por contornar notícias prejudiciais à empresa. Segundo ele, o crescimento da importância dada aos grupos de interesse e a necessidade de manter a transparência da empresa fizeram com que esse cenário se modificasse. Os departamentos de comunicação passaram a pensar estrategicamente, decidindo, primeiramente, se centralizavam ou não suas atividades. Ao criar um sistema de comunicação empresarial coordenado, as empresas terão condições de enfrentar os desafios do século XXI com estratégias e ferramentas que poucas no mundo têm à disposição.

Escrito em uma linguagem direta, fluente e empolgante, é um livro destinado não só a especialistas na área, mas também obrigatório a estudantes e profissionais que precisam se especializar em comunicação empresarial, “cuja ineficácia é responsável por sessenta por cento de todos os problemas administrativos nas empresas”. Essa afirmação é do grande guru da administração Peter Drucker, e ele não estava se referindo ao departamento de comunicação das empresas que conhecia e estudava. Estava falando do trâmite da informação puro e simples, do diálogo, da explicação, do detalhamento, do compartilhamento de informações entre pessoas que trabalhavam numa corporação. Quem sabe, daqui a 20 anos, todos os gerentes terão percebido a importância de uma função de comunicação estratégica e integrada, e as organizações mais complexas terão um departamento de comunicação empresarial com muitas das características descritas nesse livro.

Normas para os colaboradores

1. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
2. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, por e-mail, programa Word, com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
3. Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português e inglês, contendo aproximadamente, cada um, 80 palavras.
4. Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
5. Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
6. Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

diagramação, arte-final, impressão e acabamento



fores: (61) 3552.2510 3552.4024 fax: (61) 3386.2350
brasilía distrito federal
E-mail: graficainconfidencia@terra.com.br

